



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FLÁVIO HENRIQUE NAVARRO HASHIMOTO

**A *INTERNET* E A DEMOCRACIA BRASILEIRA:  
AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO ESTADO DO  
PARANÁ**

---

Londrina  
2019

FLÁVIO HENRIQUE NAVARRO HASHIMOTO

**A *INTERNET* E A DEMOCRACIA BRASILEIRA:  
AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO ESTADO DO  
PARANÁ**

Dissertação de Mestrado em Geografia  
apresentado ao Departamento de Geociências  
da Universidade Estadual de Londrina, como  
requisito para a obtenção de título de Mestre  
em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jeani Delgado  
Paschoal Moura.

Londrina  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Hashimoto, Flávio Henrique Navarro.

A Internet e a Democracia Brasileira : As Jornadas de Junho de 2013 no Estado do Paraná / Flávio Henrique Navarro Hashimoto. - Londrina, 2019.  
153 f. : il.

Orientador: Jeani Delgado Paschoal Moura.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.  
Inclui bibliografia.

1. Ação Política - Tese. 2. Democracia - Tese. 3. Internet - Tese. 4. Jornadas de Junho - Tese. I. Moura, Jeani Delgado Paschoal. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

FLÁVIO HENRIQUE NAVARRO HASHIMOTO

**A INTERNET E A DEMOCRACIA BRASILEIRA:  
AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO ESTADO DO PARANÁ**

Dissertação de Mestrado em Geografia  
apresentado ao Departamento de Geociências  
da Universidade Estadual de Londrina, como  
requisito para a obtenção de título de Mestre  
em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Jeani Delgado Paschoal  
Moura  
Universidade Estadual de Londrina -UEL

---

Prof. Dr. Claudio Luis de Camargo Penteado  
Universidade Federal do ABC - UFABC

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ideni Terezinha Antonello  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 07 de março de 2019.

**DEDICO PARA MINHA FAMÍLIA!**

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente agradeço a Deus por essa conquista ...

Agradeço a minha família, minha mãe Lourdes e meu pai Oséias, minhas irmãs Tamyres e Esther e, por fim, o caçula Emanuel, pois sem vocês eu não teria chegado até aqui ...

Agradeço a minha orientadora Professora Doutora Jeani Delgado Paschoal Moura, não apenas pelas orientações, mas pela sua dedicação e compreensão, não exclusivamente no período do mestrado, mas desde que estive na graduação ...

Agradeço aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fenomenologia, Geografia e Educação ...

Agradeço ao Anderson da Secretaria da Pós-Graduação do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina, que sempre buscou em me auxiliar na questões administrativas de minha matrícula durante o curso ...

Agradeço aos integrantes da banca, Prof. Dr. Claudio Luis de Camargo Penteado, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ideni Terezinha Antonello e ao Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra pela rica contribuição em minha pesquisa ...

Aos professores que foram responsáveis pela minha formação durante o meu período do mestrado, além do colaboradores ...

**“Abre a tua boca a favor do mudo, pelo direito de todos os que se acham em desolação.**

**Abre a tua boca, julga retamente e faze justiça aos pobres e aos necessitados”  
(PROVÉRBIOS 31.8-9).**

HASHIMOTO, Flávio Henrique Navarro. **A *Internet* e a Democracia Brasileira**: as Jornadas de Junho de 2013 no Estado do Paraná. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

## RESUMO

Com o passar dos anos a política brasileira foi se transformando e sendo influenciada pelos avanços que ocorriam nas mais diversas áreas da sociedade. Um dos progressos se deu na área da informática, principalmente na parte relacionada na comunicação. Com o surgimento da *internet*, a comunicação aos poucos foi se modificando e começou a adquirir a mesma importância dos meios já existentes. Contudo, diferentemente das mídias tradicionais, a *internet* possibilitou que os informados pudessem se tornarem informantes, além de opinadores. Essa mudança permitiu às pessoas discutirem temas complexos. Eles estão presentes em todo processo comunicativo e não dependem de fatores como cultura e contexto para garantir a correta interpretação da mensagem, principalmente ligados à área política. Com o advento da *internet*, a sociedade passou a ter maior acesso em informações, antes restritas, o que possibilitou a intensificação do debate político brasileiro. Essa situação fez com que as pessoas começassem a se organizar e exigirem mudanças por parte dos seus governantes. Com isso, o presente estudo analisa o surgimento dessa nova forma de se fazer política à luz do pensamento filosófico de Hannah Arendt, que defende uma democracia mais “justa” com vistas aos interesses coletivos. Foram analisados quais são os impactos dessa nova ação política pelas pessoas, que se consolida tendo a *internet* como seu local privilegiado. Para isso, foi analisado como se deu as Jornadas de Junho de 2013 no Estado do Paraná. Inicialmente se deu a catalogação de informações digitais da página do MPL (Movimento Passe Livre) no Facebook no ano de 2013 e, na sequência, verificados os efeitos das postagens. Além disso, foram mapeados em forma de rede, dados referente as Jornadas de Junho de 2013 obtidos no Google Trends, para verificar como o buscador Google serviu como uma ferramenta de informação pelos usuários paranaenses. Por fim, foi mapeado, geograficamente, como se deram os protestos físicos no Paraná, para assim, verificar se o mesmo engajamento tido na *internet* foi transferido nas ruas das cidades paranaenses.

**Palavras-chave:** Ação Política. Democracia. *Internet*. Jornadas de Junho. Hannah Arendt.

HASHIMOTO, Flávio Henrique Navarro. **The Internet and Brazilian Democracy: as the Days of June 2013 in the State of Paraná.** 2019. 156 p. Dissertation (Master in Geography) – State University in Londrina, Londrina, 2019.

## **ABSTRACT**

Over the years, Brazilian politics was transformed and influenced by the advances that occurred in the most diverse areas of society. One of the progress has been in the area of information technology, especially in the area of communication. With the rise of the Internet, communication gradually changed and began to acquire the same importance of the existing media. However, unlike traditional media, the internet has enabled informed people to become informants, as well as opinion makers. This change allowed people to discuss complex issues. They are present throughout the communicative process and do not depend on factors such as culture and context to ensure the correct interpretation of the message, mainly related to the political area. With the advent of the Internet, society has gained greater access to information, previously restricted, which has made it possible to intensify the Brazilian political debate. This situation has caused people to begin to organize and demand change from their rulers. Thus, the present study analyzes the emergence of this new way of doing politics in the light of Hannah Arendt's philosophical thinking, which advocates a more "just" democracy with a view to collective interests. The impact of this new political action by the people has been analyzed, consolidating the Internet as its privileged location. For that, it was analyzed how the Days of June 2013 took place in the State of Paraná. Initially digital cataloging of the MPL (Movimento Passe Livre) page on Facebook was cataloged in the year 2013 and, subsequently, the effects of the posts were verified. In addition, data related to the June 2013 Journals obtained in Google Trends were mapped as a network, to verify how the Google search engine served as an information tool by the users of Paraná. Finally, it was mapped, geographically, as the physical protests occurred in Paraná, to see if the same engagement was transferred on the Internet in the streets of the cities of Paraná.

**Key words:** Political Action. Democracy. Internet. Days of June. Hannah Arendt.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	–	Desempenho das postagens no Facebook no ano de 2013 .....	83
<b>Gráfico 2</b>	–	Situação das fotos postadas na página do MPL Nacional .....	85
<b>Gráfico 3</b>	–	Quantidade de movimentos em relação as causas.....	91
<b>Gráfico 4</b>	–	Interesse mensal do termo “Emenda Constitucional”.....	102
<b>Gráfico 5</b>	–	Interesse mensal do termo de pesquisa “Junho” .....	103
<b>Gráfico 6</b>	–	Interesse mensal do termo de pesquisa “Manifestação” .....	105
<b>Gráfico 7</b>	–	Interesse mensal do termo de pesquisa “Passe Livre” .....	107
<b>Gráfico 8</b>	–	Interesse mensal do termo de pesquisa “Protesto” .....	108
<b>Gráfico 9</b>	–	Interesse mensal do termo de pesquisa “Repressão” .....	110
<b>Gráfico 10</b>	–	Média diária das manifestantes no Paraná .....	111

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	–	Localização do Estado do Paraná.....	21
<b>Figura 2</b>	–	Esquema de sociometria de Moreno.....	26
<b>Figura 3</b>	–	Hannah Arendt no ano de 1969 .....	29
<b>Figura 4</b>	–	Linguagem da análise em redes .....	58
<b>Figura 5</b>	–	Esquema da informação centralizada e descentralizada .....	75
<b>Figura 6</b>	–	Redes da página MPL.....	80
<b>Figura 7</b>	–	Primeira foto postada do MPL em sua página .....	84
<b>Figura 8</b>	–	Grafo do termo de pesquisa “Emenda Constitucional”.....	103
<b>Figura 9</b>	–	Grafo do termo de pesquisa “Junho” .....	104
<b>Figura 10</b>	–	Grafo do termo de pesquisa “Manifestação” .....	106
<b>Figura 11</b>	–	Grafo do termo de pesquisa “Passe Livre” .....	107
<b>Figura 12</b>	–	Grafo do termo de pesquisa “Protesto” .....	108
<b>Figura 13</b>	–	Grafo do termo de pesquisa “Repressão” .....	109
<b>Figura 14</b>	–	Mapa dos protestos no dia 17/06/2013 .....	112
<b>Figura 15</b>	–	Mapa dos protestos no dia 18/06/2013 .....	113
<b>Figura 16</b>	–	Mapa dos protestos no dia 20/06/2013 .....	114
<b>Figura 17</b>	–	Mapa dos protestos no dia 21/06/2013 .....	115
<b>Figura 18</b>	–	Mapa dos protestos no dia 22/06/2013 .....	116
<b>Figura 19</b>	–	Mapa dos protestos no dia 23/06/2013 .....	117
<b>Figura 20</b>	–	Mapa dos protestos no dia 24/06/2013 .....	118
<b>Figura 21</b>	–	Mapa dos protestos no dia 29/06/2013 .....	119
<b>Figura 22</b>	–	Mapa dos protestos no dia 01/07/2013 .....	120
<b>Figura 23</b>	–	Mapa dos protestos no dia 02/07/2013 .....	121
<b>Figura 24</b>	–	Mapa dos protestos no dia 03/07/2013 .....	122
<b>Figura 25</b>	–	Mapa dos protestos no dia 05/07/2013 .....	123
<b>Figura 26</b>	–	Mapa dos protestos no dia 10/07/2013 .....	124
<b>Figura 27</b>	–	Mapa dos protestos no dia 11/07/2013.....	125
<b>Figura 28</b>	–	Mapa dos protestos no dia 07/09/2013.....	127

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	–	Acesso à <i>internet</i> , tipo de equipamento e de conexão.....	22
<b>Quadro 2</b>	–	Dados sobre posse de telefone móvel entre pessoas de 10 anos ou mais de idade .....	23
<b>Quadro 3</b>	–	Procedimentos Metodológicos da pesquisa.....	25
<b>Quadro 4</b>	–	Situação dos movimentos contemporâneos nas mídias sociais .....	87
<b>Quadro 5</b>	–	Cinco causas dos movimentos sociais pesquisados.....	90
<b>Quadro 6</b>	–	Interpretação sobre democracia.....	92

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> –	Instituição da democracia nos PADs.....	43
<b>Tabela 2</b> –	Partidos Políticos Brasileiros.....	52

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FOSS	<i>Free and Open Source Software</i>
GIS	<i>Geographic Information System</i>
GSMA	<i>Global System for Mobile Communications</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MP	Ministério Público
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PADs	Países Agora Desenvolvidos
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PECs	Propostas de Emendas Constitucionais
PNAD	Programa Nacional de Amostra de Domicílios
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSDB	Partido Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
QGIS	<i>Quantum Geographic Information System</i>
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SPD	<i>Sozialdemokratische Partei Deutschlands</i>
STF	Supremo Tribunal Federal
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	20
<b>2</b>	<b>A DEMOCRACIA SEGUNDO HANNAH ARENDT</b> .....	29
2.1	BREVE BIOGRAFIA DE HANNAH ARENDT .....	30
2.2	A DEMOCRACIA ARENDTIANA E A GEOGRAFIA POLÍTICA .....	33
2.3	ESTRUTURA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: CURTA ANÁLISE .....	49
<b>3</b>	<b>AS NOVAS FORMAS DE AÇÃO POLÍTICA</b> .....	56
3.1	AS MÍDIAS SOCIAIS VS. REDES SOCIAIS: DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS .....	56
3.2	AS ÁGORAS DO SÉCULO XXI .....	62
3.3	MÍDIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E O SER HUMANO POLÍTICO .....	67
<b>4</b>	<b>A INTERNET E A AÇÃO ARENDTIANA</b> .....	70
4.1	OS MOVIMENTOS CONTEMPORÂNEOS DO SÉCULO XXI .....	71
4.1	O USO DA <i>INTERNET</i> COMO ESPAÇO DE CONHECIMENTO.....	95
4.2	AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 ALÉM DA <i>INTERNET</i> .....	110
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	129
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	133
	<b>ANEXO</b> .....	145
	ANEXO A – Situação das fotos postadas .....	146
	ANEXO B – Média diária dos municípios .....	148

## INTRODUÇÃO

A sociedade vem experimentando novas formas de se manifestar diante de seus governantes. Se antes havia certa dificuldade de as massas serem escutadas, no século XXI novos meios surgiram e estão possibilitando a sociedade demonstrar os seus posicionamentos políticos. A *internet*, de modo mais específico, as mídias sociais, estão se tornando novos canais ou instrumentos pela qual as pessoas passaram a ter um espaço para se manifestarem.

Se, em tese, em uma sociedade democrática todos têm o direito de serem ouvidos e participarem da política, na prática o que se observa ao longo da história é o uso da democracia para interesses particulares e não do todo. Essa situação vai contra o pensamento da filósofa Hannah Arendt que, ao longo de seus estudos apontou para a importância dos interesses coletivos que devem prevalecer sobre os particulares.

O Brasil, segundo a sua Carta Magna de 1988, é considerado um país democrático e todos têm o direito de participar das ações políticas do país. Todavia, como em outros lugares, a política brasileira foi e é ainda usada para interesses particulares e não do coletivo. Uma das hipóteses referente ao uso negativo da política brasileira é o tamanho territorial e populacional do Brasil, uma vez que se torna complexo realizar a integração da sociedade, permitindo o descaso com a política do país.

Entretanto, é preciso que o Estado, assim como a sociedade, busque caminhos que permitam uma melhor integração e que todos possam atuar ou expressar os seus pensamentos. Esse caminho foi já apontado pela filósofa Hannah Arendt em seus escritos, sobre a importância da plena participação de todos no espaço público, isentos de interesses particulares.

Nesta busca por um espaço que permita essa integração, fez com que nos últimos anos, o país vivenciasse novas formas de atuação na política, por parte da sua população. O primeiro grande protesto ocorrido no século XXI, no Brasil, foi em 2013, ano em que levou milhões de pessoas as ruas para protestarem contra o descaso dos governantes com o dinheiro público. O segundo grande momento foram às manifestações referente ao processo de golpe/*impeachment*<sup>1</sup> da presidenta

---

<sup>1</sup> Para uma parte do país foi um golpe, enquanto para a outra parte foi *impeachment*.

na época Dilma Vana Rousseff, do PT (Partido dos Trabalhadores), entre os anos de 2015 e 2016, e, por fim, o terceiro ato foi a paralização dos caminhoneiros em maio de 2018. As manifestações contra o governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia, do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em 2017, podem ser também classificadas como protestos que reuniram milhares de pessoas pelo país, contudo, esses protestos não tiveram tanto impacto em comparação aos três primeiros citados. Porém, essas quatro manifestações tem um ponto em comum: o local inicial, a *internet*.

A *internet* foi o ponto de início que ocasionou os maiores protestos no século XXI no Brasil. Partindo disso, o presente estudo buscou verificar como a *internet*, principalmente as mídias sociais, impactaram a sociedade na questão voltada à política.

O avanço tecnológico na informação criou novos meios de integração nunca antes visto. Devido a isso, a problemática da pesquisa perscruta as seguintes questões: Como a *internet* permitiu as pessoas atuarem na política brasileira? De modo mais específico, como a *internet* possibilitou que a sociedade paranaense atuasse na política brasileira? Além do mais, como se deram as Jornadas de Junho de 2013 no Paraná?

O estudo partiu da relação *internet* e atuação política, numa perspectiva arendtiana. Foi escolhida a visão sobre política, participação política e democracia, de acordo com o que coloca a filósofa Hannah Arendt, uma vez que ela buscou em seus escritos a integração de todos, desde que não afetasse os interesses públicos. Esse estudo visa contribuir para o campo científico da Geografia Política e, com isso, apresenta uma abordagem sobre a inter-relação entre o pensamento da filósofa Hannah Arendt e a Ciência Geográfica, neste caso, com a Geografia Política, especificamente.

A escolha dessa manifestação se deve porque, as Jornadas de Junho de 2013 foram as primeiras grandes manifestações realizadas no país em que a *internet* teve papel crucial na realização dos protestos. Houveram outros protestos antes dessas em que a *internet* foi o local de organização, contudo, foram as Jornadas de Junho de 2013 as mais expressivas.

O percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa se deu, inicialmente, na busca de fontes bibliográficas sobre a relação *internet* e política, alinhado com o pensamento sobre democracia para Arendt. Na sequência, foram

catalogados e tabulados os dados disponíveis no Google Trends dos termos de pesquisas estudados no trabalho e relacionados com os dados das manifestações das Jornadas de Junho de 2013.

Além disso, foi estudado como se deu a atuação dos protestos nas mídias sociais na época. Para isso, foi utilizado o Netvizz v1.6 para verificar como o Facebook foi utilizado para os protestos pelo MPL (Movimento Passe Livre), a nível nacional. Após catalogados, utilizou-se da sociometria para expressar os dados obtidos no Google Trends e no Netvizz v1.6.

Referente à delimitação geográfica, foi definido o Estado do Paraná como raio de ação da pesquisa. Este estado se localiza na Região Sul do país e tem uma população de 10.444.526 pessoas, em uma densidade demográfica de 52,40 hab./km<sup>2</sup>, sendo classificado como o sexto estado mais populoso segundo o Censo de 2010<sup>2</sup>. O estado é dividido em 399 municípios e a sua capital é o município de Curitiba, no entanto, além da capital, outros municípios se destacam economicamente em suas regiões, como: Cascavel; Foz do Iguaçu; Guarapuava; Londrina; Maringá; Paranaguá e Ponta Grossa.

A pesquisa foi estruturada em quatro capítulos, cujas divisões foram realizadas de acordo com a problemática anunciada. O primeiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desse estudo, em que são demonstrados o passo a passo e os instrumentos usados.

O segundo capítulo apresenta uma breve biografia da filósofa Hannah Arendt. Na sequência é discutido o conceito de democracia numa perspectiva arendtiana, alinhada com a Geografia Política. Ainda neste capítulo foi realizada uma resumida análise da estrutura fisiológica da democracia brasileira, tendo como base a atual Constituição Federal de 1988.

Na sequência, o terceiro capítulo inicia-se realizando uma diferenciação entre mídias sociais e redes sociais. Depois foi discutido sobre como a *internet*, de modo específico as mídias sociais, estão se tornando os novos espaços de atuação política do mundo atual, uma vez que esses espaços são, cada vez mais, utilizados pelas pessoas como instrumentos de ação política. Além disso, o capítulo finaliza com uma breve discussão da relação “mídias sociais e educação”.

---

<sup>2</sup> IBGE (2018).

Por fim, o quarto e último capítulo são expostos os resultados obtidos na pesquisa. São demonstrados os dados que foram catalogados e tabulados sobre como foram os protestos na *internet* e como se deram as manifestações das Jornadas de Junho de 2013 no Estado do Paraná.

Sobre a importância desta pesquisa, ela é relevante porque, inicialmente visa contribuir para o desenvolvimento da Geografia, principalmente na área da Geografia Política. Ao mesmo tempo, o estudo tentou realizar uma análise da relação *internet* e participação política numa perspectiva geográfica, tendo Arendt como filósofa base.

A *internet* vem se tornando cada vez mais um dos principais instrumentos de comunicação e informação, assim, o estudo buscou contribuir em uma discussão importante para o meio acadêmico. Além do mais, a pesquisa visou colaborar para a compreensão de como se deram as manifestações das Jornadas de Junho de 2013 no Estado do Paraná.

## 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizada uma estrutura que permitisse atender o objetivo proposto. Este estudo se caracteriza como exploratório, buscando compreender a relação entre a *internet*, movimentos sociais e manifestações.

De acordo com Oliveira (2011, p. 21), uma pesquisa exploratória visa “prover critérios e compreensão” e tem as seguintes características: Informações definidas ao acaso e o processo de pesquisa flexível e não estruturado. Uma pesquisa exploratória tem um raio de amostragem menor e não representativa, além disso, a análise dos dados deve ser qualitativa.

Outro ponto importante de um estudo exploratório são as constatações, que são experimentais, enquanto o resultado, em alguns casos, segue por meio de outras pesquisas exploratórias ou conclusivas. Por fim, conforme Oliveira (2011, p. 21), mesmo quando se tem conhecimentos, a pesquisa exploratória possibilita inúmeras explicações

[...] do pesquisador sobre o assunto, a pesquisa exploratória também é útil, pois, normalmente, para um mesmo fato organizacional, pode haver inúmeras explicações alternativas, e sua utilização permitirá ao pesquisador tomar conhecimento, se não de todas, pelo menos de algumas delas.

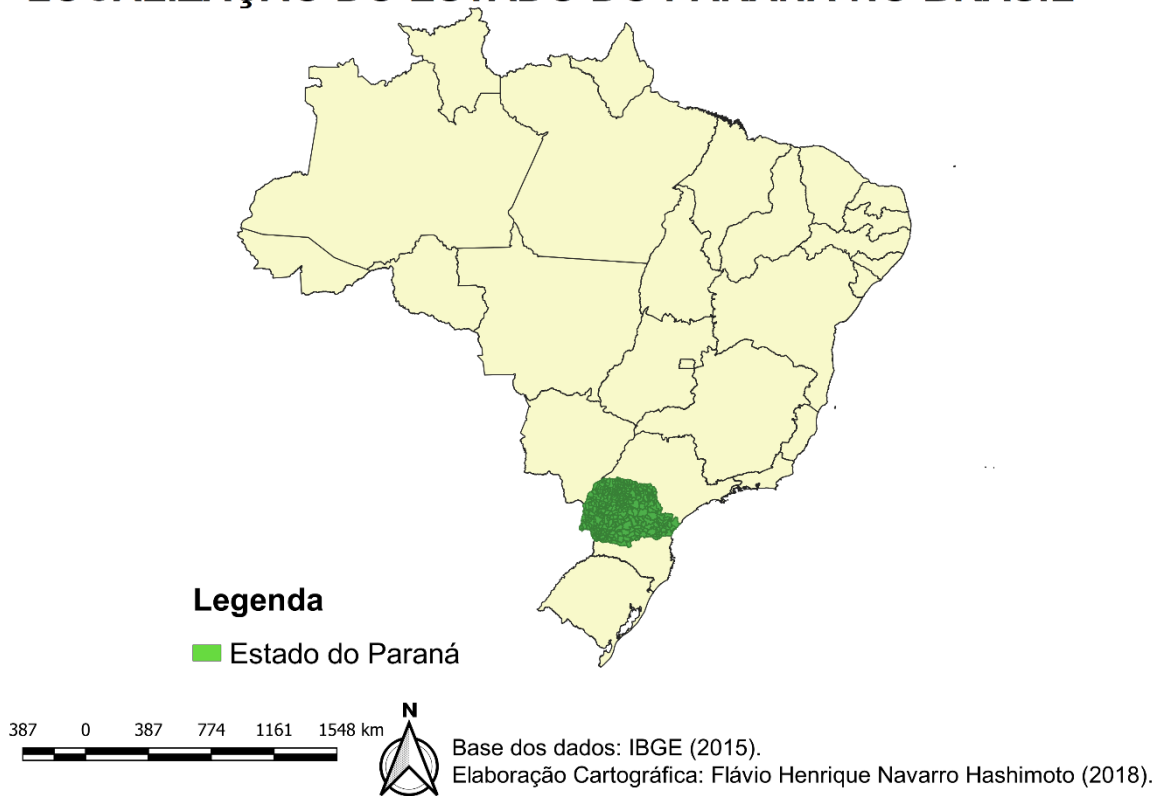
Quanto a delimitação geográfica da pesquisa, foi analisado o acesso de informações no ano de 2013 pelas pessoas no estado do Paraná, segundo os dados do PNAD<sup>3</sup> (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Na Figura 1 é possível verificar a localização do estado do Paraná no Brasil.

---

<sup>3</sup> “Obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados” (IBGE, 2018).

Figura 1 – Localização do Estado do Paraná.

## LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ NO BRASIL



**Fonte:** o próprio autor.

Segundo o PNAD, é possível verificar na categoria “Síntese de indicadores” e subcategoria “Domicílios Particulares Permanentes”<sup>4</sup>, que 55,90% continham microprocessador, 82,10% tinham rádio e 97,30% teriam televisão<sup>5</sup>. Desses 97,30%, 41,80% tinham recepção de sinal por antena parabólica, 33,00% com recepção de sinal digital de televisão aberta, e, apenas 24,70% com sinal por assinatura (recepção paga de sinal fechado), de acordo com o PNAD (IBGE, 2018). Ou seja, o que se observa é que, no ano de 2013 a televisão com sinal aberto – juntando os

<sup>4</sup> “Conceituou-se como domicílio o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas, coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Classificaram-se os domicílios como particulares quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento fosse ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. Como coletivos foram classificados os domicílios destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalecesse o cumprimento de normas administrativas. São exemplos de domicílios coletivos os estabelecimentos destinados a prestar serviços de hospedagem (hotéis, pensões e similares), instituições que possuem locais de residência para pessoas institucionalizadas (orfanatos, asilos, casas de detenção, quartéis, hospitais etc.) e, também, alojamento de trabalhadores em canteiros de obras” (IBGE, 2015); e

<sup>5</sup> Refere-se a existência de bens duráveis existentes no domicílio.

dados da recepção de sinal por antena parabólica e do sinal digital de televisão aberta, representavam 74,80% ao todo do sinal aberto – era a fonte de informação que se predominava no Paraná neste ano.

**Quadro 1 – Acesso à *internet*, tipo de equipamento e de conexão no Paraná.**

		<b>ACESSO EM %</b>
<b>Uso da <i>internet</i></b>		51,60%
<b>Tipo de Equipamento</b>	Somente por microprocessador	47,70%
	Somente por telefone móvel celular e tablet	7,50%
<b>Tipo de Conexão</b>	Banda larga fixa	83,60%
	Banda larga móvel	29,90%

**Fonte:** IBGE (2018), adaptado pelo próprio autor.

Sobre o acesso na *internet* e o tipo de equipamento utilizado nessa mesma subcategoria, se verifica, conforme o Quadro 1, que 51,60% ao todo fizeram uso da *internet* em 2013, sendo que o microprocessador foi o equipamento mais utilizado. O telefone móvel celular e o tablet<sup>6</sup> representaram apenas, juntos, 7,50%.

Na sequência, o tipo de conexão que se predominava naquele ano era o de banda larga fixa, com 83,60%. A banda larga móvel se fazia presente em 29,90% das conexões que haviam.

Por fim, de acordo com PNAD, na categoria “acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular”, foi identificado que 54,40% das pessoas de 10 ou mais anos de idade, tiveram uso da *internet* no período de referência<sup>7</sup>. Enquanto isso, na questão de posse de telefone móvel celular, é possível visualizar como era no Paraná por meio do Quadro 2.

<sup>6</sup> Apenas 11,00% dos domicílios particulares permanentes continham tablete (IBGE, 2018); e

<sup>7</sup> “Período de referência de 365 dias - Foi o período de 28 de setembro de 2011 a 29 de setembro de 2012, para a pesquisa de 2012, e de 27 de setembro de 2012 a 28 de setembro de 2013, para a pesquisa de 2013” (IBGE, 2015).

**Quadro 2** – Dados sobre posse de telefone móvel entre pessoas de 10 anos ou mais de idade no Paraná.

ITENS		PORCENTAGEM DOS QUE POSSUÍAM
<b>Condição de Estudante</b>	Estudante	76,20%
	Não estudante	79,30%
<b>Condição de ocupação na semana de referência</b>	Ocupada	87,80%
	Não ocupada	64,50%

**Fonte:** IBGE (2018), adaptado pelo próprio autor.

Se observa no Quadro 2 que, 76,20% dos indivíduos que se declararam estudantes, possuíam algum telefone móvel, enquanto 79,30% dos que não são estudantes tinham a posse de telefone móvel. No segundo item se verifica os dados sobre a condição ocupada (se estava exercendo alguma atividade remunerada) na semana de referência da pesquisa – de 23 a 29 de setembro de 2012 e de 22 a 28 de setembro de 2013<sup>8</sup>. Das pessoas de 10 anos ou mais de idade que estavam com a semana ocupada, 87,80% delas possuíam algum telefone móvel, enquanto 64,50% das não ocupada continham telefone móvel.

Com isso, mesmo que a televisão tivesse sido o equipamento mais presente nos domicílios particulares, em 2013 se nota que o telefone móvel já se fazia com presença significativa quando se individualiza os dados, ou seja, quando a escala saiu do domicílio e se foca apenas no indivíduo.

Outro ponto que deve ser considerado é o aumento de conexões de banda larga que teve no país nesse período. Em um estudo da GSMA (*Global System for Mobile Communications*), de autoria de Katz e Callorda (2013), apontou que, devido ao aumento das conexões que ocorreram no país se deve graças as políticas de redistribuição de renda que aconteceram nos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>9</sup> e da Dilma<sup>10</sup>, ambos governos do PT. Com esse fator, alinhado com a introdução da banda larga popular, houve o aumento de acesso à *internet* no país, conseqüentemente, no Paraná.

<sup>8</sup> IBGE (2015);

<sup>9</sup> O Governo Lula foi entre os anos de 2003 a 2006 o primeiro mandato, já entre os anos de 2007 a 2010 o segundo mandato; e

<sup>10</sup> O seu primeiro mandato foi entre os anos de 2011 a 2014, enquanto o seu segundo mandato foi entre os anos de 2015 e 2016.

Neste estudo, foi detectado que a banda larga no país foi em torno de 86 milhões de conexões no ano de 2012, sendo que 20 milhões são de banda larga fixa e 65.941.000 são de banda larga móvel. Desde o ano de 2011 houve um aumento da banda larga fixa, que cresceu 4,6% por trimestre, enquanto a banda larga móvel cresceu neste mesmo período, 14,4% no Brasil (KATZ; CALLORDA, 2013). Por meio desses dados, pode-se dizer que a banda larga fixa teve uma penetração de 10,7%, e a banda larga móvel teve 33,53% no país, segundo o estudo.

Com esses dados, alinhados com os do PNAD referente ao Paraná, é possível concluir que, com o aumento de conexões ao ciberespaço, as pessoas obtiveram acesso em informações que antes não se tinham com a mesma facilidade. A Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 foi outra contribuinte para o acesso das informações, uma vez que o seu objetivo é de regular "o acesso de informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; além de alterar a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revogar a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências".

A Lei da Transparência ou a Lei de Acesso à Informação, tem como objetivo, de obrigar o Poder Público fornecer livremente para qualquer pessoa, o acesso das suas receitas e custos de modo detalhado. Todos os órgãos, empresas públicas e os Poderes, de qualquer esfera, são obrigadas e devem cumprir os dispositivos ordenados na Lei da Transparência. Além disso, as pessoas aos poucos, além de terem acesso em informações produzidas no país, puderam acessarem informações produzidas fora do Brasil.

Em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, é possível visualizar como ela se deu e quais são as suas etapas. As informações dos procedimentos metodológicos estão inseridas no Quadro 3.

**Quadro 3 – Procedimentos Metodológicos da pesquisa.**

OBJETIVOS	COLETA DE DADOS	CATEGORIAS
Verificar o que é a participação política segundo Hannah Arendt e relacionar com a Geografia Política.	Livros e artigos científicos (dados secundários).	Democracia; Ação; Participação Política; Formas de Ação; e Estado.
Verificar o conceito de redes sociais e mídias sociais.	Livros e artigos científicos (dados secundários).	Mídias Sociais; Sociograma; Movimentos Sociais; Laços Fracos; e Laços Fortes.
Identificar a relação do Facebook com as Jornadas de Junho de 2013 no Estado do Paraná.	Livros; artigos científicos e páginas na <i>internet</i> (dados secundários); Estudo <i>in loco</i> (dados primários).	Análise Espacial; Teoria das Redes Sociais; Sociometria; Grafo; Manifestação; e Protesto.

**Fonte:** o próprio autor.

Na busca da verificação para saber se existe ou não redes no uso de como a *internet* foi utilizado nas Jornadas de Junho de 2013, foi usado o *software* Gephi 0.9.2 de sistema operacional Microsoft Windows<sup>11</sup>. O Gephi<sup>12</sup> (2018) é um *software* de código aberto para visualização e de análise de redes

[...] Gephis an open-source software for network visualization and analysis. It helps data analysts to intuitively reveal patterns and trends, highlight outliers and tells stories with their data. It uses a 3D render engine to display large graphs in real-time and to speed up the exploration.<sup>13</sup>

Essa pesquisa, que é qualitativa, utilizou-se do respectivo *software* como forma de quantificar os dados. O seu uso permitiu visualizar de forma mais precisa

<sup>11</sup> GEPHI. **Download**. 2018. Disponível em: <https://gephi.org/users/download/>. Acesso em 04 ago. 2018;

<sup>12</sup> GEPHI. **About**. 2018. Disponível em: <https://gephi.org/about/>. Acesso em: 04 ago. 2018; e

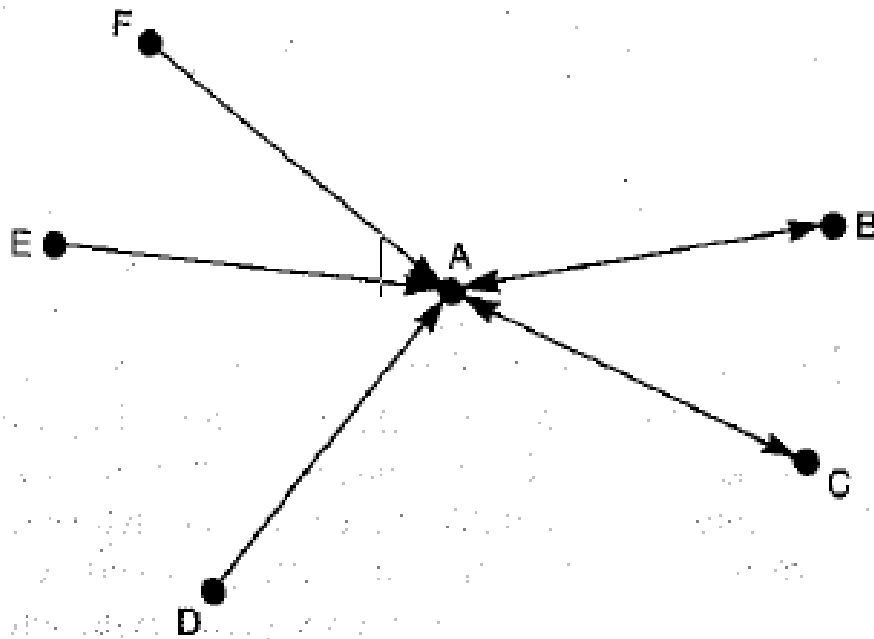
<sup>13</sup> Gephi é um *software* de código aberto para visualização e análise de rede. Ele ajuda os analistas de dados a revelar intuitivamente padrões e tendências, destacar *outliers* e contar histórias com seus dados. Ele usa um 3D *Render* motor para exibir grandes gráficos em tempo real e para acelerar a exploração.

as redes do MPL e dos dados obtidos no Google Trends. Ou seja, a pesquisa é de caráter qualitativo, mas a sua técnica é mista – qualitativa e quantitativa.

Para a catalogação de dados inseridos no *software* Gephi 0.9.2, utilizou-se as informações obtidas nos canais de comunicações *online* e no *software* Netvizz v1.6<sup>14</sup>. Por meio dessa ferramenta, é possível analisar diferentes seções da plataforma Facebook, principalmente as páginas de empresas ou de movimentos. Depois de obtidos os dados, eles foram catalogados e introduzidos no Gephi 0.9.2. Nesse *software* se deu a realização da sociometria ou dos grafos.

As configurações sociais que são expressas na sociometria, segundo aponta Moreno, conforme Scott (2000), deveriam conter estruturas definidas e discerníveis, sendo que o mapeamento dessas estruturas em uma sociometria permite ao pesquisador visualizar canais dos quais a informação pode fluir ou não. A sociometria possibilita identificar os líderes e indivíduos isolados, descobrir a assimetria e a reciprocidade no mapeamento das cadeias de conexão.

**Figura 2** – Esquema de sociometria de Moreno.



**Fonte:** Scott (2000, p. 10).

Na Figura 2 se verifica um esquema simples de sociometria de Moreno, em que a pessoa A é a receptora das escolhas da amizade de todos os outros membros

<sup>14</sup> NETVIZZ v1.6. NETVIZZ v1.6. Disponível em: [https://apps.facebook.com/107036545989762/?ref=br\\_rs](https://apps.facebook.com/107036545989762/?ref=br_rs). Acesso em: 25 dez. 2018.

de um grupo. No entanto, a pessoa A permite oferecer escolhas de amizade recíprocas apenas para a pessoa B e a C, então esse sociograma se refere a uma estrela de atração dentro do campo (SCOTT, 2000).

Essa representação de sociograma de Moreno, podendo ser denominado como grafo, tem como seu objetivo, de representar uma composição entre linhas e pontos. Essa principal inovação de Moreno foi possibilitar a representação dos dados em forma de geometria espacial, sendo que os indivíduos são representados por pontos e suas relações sociais são as linhas (SCOTT, 2000). Além do mais, “vale ressaltar que grafo não é o mesmo que gráfico, pois o último apresenta-se em um plano cartesiano ordenado” (FERNANDES, 2018, p. 9).

Após fazer a sociometria dos dados obtidos em *sites* e no Facebook, foi realizado a catalogação de dados no Google Trends<sup>15</sup>. Essa ferramenta *online* do Google permite identificar o quanto os termos pesquisados são buscados no buscador do Google. Também se deu a realização dos grafos desses dados.

Na sequência, foi realizado a geração de mapas geográficos por meio do *software* QGIS (*Quantum Geographic Information System*), versão 3.2.0-Bonn<sup>16</sup> e depois foi utilizado a versão 3.2.3-Bonn<sup>17</sup> - os dois *softwares* são de 64 bits. O QGIS é um *software* de GIS (*Geographic Information System*), ou em português, é um SIG (Sistema de Informação Geográfica). Os dados mapeados foram obtidos no periódico jornalístico *online* brasileiro Portal G1.

O objetivo desse *software* é de integrar os dados coletados e expressá-los em coordenadas espaciais. “QGIS is a professional GIS application that is built on top of and proud to be itself Free and Open Source Software<sup>18</sup> (FOSS)” (QGIS, 2018<sup>19</sup>).

Os *shapefiles* utilizados são da divisão de estados do Brasil de 2015<sup>20</sup> e da divisão política administrativa do Paraná de 2017<sup>21</sup>. O *shapefile* “é composto por três

<sup>15</sup> GOOGLE TRENDS. **Insira um termo de pesquisa ou um assunto**. 2018. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/>. Acesso em: 04 ago. 2018;

<sup>16</sup> QGIS. **Baixar para Windows**. 2018. Disponível em: [http://download.osgeo.org/qgis/win64/QGIS-OSGeo4W-3.2.0-1-Setup-x86\\_64.exe](http://download.osgeo.org/qgis/win64/QGIS-OSGeo4W-3.2.0-1-Setup-x86_64.exe). Acesso em: 04 ago. 2018.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. **Baixar para Windows**. 2018. Disponível em: [http://qgis.org/downloads/QGIS-OSGeo4W-3.2.3-1-Setup-x86\\_64.exe](http://qgis.org/downloads/QGIS-OSGeo4W-3.2.3-1-Setup-x86_64.exe). Acesso em: 13 out. 2018;

<sup>18</sup> O QGIS é um aplicativo GIS profissional que é construído em cima e é *software* livre e de código aberto; e

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. **QGIS – A liderança do SIG de código aberto**. 2018. Disponível em: [https://www.qgis.org/pt\\_BR/site/about/index.html](https://www.qgis.org/pt_BR/site/about/index.html). Acesso em: 04 ago. 2018.

<sup>20</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Índice de /organizacao\_do\_territorio/malhas\_territoriais/malhas\_municipais/municipio\_2017/UFs/PR/**.

arquivos (shp, shx e dbf) que devem ser obtidos separadamente e armazenados em um mesmo local em seu disco rígido” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018<sup>22</sup>). Inserido no *software* QGIS o *shapefile*, é possível realizar o mapeamento geográfico desejado.

Depois da catalogados e inseridos nos *softwares* utilizados, os dados foram expressados em forma de gráficos, grafos, mapas geográficos quadros e tabelas. Esses tipos de expressões dos dados possibilitaram com que pudessem serem interpretados e analisados de modo qualitativo e verificado como a *internet*, especificamente a mídia social Facebook, impactou os protestos realizados no Estado do Paraná nas Jornadas de Junho de 2013.

Após essa descrição dos procedimentos metodológicos, na sequência, é buscado no capítulo seguinte, discutir sobre o que é democracia para Hannah Arendt e, posteriormente, alinhar essa definição com a Geografia Política. Nesse capítulo também foi buscado, mesmo que de forma breve, verificar a estruturar fisiológica da democracia do Brasil.

---

2017. Disponível em: [ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/malhas\\_territoriais/malhas\\_municipais/municipio\\_2015/Brasil/BR/br\\_unidades\\_da\\_federacao.zip](ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015/Brasil/BR/br_unidades_da_federacao.zip). Acesso em: 04 ago. 2018;

<sup>21</sup> INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ. **Divisão Político-Administrativa**. 2018. Disponível em: [http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Dados\\_2017/municipios\\_pr\\_2017\\_UTM\\_SAD69.7z](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Dados_2017/municipios_pr_2017_UTM_SAD69.7z). Acesso em: 04 ago. 2018; e

<sup>22</sup> Ministério do Meio Ambiente. **Download de dados geográficos**. 2018. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>. Acesso em: 04 ago. 2018.

## 2 A DEMOCRACIA SEGUNDO HANNAH ARENDT

**Figura 3** – Hannah Arendt no ano de 1969.



**Fonte:** Bernstein (2018)<sup>23</sup>.

Este capítulo discute a democracia arendtiana e relaciona esse debate ao modelo democrático em vigência no Brasil contemporâneo, abordando questões no campo da Geografia Política. Mas antes, primeiramente se fez necessário realizar um resgate histórico da filósofa Hannah Arendt, conforme se visualiza na Figura 3 quem ela foi, o que permitiu compreender o que é a democracia participativa na sua visão.

<sup>23</sup> BERNSTEIN, Richard. **The Illuminations of Hannah Arendt**. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/06/20/opinion/why-read-hannah-arendt-now.html>. Acesso em: 08 abr. 2019.

## 2.1 BREVE BIOGRAFIA DE HANNAH ARENDT

Hannah Arendt ou Johanna Arendt, nasceu em 1 de outubro de 1906 em Linden-Alemanha (Antigo Império Alemão), e faleceu no dia 4 de dezembro de 1975 em Nova Iorque-EUA (Estados Unidos da América). Com ascendência judaica, Arendt é considerada uma das filósofas mais influentes do século XX, principalmente no campo político.

Teórica política de renome e importância mundial, conforme aponta Chazit Hanoar (2018), é ainda uma das filósofas mais lidas. Suas obras são de extrema importância dentro do campo da Filosofia Política. “Suas análises políticas perspicazes lhe valeram distinções como o Prêmio Lessing de 1959” (DEUTSCHE WELLE, 2016).

Arendt buscava defender o pluralismo no âmbito político. Para ela, o pluralismo só pode ocorrer por meio de uma potencial liberdade e igualdade política que seria gerada entre as pessoas (SOUZA, 2015).

Sobre a sua infância, Chazit Hanoar (2018) descreve que foi marcada por dificuldades. Com sete anos de idade o seu pai e engenheiro Paul Arendt (1873 – 1913) faleceu. Anos depois Arendt teve que conviver com conflitos da Primeira Guerra Mundial. No ano de 1920 a sua mãe Martha Cohn Arendt (1874 – 1948) se casou novamente e, por meio desse casamento, nasceram as suas duas meias-irmãs (CHAZIT HANOAR, 2018).

Nos anos posteriores, especificamente em 1924, conforme descreve o Centro de Estudos Hannah Arendt (2017), ela iniciou os seus estudos formais na Universidade de Marburg e, de forma breve, foi aluna e amante de Martin Heidegger (1889 – 1976). O seu romance com Heidegger se tornou notícia e, juntamente com o casal formado por Jean Paul Sartre (1905 – 1980) e Simone Beauvoir (1908 – 1986), estão entre os casais intelectuais mais notórios.

No entanto, esse relacionamento não durou muito e, segundo a versão brasileira do periódico jornalístico *online* alemão Deutsche Welle (2016), fez a jovem Arendt se mudar para Heidelberg

[...] porém, o mestre era casado, fato que fez a jovem decidir se mudar para Heidelberg, onde completou seu doutorado em 1928, sob a assistência de Karl Jaspers. Entretanto, a ascensão de Hitler ao

poder na Alemanha alterou radicalmente a vida da filósofa de origem judaica.

Na nova cidade Arendt iniciou os seus estudos na Universidade de Heidelberg e, sob a orientação do filósofo Karl Jaspers (1883 – 1969), defendeu a sua tese de doutorado intitulado em alemão como *Liebesbegriff bei Augustin* ou "O Conceito de Amor em Santo Agostinho", em 1928. No ano seguinte se casou com Günther Stern (1902 – 1992), casamento este de pouca duração (CENTRO DE ESTUDOS HANNAH ARENDT, 2017).

Correia (2006, p. 1) aponta que, no final da década de 1920, Hannah Arendt começou a se envolver com a política judaica

[...] no final desta década, ela se envolveu com a política judaica através do movimento sionista e no começo da década seguinte, em 1933, com a ascensão do nazismo e o incêndio do Parlamento Alemão em Berlim, cidade onde ela residia desde 1930 com seu primeiro marido, foi perseguida e presa por suas atividades.

Com a ascensão ao poder como Terceiro *Reich*<sup>24</sup> no governo alemão por Adolf Hitler (1889 – 1945), fez com que, de acordo com Souza (2015), Arendt fosse impedida de defender a sua segunda tese. Esse bloqueio impediu que ela pudesse assumir a docência nas universidades alemãs.

Arendt foi perseguida e presa, mas em sua fuga, ocorrida após oito dias presa, segundo a descrição do Centro de Estudos Hannah Arendt (2017), deixou a Alemanha com a sua mãe e, sem nenhum documento, foge para Praga-República Checa (na época era a capital da antiga Tchecoslováquia), depois para Genebra-Suíça e, por fim, para Paris-França. Na França, de acordo com Chazit Hanoar (2018), Arendt trabalha na *Youth Aliyah*

[...] em Paris, trabalhou na Youth Aliyah, ajudando a resgatar crianças judias da Alemanha e a levá-las para o que viria a se tornar o Estado de Israel. Após divorciar-se de Günter Stern, casou-se com Heinrich Blücher, de quem foi separada após a invasão alemã na França, em 1940. Hannah foi levada para o campo de refugiados de Gurs, de onde fugiu, ao reencontrar seu marido, para Nova Iorque, Estados Unidos.

Em 1951, período Pós-guerra, Arendt publicou o seu estudo "Origens do Totalitarismo". Também escreveu sobre *Vita Activa*, uma teoria da atividade política (DEUTSCHE WELLE, 2016). Ainda na década de 1950 Arendt publicou outras obras

<sup>24</sup> O seu governo como *Führer* da Alemanha durou entre 2 de agosto de 1934 à 30 de abril de 1945.

importantes, como a “Ideologia e Terror” em 1953. Além disso, Correia (2006, p. 2) descreve que, na década de 1960, a filósofa publicou outras obras revolucionárias para o campo filosófico e científico político

[...] no início da década de 60 publicou *Sobre a revolução*, um estudo do fenômeno revolucionário a partir principalmente das experiências francesa e americana, e *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Este último, resultado do acompanhamento do julgamento do criminoso nazista Adolf Eichmann, o oficial responsável pelo transporte dos judeus para os campos de concentração, permaneceu sob o signo da polêmica.

Em 1963, segundo Souza (2015), “Hanna Arendt é contratada como professora da Universidade de Chicago, onde ensina até 1967, ano em que se muda para Nova York”, Estados Unidos. Nesta nova mudança Arendt passa a lecionar na *New School for Social Research*, entre os anos de 1967 e 1975.

No início da década de 1970, segundo o Centro de Estudos Hannah Arendt (2017), a filósofa se recolheu no seu pensar

[...] nesses últimos anos de vida, Hannah Arendt recolhe-se no pensar, na filosofia, procurando uma noção do pensar que olhasse para o passado e nele encontrasse uma história significativa e nos prepara para fazer julgamentos sobre o mundo.

Entre 1973 e 1974, Arendt fica responsável em proferir nas Palestras Gifford, na Universidade de Aberdeen na Escócia, Reino Unido. No ano seguinte, especificamente em 4 de dezembro de 1975, a filósofa Hannah Arendt faleceu em Nova Iorque. Mas antes de morrer, ela sofreu um ataque cardíaco em maio de 1974 (CENTRO DE ESTUDOS HANNAH ARENDT, 2017).

Por fim, em 1975, Hannah Arendt recebeu o *Sonningprisen* ou o Prêmio Sonning, da Universidade de Copenhague. Esse prêmio é entregue bianualmente e visa reconhecer contribuições de destaque de personalidades europeias.

Como pessoa notável na sociedade, a sua história foi contada no formato de filme. A obra cinematográfica “Hannah Arendt” foi lançada em 5 de julho de 2013 no Brasil e tem a direção de Margarethe von Trotta<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> ADORO CINEMA. **Hannah Arendt**. 2017. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-198292/>. Acesso em: 31 dez. 2017.

## 2.2 A DEMOCRACIA ARENDTIANA E A GEOGRAFIA POLÍTICA

O que é democracia? Como Hannah Arendt pensava a democracia? É possível relacionar o campo científico da Geografia Política com o conceito de democracia arendtiana?

A Geografia Política, de modo oficial, segundo Raffestin (1993), surgiu em 1897, por meio de uma obra de Ratzel. Nascido em Karlsruhe-Alemanha (antigo Império Alemão que existiu entre 1871 a 1918) no dia 30 de agosto 1844, sendo que ele faleceu em Ammerland-Alemanha em 09 de agosto de 1904. O alemão e geógrafo Friedrich Ratzel é apontado como o ícone da Geografia Política, o pioneiro dos estudos ligados a esse campo científico geográfico. Seus estudos permitiram toda a estruturação do conhecimento científico voltado para a política na Geografia. “A *Antropogeografia* e a *Geografia Política*, ambas as obras de Friedrich Ratzel, são consideradas as pedras angulares do pensamento do geógrafo alemão considerado o fundador da Geografia Humana” (SOUZA, 2014, p. 155).

Para compreender o que é a Geografia Política, numa perspectiva ratzeliana, se faz necessário partir do entendimento que existe uma harmonia entre o ser humano e o solo (espaço), que juntas constituem a interação da formação do Estado. Cada Estado para o geógrafo alemão, de acordo com Mazis e Stogiannos (2010, p. 11), é como se fosse um pedaço no espaço ou na terra

[...] *ausgangspunkt der ratzelschen Staatsauffassung ist der Einklang von Mensch und Boden, die konstituierenden in ihrer Wechselwirkung Elemente der Staatenbildung. Jeder Staat ist, so Ratzel, ein Stück Menschheit und ein Stück Boden und die Erdgebundenheit der Menschen.*<sup>26</sup>

O Estado é uma forma de organização, segundo Ratzel. As pessoas são como um grupo politicamente conectados com outros grupos e, também de indivíduos, que não necessitam terem vínculo parentesco, já que estão conectados em um espaço comum (MAZIS; STOGIANNOS, 2010).

É nesse espaço comum que as pessoas irão se relacionar como uma sociedade. No espaço comum as pessoas passam de apenas indivíduos para uma

<sup>26</sup> O ponto de partida da concepção ratzeliana do estado é a harmonia do homem e do solo, o constituinte em seus elementos de interação do estado-construção. Cada Estado, de acordo com Ratzel, é um pedaço de humanidade e um pedaço de terra e da terra-ligação dos seres humanos.

sociedade coletiva, e nisso, interesses antes individuais passam a ser retirados e os interesses para o todo se sobrepõe. Essa situação remete a esfera pública da filósofa Hannah Arendt. Entretanto, o que é essa esfera pública?

Antes de buscar a definição da esfera pública, se faz necessário apontar que o termo público denota dois fenômenos profundamente similares, mas não idênticos. O primeiro se refere a tudo o que pode vir a público e que permite ser visto e ouvido por todos, além de ter uma maior divulgação (ARENDR, 2007).

Esse público é a aparência ou a realidade, que de acordo com Arendt (2007, p. 59), “decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima”. São consideradas as paixões do coração, do pensamento da mente, dos deleites dos sentidos, e que juntas vivem como uma espécie de existência indefinida e incompreensível. Essa situação muda quando ela passa a ser alterada, “desprivatizadas” e “desindividualizadas”, até que se tenham uma aparência pública, segundo a autora.

A segunda definição é o próprio mundo, no qual esse mundo acaba se tornando comum para todos e indiferentemente do lugar em que nos cabe ali dentro. "Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica" (ARENDR, 2007, p. 62). O que é referido aqui é o artefato da vida humana, com o produto nas mãos dos seres humanos, tendo as negociações finalizadas pelos que habitam este mundo feito por eles mesmos.

A esfera pública, conforme aponta Arendt (2007), considera irrelevante o sentimento que se faz presente no privado e no público – não se deve determinar que não serve, pois no privado os sentimentos ganham importância. No mundo comum, há reunido a companhia de uns e dos outros e não as emoções.

Nesse mundo comum, mesmo que se reúna na companhia de uns dos outros, é evitado que se haja colisão de uns com os outros. Assim, como coloca Arendt (2007, p. 62), neste mundo comum não é a quantidade de pessoas o problema, mas o fato de que este mundo não consegue mantê-la unidas e causa a sua não realização

[...] o que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las.

O que faz com que se tenha essa ligação é um ideal ou princípio, que permitirá mantê-la unida. “Encontrar um vínculo entre os homens, suficientemente forte para substituir o mundo, foi a principal tarefa política da antiga filosofia cristã” (ARENDR, 2007, p. 62). Esse caminho foi feito por Agostinho de Hipona (354 – 430), quando propôs instituir a caridade não apenas como uma “irmandade” do cristão, mas o seu objetivo era colocá-la como uma relação comum das relações humanas.

O público seria os interesses comuns, sendo que não deveria interferir nos interesses particulares, além de ter como objetivo o atendimento do coletivo ou do universal. No particular acontece as relações individuais, os interesses importantes apenas para esse espaço, sendo que uma família internamente tem toda uma relação única e seus interesses não são importantes para uma outra família, por exemplo.

Nisso, visando fazer uma conexão entre o espaço comum para Ratzel com o espaço público de Arendt, considera-se que o Estado é como se fosse um organismo vivo, assim comparado pelo próprio geógrafo. Quando Ratzel coloca que o Estado é como um organismo vivo, ele buscou compreender que o Estado nasce e vive, podendo morrer em alguns casos – como um ser vivo, no sentido figurado. Se for verificar na história política, é possível identificar que alguns governos nasceram e morreram, como por exemplo: O Império Romano. Essa concepção de Estado ratzeliana se deve a influência que o geógrafo teve durante o seu período universitário.

Costa (2013) aponta que a formação inicial de Ratzel é na Geografia, posteriormente ele realizou o curso de Zoologia em Heidelberg, local em que este geógrafo sofreu a influência do biólogo alemão Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834 – 1919). Essa influência foi tão intensa que Ratzel chegou a publicar estudos com conteúdo naturalista-evolucionista<sup>27</sup>, conforme se refere o autor.

Segundo Costa (2013, p. 35), a ideia de que o Estado é como um organismo para Ratzel, se deve graças ao solo que condiciona as formas elementares e complexas de uma vida

[...] a ideia de *organismo* foi emprestada por Ratzel da biogeografia, para o qual o solo condiciona as formas elementares e complexas da vida. Nesse sentido, o Estado, como forma de vida, tenderia a comportar-se (por analogia) segundo as leis que regem os seres

<sup>27</sup> Ratzel sofreu influência de Charles Darwin (1809 – 1882).

vivos na terra, isto é, nascer, avançar, recuar, estabelecer relações, declinar etc.

Por meio da analogia do solo, é possível compreender como se permite ou não o desenvolvimento do Estado. Para que o Estado se desenvolva são necessários alguns fatores, neste caso, a “seleção natural de Estado”, que fará com que um Estado cresça, diminua ou desapareça.

A teoria da seleção natural tem como objetivo, dizer que a seleção natural beneficia “o surgimento de novas espécies, o que obriga a que outras passem a ter menos indivíduos, tornando-se cada vez mais raras, até serem extintas”<sup>28</sup>. Nesse caso, na questão do Estado, será preciso considerar os fatores naturais, pois se ele não conter uma estrutura natural que garanta a sua sobrevivência, dificilmente não causará a sua extinção.

Todavia, esse fator pode condicionar a uma ideia de determinismo profundo – Ratzel muitas vezes foi mal interpretado, o que levou seus trabalhos a serem considerados deterministas ao extremo – claro que as condicionantes naturais são apenas um dado geral ou uma base concreta ou, também podendo ser considerado como fator potencial (COSTA, 2013).

O ponto importante para o desenvolvimento e a eficácia do Estado é tornar esse potencial em algo efetivo. Não adianta um Estado ter toda uma estrutura natural favorável se não aproveitar ao seu favor.

O conhecimento do solo ou do terreno é importante, conforme aponta Tzu (2016), quando diz que é necessário compreender a formação natural, pois ela é a melhor aliada. O autor se refere ao conhecimento do território, já que poderá permitir melhores chances para a vitória. Um exemplo do uso do território a seu favor ocorreu na Campanha da Rússia em 1812, entre os antigos Império Francês e o Império Russo.

A seriedade do conhecimento do seu solo é importantíssima, pois na maior parte das vezes um Estado teve seu óbito devido à um fator interno – na melhor forma didática para dizer isso é dizer que o Estado é como fosse um ser vivo, que pode vim a falecer graças a uma doença ou uma degeneração de um dos seus órgãos, sendo que nesse caso uma guerra civil é um exemplo – mas existem os

---

<sup>28</sup> DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**: Através da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela sobrevivência. Tradução de Ana Afonso. Leça da Palmeira: Planeta Vivo, 2009. Tradução de: *The Origin of Species by Mean of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life.*

fatores externos – como por uma bactéria ou vírus, que neste caso seria graças a um outro Estado, por exemplo.

Entretanto, como Van Creveld (2004) destaca, o Estado que Ratzel dirige como um organismo vivo é de fato uma entidade abstrata. Não é visível vê-lo e também não é palpável, porque não se pode tocar no Estado. Tanto o Chefe de Estado quanto o simples cidadão comum, nem toda a conjuntura, pode se auto declarar oficialmente como o Estado. Todavia, como o próprio autor coloca, todos são incluídos no Estado e ele (Estado) está acima de todos.

Van Creveld (2004, p. 1) compara o Estado como uma corporação, assim como uma universidade, uma igreja ou até como uma companhia

[...] é o mesmo que dizer que o Estado, sendo distinto tanto de seus membros quanto de seus regentes, é uma corporação, assim como universidades, sindicatos e igrejas, entre outras coisas. À semelhança de qualquer corporação, também tem diretores, funcionários e acionistas. É corporação sobretudo no sentido de que possui uma *persona* jurídica própria, o que significa que tem seus direitos e deveres e pode realizar diversas atividades como se fosse uma pessoa de carne e osso.

Contudo, como o próprio Van Creveld (2004) diz, o diferencial do Estado com as outras corporações se deve, primeiramente, que é o Estado que autoriza ou não as corporações reais e, também, determinadas funções (como as apontadas referente ao interesse de soberania) são de exclusividade do Estado. O Estado é a que exerce as funções, conforme lhe interessa, sobre um determinado território – ou solo de acordo com Ratzel – sendo que a sua jurisdição é exclusiva e abrangente, podendo ser modificada sem ter que ter a autorização de uma entidade maior.

Outro ponto, de modo especial, que precisa ser considerado é o desenvolvimento estatal realizado no Estado, pois ela deverá estreitar um vínculo possível que seja os seus laços de coesão e unificação, buscando atingir o todo. “Para Ratzel, o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais” (RAFFESTIN, p. 1993, p. 13).

O enraizamento de um povo parte da questão referente a nação se erguer por meio de uma consciência de unidade cultural e do destino do povo. Essa conscientização através da expressão de símbolos da pátria e apoiada na distinção entre o natural e o estrangeiro, estabelece vínculos abstratos ou ideológicos. “Esse processo é camuflado pelo nacionalismo” (MAGNOLI, 1997, p. 15).

Esse nacionalismo não pode ser confundido com o antissemitismo, principalmente o antissemitismo moderno. O nacionalismo tradicional passou por um declínio, enquanto o antissemitismo moderno crescia entre o final do século XIX e início do século XX (ARENDR, 1989). Esse declínio do nacionalismo tradicional permitiu o surgimento de nacionalismos extremos, como ocorreu com o nacionalismo dos nazistas. Esse surgimento fez ocasionar a criação de um sentimento de antissemitismo na sociedade alemã<sup>29</sup>.

Esse sentimento de desprezo pelo outro foi apontado por Raffestin (1993), ao dizer que em uma sociedade multirracial ou multiétnica, é possível que ocorra todo um conjunto de dispositivos que possibilitarão um grupo triunfar sobre outro. Esse triunfo faz surgir a discriminação com o “diferente” e causa o início da desigualdade na sociedade.

Existem alguns exemplos de discriminação, como por exemplo o de natureza espacial. Um exemplo de como se dá a discriminação espacial, é preciso considerar dois grupos: O grupo A é o majoritário, e o grupo B o minoritário. “O grupo A pode impor ao grupo B uma localização determinada, uma certa região do território, um bairro específico na cidade etc.” (RAFFESTIN, 1993, p. 132). A imposição territorial de um grupo sobre o outro foi muito realizada ao longo da história da humanidade, fazendo com que o grupo inferior não tenha acesso à um determinado local.

Contudo, a discriminação espacial raramente será a única discriminação pela qual um determinado grupo irá passar. Geralmente ela vem acompanhada com outras medidas.

Além do mais, conforme aponta Raffestin (1993, p. 134), “a discriminação espacial pode tomar formas menos institucionalizadas, mas igualmente separatistas”. Um exemplo são os guetos ou os bairros raciais existentes nos Estados Unidos, pois são territórios que constituem ali uma discriminação espacial, mesmo que oficialmente não sejam.

---

<sup>29</sup> “Os nazistas não eram meros nacionalistas. Sua propaganda nacionalista era dirigida aos simpatizantes e não membros convictos do partido. Ao contrário, este jamais se permitiu perder de vista o alvo político supranacional. O “nacionalismo” nazista assemelhava-se à propaganda nacionalista da União Soviética, que também é usada apenas como repastos aos preconceitos das massas. Os nazistas sentiam genuíno desprezo, jamais abolido, pela estreiteza do nacionalismo e pelo provincianismo do Estado-nação. Repetiram muitas vezes que seu movimento, do âmbito internacional (como, aliás, é o movimento bolchevista), era mais importante para eles do que o Estado, o qual necessariamente estaria limitado a um território específico” (ARENDR, 1989, p. 23-24).

Essa discriminação espacial permite que surja o antissemitismo moderno, como já abordado. Entretanto, quando surgiu esse antissemitismo moderno?

Esse termo é remetido para denominar a perseguição sofrida pelos judeus – assim como a perseguição sobre os ciganos, comunistas, negros e entre outros – durante o Nazismo. No entanto, não foram os nazistas os primeiros a perseguirem o povo judaico. Ao longo dos séculos a sociedade judaica foi perseguida, por diversos povos ou governos, porém os motivos giravam em torno desse sentimento antijudaico. Todavia, quando mais o preconceito foi adquirindo relevância política e somente combinado com uma questão política importante, ou quando os interesses grupais dos judeus entraram em conflito aberto com os de uma classe dirigente ou aspirante ao poder (ARENDR, 2007), passou-se então a mudar os motivos e agravar o preconceito.

Arendt (2007) diz que, devido a incompetência dos Estados Modernos na Europa referente à questão de garantir o mínimo de igualdade através da libertação dos camponeses no campo, fez com que criasse um sentimento de desprezo pelos judeus, maior do que já existia. Se antes as acusações muitas vezes eram a respeito de questões religiosas, hipoteticamente, começou-se a ter o desprezo relacionado com política e economia – mesmo que a população judaica fosse significativa, ela não tinha tanto poder político como era pregado.

Hitler em sua obra *Mein Kampf* (Minha Luta<sup>30</sup> em português), publicado no ano de 1925, compara a civilização judaica como “parasitas” ou um “micróbio”. Para ele, os judeus por não terem um Estado territorial próprio, se espalhavam pelos “Estados Arianos” e introduziam na sociedade “as suas mentiras”<sup>31</sup>. Por meio da imprensa, através de Paul Joseph Goebbels (1897 – 1945) como Ministro da Propaganda da Alemanha Nazista, Hitler pôde dizer que os judeus introduziam seus ideais políticos e econômicos, e, assim, distorciam a sociedade em que tinham se introduzido. Essas e tantas outras acusações preconceituosas criaram o sentimento antissemita sobre os judeus. Não se via o judeu como um indivíduo de sua nacionalidade, mas como um estranho, mesmo que ele tenha nascido ali.

Com essa situação enfrentada pelos judeus, vêm as seguintes questões: O que é o Estado? E nacionalidade? Será que só por nascer em um determinado

<sup>30</sup> HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. München: August Pries G.m.b.H., 1943. v. 2; e

<sup>31</sup> “Der Jude ist der große Meister im Lügen, und Lug und Trug sind seine Waffen im Kampfe” (HITLER, 1943, p. 386).

Estado o indivíduo pode-se classificar como pertencente a esse povo, e, com isso, ter direito à voz?

Essas questões são importantes, porém, ainda é necessário, inicialmente, verificar o significado do termo ou denominação, Estado. É preciso deixar claro que o Estado, neste caso o Estado Moderno, o seu modelo não existiu sempre, diferentemente de governo. Ao longo da história da humanidade o ser humano, como espécie animal, viveu e vêm vivendo de modo coletivo ou social, fazendo com que esse fator permitisse que alguns grupos vivessem no formato de comunidades. O seu formato de viver não necessariamente necessitou de uma forma de organização como de um Estado.

Referente ao conceito de Estado, existem várias visões ou interpretações. Um exemplo é como “os marxistas nos dirão que o Estado e o governo somente são legítimos se, em nome do proletariado, agem sob o comando do partido comunista” (FLEINER-GERSTER, 2006, p. 21). Segundo a visão marxista, “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2005, p. 42).

Lenin (2007, p. 25) aponta que o “Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes”. O Estado na concepção marxista-leninista, só existe se tiver as contradições e as lutas de classes. “Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (LENIN, 2007, p. 25).

Em uma visão mais liberal, o Estado, de acordo com Bresser-Pereira (2007, p. 4), refere-se aos Estados-nação, que “são a unidade política territorial específica desse sistema econômico”. Graças a “Revolução Capitalista” se deu a origem aos atuais Estados Nacionais que emergiram de forma gradual. Segundo o autor, os Estados Nacionais são a forma mais abrangente de organização político-territorial nas sociedades capitalistas industriais, sendo que os Estados Nacionais são frutos do Capitalismo.

O conceito de Estado, conforme se tem até o presente momento, remete a Revolução Francesa, como descreve Raffestin (1993), ao dizer que se trata de um fenômeno recente. Esses Estados surgidos são os Estados Modernos, diferentemente dos Estados-Nação. Para caracterizar um Estado (Moderno ou não)

são necessárias determinadas características, que são: Autoridade; População; e Território.

A construção do conceito de Estado Moderno foi, de acordo com Fleiner-Gerster (2006), por meio de uma evolução secular a partir de uma ordem social fortemente hierarquizada na Idade Média. Roma Antiga (753 a.C. – 1453 d.C.) por exemplo, independentemente das suas fases de governo, pode ser considerado um Estado, uma vez que tinha todas as características de Estado, contudo, não é possível considerar Roma como um Estado Moderno, devido ao seu período de existência. O Estado Moderno é um Estado que surgiu após o período da Idade Média Europeia e, por isso, tanto Roma Antiga quanto qualquer outro tipo de Estado ou organização política coletiva que existiu até Idade Média Europeia, não são considerados Estados Modernos. Os Estados Modernos só surgiram na Idade Moderna, ou seja, posterior a Idade Média.

Conforme aponta Fleiner-Gerster (2006, p. 180) ao descrever como era formado a estrutura de governo na Idade Média Europeia, onde diz que é possível verificar o porquê de os Estados Modernos só surgirem após esse período histórico

[...] no primeiro plano encontra-se, sem sombra de dúvidas, a centralização crescente e a politização do poder. Na estrutura feudal da Idade Média, o poder significava ainda, em grande medida, uma dependência pessoal e jurídico-privada de um proprietário rural ou do mestre de uma corporação. Os servos pertenciam ao proprietário da terra, para o qual deviam trabalhar, mas que, por sua vez, devia deles cuidar. O aprendiz, dependia, em grande medida, do seu mestre. A dependência foi, posteriormente, abrandada em relação aos oficiais, mas não abolida.

Por meio dessa relação de dependência privada que havia na Europa Medieval, se verifica uma semelhança substancialmente com a dependência que ligava aos proprietários rurais (servos) aos duques e aos príncipes, tendo que inclusive prestar fidelidade extrema. Havia uma centralização do poder e os indivíduos se tornaram apenas súditos diretos do rei ou do príncipe (FLEINER-GERSTER, 2006), além disso não se pode também esquecer do grande poder político que a Igreja Católica Apostólica Romana detinha na Europa Medieval. Quando essa forma de dependência começa a se dissolver, inicia-se então o processo da criação de uma nova forma de poder – o surgimento dos novos Estados.

O desaparecimento gradual do sistema de governança existente na Europa Medieval, segundo Arendt (1989), se deve porque o povo descobriu que os nobres eram parasitas, sem qualquer função real na condução do país.

Voltando ao caso da Roma Antiga e de outras civilizações existentes no passado; o que levou a sua ruína, em vários casos, é a criação da submissão da população perante o governo de forma autoritária. O homem nasceu para ser livre e por toda parte ele está agrilhado. A liberdade é o fator decisivo da existência do governo, pois se o povo detectar que não é livre, comprometerá a soberania do governo.

A liberdade é importantíssima para o ser humano, como destaca Rousseau (1996, p. 15)

[...] renunciar à própria liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres. Não há nenhuma reparação possível para quem renuncia a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza do homem, e subtrair toda a liberdade a sua vontade é subtrair toda a moralidade a suas ações. Enfim, é inútil e contraditória a convenção que estimula, de um lado, uma autoridade absoluta, e, de outro, uma obediência sem limites. Não está claro que não se tem o direito de tudo exigir? E esta simples condição sem equivalência, sem compensação, não acarreta a nulidade do ato? Pois que direito teria meu escravo contra mim, se tudo o que ele possui me pertence, se, sendo seu direito o meu, esse direito meu contra mim mesmo é uma palavra desprovida de qualquer sentido?

Uma pessoa sem liberdade se torna apenas um escravo e, com isso, automaticamente se torna uma mercadoria. Até no período da Revolução Industrial foi notado que uma parte da sociedade “não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também dia a dia, hora a hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica” (MARX; ENGELS, 2005, p. 46).

Contudo, o que é escravo? Arendt (2007, p. 95) diz que, “ao contrário do que ocorreu nos tempos modernos, a instituição da escravidão na Antiguidade não foi uma forma de obter mão-de-obra barata nem instrumento de exploração para fins de lucro”. O objetivo principal da escravidão, naquele tempo, era excluir o labor – trabalho – dos seres humanos do comando. Um escravo, tanto na Antiguidade quanto nos tempos modernos, não tem direito ao voto ou a opinar. Se ele não tem direito à liberdade, então não é “competente a votar”.

Já no período Revolução Industrial ocorrida em alguns países da Europa, não se havia a prática da escravidão oficialmente, mas houve práticas de exploração

sobre o assalariado. A escravidão, teoricamente, torna o ser humano apenas como uma mercadoria, diferentemente do assalariado que é “livre” e tem esse estado de liberdade. Entretanto, o correto para saber se o indivíduo tem liberdade ou não, é se a pessoa tem direito ao voto, pois se não tem esse direito, esse indivíduo não passa de um escravo.

O economista sul-coreano Há-Joon Chang em seu livro “Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”, publicado pela Editora UNESP em 2004 no Brasil, fez uma catalogação referente a instituição da democracia nos PADs (Países Agora Desenvolvidos). O pesquisador buscou demonstrar que os ditos países democráticos” atualmente, não contêm um passado tão democrático.

Chang (2004, p. 129, grifo nosso) descreve que “a maior parte desses [...] **PADs** introduziu o sufrágio universal masculino entre a metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX”. Porém, esse mesmo processo não ficou isento de recuos ao longo do tempo.

**Tabela 1** – Instituição da democracia nos PADs.

<b>País</b>	<b>Sufrágio universal masculino</b>	<b>Sufrágio universal</b>
<b>Alemanha</b>	1849	1946
<b>Austrália</b>	1903	1962
<b>Áustria</b>	1907	1918
<b>Bélgica</b>	1919	1948
<b>Canadá</b>	1920	1970
<b>Dinamarca</b>	1849	1915
<b>Espanha</b>	n.d.	1977 (1931)
<b>Estados Unidos</b>	1965 (1870)	1965
<b>Finlândia</b>	1919	1944
<b>França</b>	1848	1946
<b>Holanda</b>	1917	1919
<b>Itália</b>	1919	1946
<b>Japão</b>	1925	1952
<b>Noruega</b>	1898	1913
<b>Nova Zelândia</b>	1889	1907

<b>Portugal</b>	n.d.	1970
<b>Reino Unido</b>	1918	1928
<b>Suécia</b>	1918	1918
<b>Suíça</b>	1879	1971

**Fonte:** Chang (2004, p. 130), adaptado pelo próprio autor.

Se observa na Tabela 1 em que ano cada um dos PADs regulamentaram o sufrágio universal masculino e o universal ou geral. Se nota que, mesmo nesses Estados Modernos não havia o escravismo – descartando as suas colônias –, conseqüentemente todas as pessoas eram libertas, entretanto o direito ao voto não era para todos.

Chang (2004) aponta que em certos casos o sufrágio tinha restrição a uma parte da população por determinados motivos. No caso da Alemanha, por exemplo, havia restrição referente a propriedade. No final do século XIX quando se viu que o SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*) teria reais chances de vitória, pelo menos nas eleições locais, a Saxônia não esperou e abandonou o sufrágio universal masculino instituído e criou um sistema eleitoral de três classes no estilo prussiano adotado pela Prússia entre os anos de 1819 a 1918 (CHANG, 2004).

Segundo Chang (2004, p. 129) cada uma dessas três classes elegiam o mesmo número de representantes no Parlamento

[...] nesse sistema, cada uma das três classes (distribuídas segundo a renda) elegia o mesmo número de representantes no Parlamento, o que significava que as duas superiores (que correspondiam, respectivamente, a 3%-5% e 10%-15% da população) sempre venciam a mais pobre nas urnas. Em 1909, a Saxônia se afastou ainda mais da democracia ao atribuir de um a quatro votos aos eleitores com mais renda e status. Por exemplo, os grandes proprietários tinham três votos adicionais; as pessoas instruídas e maiores de cinquenta anos também eram beneficiadas com votos extras.

O sufrágio universal na Alemanha viria só depois da II Guerra Mundial. No ano seguinte ao fim da guerra, em 1946, passa a vigorar o sufrágio universal na Alemanha.

No caso da Austrália e da Nova Zelândia, esses países foram os primeiros PADs a permitirem que as mulheres (1903<sup>32</sup> e 1907, respectivamente), tiveram o direito ao voto. Entretanto, só em 1962 que a Austrália estendeu o mesmo direito

<sup>32</sup> Mulheres brancas.

aos não-brancos, uma vez que existia restrições raciais como um empecilho do sufrágio universal, pois tanto o voto masculino quanto o voto feminino deveriam virem de pessoas apenas brancas.

Na Noruega o sufrágio universal masculino foi concedido no ano de 1898, sendo que apenas em 1907 que as mulheres puderam votarem, desde que elas fossem contribuintes ou casadas com contribuintes. O sufrágio universal só seria institucionalizado no ano de 1913 neste país (CHANG, 2004).

Na Espanha o sufrágio universal começou no ano de 1931, graças à uma série de governos republicanos de esquerda ou de centro-esquerda. Contudo, esse direito foi perdido graças ao Golpe Militar de 1936, liderado por Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo Franco y Barramonde (1892 – 1975), que extinguiu o sufrágio universal, voltando apenas a ser instituído novamente em 1977 (CHANG, 2004).

Na França, de acordo com Chang (2004, p. 128), haviam restrições ao voto, mesmo que a pessoa fosse pertencente do berço das revoluções democráticas modernas francesas

[...] na França, entre 1815 e 1830, só podiam votar os homens com mais de trinta anos que pagassem pelo menos trezentos francos em impostos diretos, o que significava que apenas oitenta-cem mil pessoas (isto é, 0,25%-0,3% de uma população de 32 milhões) iam às urnas.

Após esse período, entre os anos de 1830 a 1848, houve uma diminuição das exigências eleitorais francesas. Entretanto, o efeito não foi tão impactante de fato. Essa situação começa a se modificar quando no ano de 1848 é instituído o sufrágio universal masculino (CHANG, 2004). O sufrágio universal só começaria muito tempo depois, especificamente no ano de 1946.

No Reino Unido, Chang (2004) aponta que o sufrágio universal masculino, além do feminino, só seria instituído no ano de 1918. No entanto, só tinham direito as pessoas com mais de 30 anos. O sufrágio universal em si, só seria institucionalizado no ano de 1928, conforme é informado na Tabela 1.

No caso do Itália, o sufrágio universal masculino foi instituído em 1919, porém com restrições. Essa situação se modifica só após o fim da II Guerra Mundial, especificamente no ano de 1946, quando é instituído o sufrágio universal.

Em 1870 nos Estados Unidos foi permitido o direito ao voto para os homens negros por meio da Quinta Emenda da Constituição, porém, para segregar esse tipo

de eleitor, determinados estados sulistas criaram barreiras, conforme descreve Chang (2004, p. 129-131)

[...] nos Estados Unidos, a partir de 1870, permitiu-se que os homens negros voltassem, já que a Quinta Emenda à Constituição proibiu os Estados de negarem esse direito a quem quer que fosse “por conta da raça, da cor ou da anterior condição servil”. Posteriormente, no entanto, os Estados do Sul voltaram a retirar-lhes o direito de voto entre 1890 (Mississippi) e 1908 (Geórgia). Não podendo tomar medidas abertamente racistas, adotaram métodos como os impostos eleitorais e as exigências de propriedade (que também prejudicavam alguns brancos pobres), assim como os testes de analfabetismo (aplicado com extrema indulgência aos brancos).

A situação eleitoral nos Estados Unidos foi estabelecida no ano de 1965. Depois de avanços e retrocessos no direito ao voto para pessoas consideradas negras, apenas neste ano foi ajustada essa situação.

Outro exemplo é o caso da Finlândia, que não permitia o direito do voto aos comunistas. “A Finlândia proibiu os comunistas de votar em 1944” (CHANG, 2004, p. 132), mesmo que se tenha instituído o sufrágio universal neste ano, fazendo com que, diferentemente de outros países que tinham como justificativa as questões raciais, na Finlândia se utilizou o credo político como pretexto.

A partir desses exemplos catalogados por Chang, se observa que o exercício político do cidadão se iniciou nos países ditos atualmente serem altamente democráticos, só por meio de muitas lutas. O que chama a atenção é que, a liberdade só é completa se o indivíduo tem direito de exercer a sua presença na política, independentemente do seu pensamento ou ideologia, segundo Arendt. Se isso não ocorrer, ao invés do indivíduo ter liberdade, ele só foi liberto – assim como os indivíduos da Revolução Industrial que não eram escravos, mas também não tinham liberdade, uma vez que foram apenas libertos dos seus dominantes.

Porém, a liberdade completa apresenta limites, uma vez que ela não deve afetar a liberdade individual de outro indivíduo. Conforme Arendt aponta, segundo Torres (2007, p. 238) que

[...] liberdade não pode ser obtida na solidão e que não se resume ao “quero”, mas também necessita do “posso”, em outros termos, podemos dizer que liberdade não significa fazer o que se deseja, não significa soberania, pois só se é livre perante outros que também o sejam.

A liberdade entre iguais foi a base da *pólis* grega, uma vez que, diferentemente do âmbito doméstico ou particular, a *pólis* surgiu como um espaço de não distinção entre governantes e governados. Deste modo, “percebe-se que a liberdade não era obtida no relacionamento do eu consigo mesmo, mas sim na interação com seus semelhantes, pressupondo tanto a presença de outros “eus”, quanto a existência de um espaço público organizado” (TORRES, 2007, p. 238).

A *pólis* grega é a base da democracia moderna, no entanto, a democracia grega antiga se modificou ao longo da história, e, no que era antes, não existe mais.

Souza (2006, p. 322) diz que, atualmente a “democracia tornou-se, para muitos, simplesmente sinônimo da “democracia” existente em todos os países autotitulados” de democráticos. O que se tem é a democracia representativa e não a democracia participativa.

A democracia arendtiana está ligada à questão da liberdade de opinar, como diz Souza (2006, p. 322-323), ao dizer que o maior exemplo de democracia participativa ocorreu em Atenas, na Grécia Antiga, por meio da *pólis*. Mas, para o funcionamento da *pólis*, como já apontado, foi necessário que o indivíduo tivesse a liberdade.

A participação política do indivíduo está relacionada com a “Ação”, segundo Arendt em sua obra a Condição Humana (2007). Para Arendt existem três atividades humanas que são essenciais, uma vez que cada uma delas se refere a uma das condições básicas do ser humano.

O primeiro é o labor, e segundo Arendt (2007, p. 15), se refere “a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida”. O labor é a condição ligada à própria vida do ser humano. É no labor que são realizadas as atividades essenciais para a sobrevivência do ser humano, como a plantação.

O segundo é o trabalho que, de acordo com Arendt (2007, p. 15), é “a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último”. É por meio da atividade trabalho que é produzido o mundo “artificial” das coisas não apresentadas no ambiente natural. No trabalho são produzidos materiais complementares, ou que não são fundamentais para a sobrevivência humana.

A terceira atividade é a Ação que, conforme Arendt (2007, p. 15), é a “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana de pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”. A condição humana da ação é um luxo desnecessário, se levar em conta que os homens não passariam de repetições interminavelmente reproduzíveis do mesmo modelo. “A ação é a atividade por excelência” (ARENDR, 2007, p. 17).

Diferentemente de algumas espécies de animais, o ser humano é um animal que necessita da presença de outro da sua espécie, ou seja, de outro ser humano. “Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunha a presença de outros seres humanos” (ARENDR, 2007, p. 31). Todas as atividades humanas fazem com que o ser humano vive junto, mesmo que alguns acreditem que podem sobreviver de modo individual. Essa condicionante causa um efeito na ação, que coloca esse fator uma visão de sequer ser imaginada fora de uma sociedade humana, segundo a filósofa.

A democracia arendtiana se passa por meio da ação política. Mas para que a ação se faça presente, é imprescindível ocorrer a separação da esfera pública com a esfera privada. A esfera privada, segundo Arendt (2007), se refere a uma forma de sociedade e visa a tomada de interesses realizados no particular, no lar. É na esfera privada que acontece, naturalmente, a forma de governo “ditatorial”, sem escolha, ou seja, é no ambiente familiar que acontece o totalitarismo. No familiar que a autoridade se faz presente. Na esfera pública é ao contrário, ou seja, o que deve prevalecer são os interesses do coletivo. A esfera pública é como a *pólis* grega antiga, local em que todos buscavam as soluções para atender o coletivo e não o interesse particular ou privado (ARENDR, 2007).

Esse é o diferencial da democracia arendtiana, que todos tenham direito à voz. Mas esse direito traz a seguinte dúvida: E o tamanho da sociedade não é considerado? Como uma sociedade, como a brasileira que contém aproximadamente uma projeção de 209.291.887 milhões de habitantes<sup>33</sup>, consegue dar voz para todos?

---

<sup>33</sup> IBGE (2018). **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 26 dez. 2018.

Arendt (2007, p. 62) afirma que a quantidade não é o grande problema, mas é o tamanho da força de mantê-las unidas pelo mesmo propósito

[...] o que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre eles perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las.

O que a filósofa aponta é o caminho para uma democracia participativa, como o que era realizado pelos gregos antigos, e não uma democracia representativa, como atualmente. Mesmo com as falhas que podem ocorrer nesse processo democrático, a sociedade, num todo, deve ter consciência de seu papel perante a política. “A política é a fonte de nossa maior força” (HANKIN, 1963, p. 3).

É preciso que todos estejam comprometidos no interesse coletivo, e deixem para os seus lares os interesses ligados ao privado. De fato, o privado influencia o público, contudo, o caminhar que a sociedade deve priorizar, segundo Hannah Arendt, é o coletivo. A Geografia Política, como ciência, pode ser uma grande aliada nessa busca, pois a sua capacidade de compreender o Estado, pode auxiliar nesse compromisso de ter uma sociedade mais participativa e coletiva.

### 2.3 ESTRUTURA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: CURTA ANÁLISE

Nesta parte analisa-se a estrutura da democracia do Brasil, verificando como é estruturada a democracia brasileira e como a sociedade brasileira pode atuar nela. Foi utilizada a Constituição Federal de 1988 como base de análise.

No início da Constituição, no Título I, se refere “Dos Princípios Fundamentais”. No Art. 1<sup>o</sup><sup>34</sup> da Constituição de 1988 diz que a composição do país é formado por uma união indissolúvel entre Estados, Municípios e o Distrito Federal

[...] A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político”.

<sup>34</sup> No Parágrafo único do Art. 1º determina que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” – remete ao que aponta Rousseau em sua obra *Do Contrato Social*; e

O que chama a atenção logo no início da Constituição Federal, é que o Brasil é formado e não dividido, por Estados e Municípios, além do Distrito Federal. Esse cuidado no uso do termo é importantíssimo, já que formado significa, segundo o minidicionário Bueno (2000, p. 365), “modelado; diplomado; constituído”, enquanto o dividido diz respeito a “partido; repartido; desunido; separado; demarcado” (BUENO, 2000, p. 265). Por meio dessa diferenciação, é possível remeter que o Brasil é um país que se constitui por vários territórios, que juntos são indissolúveis<sup>35</sup> – não a possibilidade, constitucionalmente falando, que ocorra a saída de qualquer parte da composição da União.

Na sequência da análise desse artigo, o Inciso Quinto aponta a legalidade do pluralismo político<sup>36</sup>. Para poder compreender melhor sobre o pluralismo, é preciso ter em mente o que é o pluralismo. De acordo com Pinto Junior (2011, p. 37), pluralismo refere-se ao conceito de dignidade humana

[...] o pluralismo é visto como um direito à diferença e este se trata de um direito fundamental intrínseco ao conceito de dignidade humana, ou seja, um direito ao respeito e à tolerância de, em hipótese alguma, ser discriminado pelo fato de ser diferente ou adotar uma filosofia de vida, reverenciando-se a peculiaridade de cada indivíduo.

O pluralismo denota ao respeito e, principalmente, a tolerância do indivíduo, independentemente de quem for. Esse ponto volta a discussão que Hannah Arendt fez entre a diferença de liberdade e libertação em sua obra *Da Revolução* (2004). Para a filósofa, “a liberdade só era entendida como possível entre pares, ou seja,

<sup>35</sup> Esse fator torna, legalmente, que qualquer manifestação referente a separação de qualquer movimento que pede a separação ou a dissociação com o Estado Brasil ilegal. O Inciso primeiro do Art. 1 é bem explícito quando se refere a soberania da União.

<sup>36</sup> Capítulo V Dos Partidos Políticos

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: (EC no 52/2006)

I–caráter nacional;

II–proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III–prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV–funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1o É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

§ 2o Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3o Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4o É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar (CONSTITUIÇÃO, 2016).

entre iguais” (MÜLLER, 2013, p. 65). A libertação se refere “com a ânsia de se estar livre de qualquer forma de tutela [...] a de governos absolutistas, ou seja [...] ser livre de opressão (MÜLLER, 2013, p. 66, grifo nosso).

A Liberdade Arendtiana, segundo Müller (2013), remete a liberdade ateniense, liberdade que se refere ao respeito ao indivíduo como cidadão livre. Se o indivíduo não era livre na sociedade ateniense, então a pessoa era apenas um escravo ou uma mulher. Mesmo que a mulher fosse ateniense, ela ainda não era considerada como uma votante, então, assim como os escravos, ela não tinha liberdade – mesmo sendo “liberta”.

Voltando a questão do pluralismo político, segundo Pinto Junior (2011, p. 37) “nota-se que houve uma preocupação ao adotar o pluralismo político, considerando os variados aspectos sociológicos e culturais do nosso país, como a recepção em nosso território das variadas etnias de todo o mundo”. A multiplicidade cultural do país, criada ao longo da formação da sociedade brasileira, levou o cuidado de não considerar, mesmo de forma harmoniosa, a centralização de todos, principalmente dos excluídos. “Assim a Constituição Federal faz a primeira menção sobre o pluralismo no seu preâmbulo, definindo as raízes do pluralismo no Estado Democrático de Direito e Democracia, assegurando os direitos sociais e individuais” (PINTO JUNIOR, 2011, p. 38).

Atualmente, devido ao pluralismo político no Brasil, o país, conforme é informado na Tabela 2, conta com 35 partidos políticos<sup>37</sup> com registro no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Pinto Junior (2011, p. 38) descreve que os partidos políticos são os principais atores do contexto político brasileiro

[...] os partidos políticos são os principais atores do contexto político pluralista, funcionando como elo entre o povo representado e o Estado, gozando de liberdade e autonomia interna e possuindo natureza jurídica de direito privado. Porém, a liberdade não é absoluta, havendo algumas restrições quantitativas e qualitativas.

Se de um lado o pluralismo político permite a formação de grupos políticos que defendam os mais diversos interesses, no outro lado cria um tipo de “indústria de interesse político”, em que os interesses do coletivo são meramente ilustrativos. Para isso, é necessário a criação de leis que possibilitem a não realização dessa indústria política.

---

<sup>37</sup> Até o dia 16 de maio de 2018, às 22h25min., constava no *site* do TSE que haviam 73 partidos em formação (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018).

**Tabela 2 – Partidos Políticos Brasileiros.**

<b>NÚMERO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>LEGENDA</b>	<b>DEFERIMENTO</b>	<b>NÚMERO DA LEGENDA</b>
<b>1</b>	<b>MDB</b>	<b>Movimento Democrático Brasileiro</b>	<b>30.6.1981</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>PTB</b>	<b>Partido Trabalhista Brasileiro</b>	<b>3.11.1981</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>PDT</b>	<b>Partido Democrático Trabalhista</b>	<b>10.11.1981</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>PT</b>	<b>Partido Dos Trabalhadores</b>	<b>11.2.1982</b>	<b>13</b>
<b>5</b>	<b>DEM</b>	<b>Democratas</b>	<b>11.9.1986</b>	<b>25</b>
<b>6</b>	<b>PCdoB</b>	<b>Partido Comunista Do Brasil</b>	<b>23.6.1988</b>	<b>65</b>
<b>7</b>	<b>PSB</b>	<b>Partido Socialista Brasileiro</b>	<b>1°.7.1988</b>	<b>40</b>
<b>8</b>	<b>PSDB</b>	<b>Partido Da Social Democracia Brasileira</b>	<b>24.8.1989</b>	<b>45</b>
<b>9</b>	<b>PTC</b>	<b>Partido Trabalhista Cristão</b>	<b>22.2.1990</b>	<b>36</b>
<b>10</b>	<b>PSC</b>	<b>Partido Social Cristão</b>	<b>29.3.1990</b>	<b>20</b>
<b>11</b>	<b>PMN</b>	<b>Partido Da Mobilização Nacional</b>	<b>25.10.1990</b>	<b>33</b>
<b>12</b>	<b>PRP</b>	<b>Partido Republicano Progressista</b>	<b>29.10.1991</b>	<b>44</b>
<b>13</b>	<b>PPS</b>	<b>Partido Popular Socialista</b>	<b>19.3.1992</b>	<b>23</b>
<b>14</b>	<b>PV</b>	<b>Partido Verde</b>	<b>30.9.1993</b>	<b>43</b>
<b>15</b>	<b>AVANTE</b>	<b>Avante</b>	<b>11.10.1994</b>	<b>70</b>
<b>16</b>	<b>PP</b>	<b>Partido Progressista</b>	<b>16.11.1995</b>	<b>11</b>
<b>17</b>	<b>PSTU</b>	<b>Partido Socialista</b>	<b>19.12.1995</b>	<b>16</b>

		Dos Trabalhadores Unificado		
18	PCB	Partido Comunista Brasileiro	9.5.1996	21
19	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	18.2.1997	28
20	PHS	Partido Humanista Da Solidariedade	20.3.1997	31
21	PSDC	Partido Social Democrata Cristão	5.8.1997	27
22	PCO	Partido Da Causa Operária	30.9.1997	29
23	PODE	Podemos	2.10.1997	19
24	PSL	Partido Social Liberal	2.6.1998	17
25	PRB	Partido Republicano Brasileiro	25.8.2005	10
26	PSOL	Partido Socialismo E Liberdade	15.9.2005	50
27	PR	Partido Da República	19.12.2006	22
28	PSD	Partido Social Democrático	27.9.2011	55
29	PPL	Partido Pátria Livre	4.10.2011	54
30	PATRI	Patriota	19.6.2012	51
31	PROS	Partido Republicano Da Ordem Social	24.9.2013	90
32	SD	Solidariedade	24.9.2013	77
33	NOVO	Partido Novo	15.9.2015	30
34	REDE	Rede Sustentabilidade	22.9.2015	18
35	PMB	Partido Da Mulher Brasileira	29.9.2015	35

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2018)<sup>38</sup>, adaptado pelo próprio autor.

Com o aumento de números de partidos políticos, perde-se gradualmente a essência ou importância da política pela sociedade. O ganho de números de legendas, segundo Aguiar (1988, p. 74-75), não corresponde ao aumento de números de pensamentos ou ideologias socioeconômicas

[...] ao pluralismo partidário não corresponde, em muitas sociedades modernas, um grau suficiente de pluralismo econômico e social—e onde há poderes alternativos ao poder político tendem a ser ou

<sup>38</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos Políticos registrados no TSE**. 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em: 16 maio 2018.

concentrações de poder econômico de expressão multinacional (com uma importante dimensão externa que escapa às instituições políticas tradicionais de âmbito nacional) ou formas corporativas (que escapam aos modos tradicionais de representatividade social).

Outro ponto importante sobre a democracia brasileira se deve a sua forma, uma vez que o país segue o modelo político Federalista, conforme registrado no Art. 1º da Constituição Federal de 1988. Mas o que é uma federação?

Inicialmente, para compreender o que é um Estado Federal, é necessário ter como princípio, que um Estado Federal seja um Estado formado pela união de um grupo de Estados Autônomos, onde, juntos, formam um Estado Maior ou Estado Nacional. “A União deve ser tida como o núcleo do Estado Federal, o que atribuiu ao marcante conceito de Federalismo a premissa da descentralização do exercício de poder político levado a uma ordem jurídica única que deve ser seguida” (LIMA, 2008, p. 3).

A descentralização nada mais é que, como descrito por Lima (2008, p. 3), uma repartição de poderes

[...] em outros termos, a descentralização se conceitua como uma repartição de poderes, ou seja, de um lado encontra-se a esfera federal (governo central) e de outro as unidades autônomas (estados-membros) que possuem relativa independência, autonomia, política, organizacional e, principalmente, financeira.

Referente ao modelo de democracia, o Brasil segue o modelo de democracia representativa, já que o Art. 14º determina a soberania popular exercida por meio do sufrágio universal e por meio do voto direto e secreto.

Por fim, a República Federativa do Brasil é constituída por três Poderes, que são: Executivo; Judiciário<sup>39</sup>; e Legislativo. São Poderes independentes e, ao mesmo tempo, dependentes<sup>40</sup>, além de serem complexos a sua estrutura.

Referente ao primeiro Poder, o Brasil segue o modelo do Presidencialismo, que de acordo com Batista (2016) se difere do Parlamentarismo, uma vez que o governo só existe se tiver o apoio da maioria do Poder Legislativo

[...] no parlamentarismo, o governo somente existe enquanto mantém apoio da maioria do Legislativo e o foco do poder está no gabinete. Quando nenhum partido alcança status majoritário o governo é formado com apoio de uma coalizão multipartidária. Esse é o caso de

---

<sup>39</sup> Único que não é eleito diretamente pelo povo (voto), podendo ser nomeado através de concursos públicos ou indicação do Presidente; e

<sup>40</sup> Conforme é determinado no Art. 2º da Constituição Federal de 1988.

grande parte das democracias europeias. No caso do presidencialismo, o foco está no presidente e este é eleito por voto direto e normalmente possui autonomia para decidir a composição do governo. Sua estabilidade tem por base o mandato e não depende de apoio legislativo. O caso mais influente de presidencialismo é o sistema americano.

Todavia, o que se observa é um Presidencialismo de coalizão, como Batista (2016) destaca. Isso quer dizer que, é eleito o Chefe de Estado (Presidente da República) com um mandato próprio de quatro anos de duração, podendo ser estendido para mais quatro anos se reeleito, entretanto, para conseguir governar é preciso contar com apoio da maioria do Legislativo.

Com essa situação estruturada, se observa no país que o Presidencialismo de coalizão consegue causar novamente uma indústria de interesse político, já que para ganhar o apoio, o Executivo deverá se submeter as regalias de determinados membros do Legislativo<sup>41</sup>. Essa submissão de um dos Poderes diante do outro, além de ser inconstitucional, também contraria o que a filósofa Arendt diz sobre a importância de que os interesses particulares não devam ser primordiais em relação aos interesses coletivos – da sociedade num todo.

Com isso, após essa abreviada análise do sistema democrático brasileiro, é possível determinar que o Brasil é um país de democracia representativa e pluralista; composto por Três Poderes (Executivo; Judiciário; e Legislativo) e tendo o Executivo no modelo de Presidencialismo de coalizão. Além do mais, cada um dos Três Poderes são independentes uns dos outros, porém, devem trabalhar de forma harmoniosa entre eles.

Essa caracterização, mesmo que de forma breve, é necessária, pois a sociedade precisa compreender e entender como é formada a política brasileira. Após saber como é formada a estrutura da democracia do país, se espera que o indivíduo possa atuar democraticamente, ou realizar a ação de Arendt.

Essa atuação é importante, permitindo com que as pessoas se engajem nas decisões tomadas pelos seus representantes. Esse engajamento fará com que, a sociedade busque meios que permitem essa relação de Poder Público-Sociedade.

---

<sup>41</sup> O Judiciário também não pode ser descartado, uma vez que também tem poder de interferir nos outros Poderes, desde que seja seguido a forma determinada na Constituição.

### 3 AS NOVAS FORMAS DE AÇÃO POLÍTICA

O presente capítulo tem como objetivo, discutir o que são as mídias sociais, pois elas atualmente são as novas formas de atuação política por parte da sociedade. Para isso, buscou-se compreender o que é uma mídia social e as diferenças e semelhanças com a chamada rede social.

Discute-se também a respeito da *ágora* e como a sociedade está buscando novos meios de atuar politicamente em pleno século XXI. O capítulo se encerra com uma discussão sobre mídia social e educação. O foco será analisar as mídias sociais como novos espaços de atuação e de conscientização política.

#### 3.1 MÍDIAS SOCIAIS VS. REDES SOCIAIS: DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS

Mídia Social e Rede Social são algumas vezes confundidas e mal interpretadas sobre o seu real significado. As suas definições se distinguem, mas também apresentam particularidades similares.

Para Lima Junior (2009), graças ao desenvolvimento da tecnologia, ocorreu a convergência das mídias. Se antes tinha-se todo um processo físico de armazenar e compartilhar, com o desenvolvimento tecnológico, permitiu-se o surgimento dessas funções no digital.

De acordo com Torres (2009, p. 243), essas tecnologias são criações coletivas “direcionada a um determinado fim”. São instrumentos responsáveis por auxiliarem as ações humanas e conectar.

Atualmente existe uma grande quantidade desses instrumentos, visando atender um público geral – como o YouTube e Facebook – ou específico – Flickr e Pinterest. Contudo, diferentemente das mídias tradicionais<sup>42</sup> no qual os conteúdos são desenvolvidos pela empresa que mantém sob o seu controle tudo o que seu público-alvo lê ou se informe (MADEIRA; GALLUCCI, 2009), na mídia social o conteúdo é, de início, criado pelos usuários. É na mídia social que a informação pode ser gerada por qualquer pessoa e só será consumida se o usuário assim desejar, teoricamente.

---

<sup>42</sup> Como a imprensa veiculada nos jornais impressos, rádio e televisão.

O modelo das mídias tradicionais é o de empresa-usuário e não usuário-usuário. Nas mídias sociais a informação segue de modo descentralizado e não centralizado, conforme se apresenta nas mídias tradicionais a centralização.

Já a rede social, de início é preciso verificar a definição do termo rede. Rede é “empregado em diversas ciências, [...] é muito abrangente e, por isso, recebe diversos significados e aplicações” (DUTRA, 2009, p. 26).

Dutra (2009, p. 26) compara a definição de rede na área da Computação, que remete ao conjunto de computadores e os seus demais equipamentos, enquanto nas Ciências Sociais o termo rede se refere as relações

[...] no cotidiano, observam-se diversos empregos do termo, como, por exemplo, na Informática, onde “rede” é o conjunto de computadores, terminais e demais equipamentos periféricos, interconectados por linhas de comunicação [...] No escopo das Ciências Sociais, há uma ampla variedade de estudos sobre relações e redes inter-governacionais, porém com limites pouco definidos, diferentes focos de pesquisa e distintos exames de desenvolvimentos.

Etimologicamente o termo rede, de acordo com Dutra (2009), vem do latim *rete* e significa rede, que nada mais é como uma teia ou uma estrutura de entrelaçamento ou ligação de dois ou mais pontos.

A rede, de modo de análise, se apoia por meio da estrutura de relações que visam compreender uma infinidade de aparências. “As estruturas de relações podem ser econômicas, políticas, interacionais ou afetivas, entre outras formas” (SACOMANO NETO; TRUZZI, 2009, p. 600). Essas relações são expressadas através de elos, de conexões ou de ligações, entre essas unidades.

De acordo com Marteleto (2001, p. 2), as redes sociais passam a “representar um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

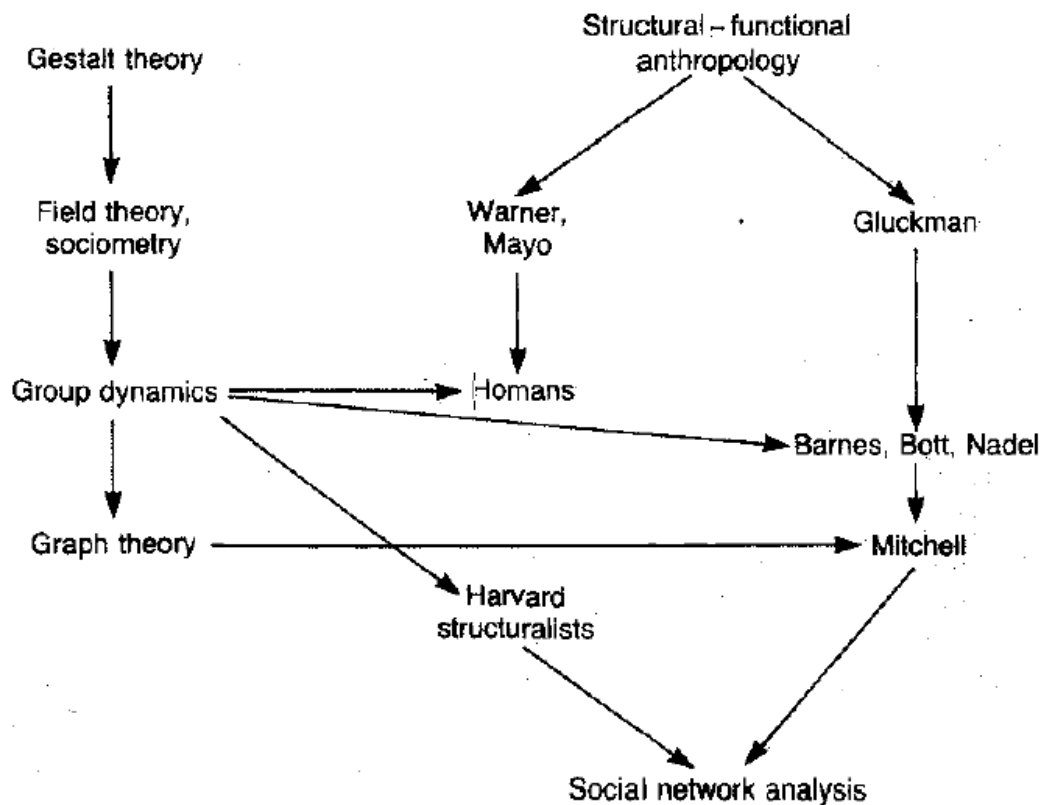
Giglio, Luiz e Najberg (2013) apontam que o paradigma da rede está relacionado com o social, graças às Ciências Humanas, principalmente da Sociologia. Segundo os autores, existe um pano de fundo social nas relações que produzem as redes e que podem ser voltadas para o comercial ou não.

Segundo Scott (2000), existem diversas linhas para o desenvolvimento de análise das redes sociais na atualidade. Essas linhas se cruzaram e se fundiram em determinados momentos, simplesmente para se divergirem futuramente.

De modo histórico, Scott (2000, p. 7) diz que, o modelo convencional de um estudo de redes sociais se denota dos analistas sociométricos, dos pesquisadores de Harvard da década de 1930 e dos antropólogos de Manchester

[...] *In this lineage there are three main traditions: the sociometric analysts, who worked on small groups and produced many technical advances with the methods of graph theory; the Harvard researchers of the 1930s, who explored patterns of interpersonal relations and the formation of 'Illiques'; and the Manchester anthropologists, who built on both of these strands to investigate the structure of 'community' relations in tribal and village societies. These traditions were eventually brought together in the 1960s and 1970s, again at Harvard, when contemporary social network analysis was forged.*<sup>43</sup>

**Figura 4** – Linguagem da análise em redes.



Fonte: Scott (2000, p. 8)

A Figura 4 demonstra a linhagem histórica da análise de redes, conforme Scott (2000) determina. É possível verificar que a Teoria de Gestalt é a que permitiu

<sup>43</sup> Nesta linhagem existem três principais tradições: os analistas sociométricos, que trabalharam em pequenos grupos e produziram muitos avanços técnicos com os métodos da teoria dos grafos; os pesquisadores de Harvard da década de 1930, que exploraram padrões de relações interpessoais e a formação de 'Illiques'; e os antropólogos de Manchester, que construíram em ambas estas vertentes para investigar a estrutura de relações da "Comunidade" em sociedades tribais e da vila. Estas tradições foram finalmente reunidas na década de 1960 e 1970, novamente em Harvard, quando a análise da rede social contemporânea foi forjada.

o surgimento da Teoria Field e da sociometria, enquanto do outro lado, por meio dos antropólogos, surgiu a estrutura funcional.

A análise das redes sociais sofreram grande influência das Ciências Exatas também, sendo que Kurt Lewin (1890 – 1947), Jacob Levy Moreno (1889 – 1974) e Fritz Heider (1896 – 1988), foram os proeminentes da Teoria de Gestalt<sup>44</sup> voltado para os estudos de rede. O primeiro foi responsável pela criação de um centro de pesquisa no Instituto de Tecnologia em Massachusetts, que mais tarde se mudaria para Michigan. É nesta última localidade que o centro se tornou o foco de pesquisa relacionada a percepção social e estrutura de grupo (SCOTT, 2000).

O segundo, Moreno, é responsável por explorar possibilidades de uso de métodos psicoterapêuticos voltados a estrutura das escolhas de amizades. Para isso, Moreno utilizou técnicas de experimentações, observações controladas e questionários para verificar como os grupos de pessoas se relacionavam (SCOTT, 2000).

Heider, de acordo com Scott (2000), foi responsável por verificar como as várias atitudes das pessoas em relação aos outros são levados para o estado de equilíbrio. Seus estudos contribuíram para o desenvolvimento da Psicologia Cognitiva.

Scott (2000, p. 11) descreve que Lewin, em seu trabalho inicial sobre comportamento de grupo, delineava sua visão sobre como o comportamento deveria ser visto como determinado pelos campos de forças, no qual o grupo deveria ser localizado e, com isso, poderem ser analisados

*[...] a social group, he argued, exists in a 'field', a social 'space' which comprises the group together with its surrounding environment. But the environment of the group is not seen as something purely external to and independent of the group. The environment that really matters to group members is the perceived environment. The perceived environment is what writers in the symbolic interactionist tradition called the 'definition of the situation', and its social meaning is actively constructed by group members on the basis of their perceptions and experiences of the contexts in which they act. The group and its environment are, therefore, elements within a single field of relations<sup>45</sup>.*

<sup>44</sup> A Teoria da Gestalt é a soma do todo e não dos particulares, ou seja, o todo é mais importante que as partes (BARRETO, 2017); e

<sup>45</sup> Um grupo social, ele argumentou, existe em um "campo", um "espaço" social que compreende o grupo, juntamente com o seu ambiente circundante. Mas o ambiente do grupo não é visto como algo puramente externo e independente do grupo. O ambiente que realmente importa para os membros do grupo é o ambiente percebido. O ambiente percebido é o que os escritores da tradição interacionista simbólica denominam de "definição da situação", e seu significado social é ativamente construído

Tichy, Tushman e Fombrun (1979, p. 509) apontam três conjuntos de propriedades de redes, que são os: Conteúdo Transacional; Natureza dos *Links*; e Características Estruturais

[...] A. *Transactional Content*: what is exchanged by the social objects. For instance, two employees may exchange information or affect. B. *Nature of the Links*: this property refers to the strength and qualitative nature of the relation between two social objects. C. *Structural Characteristics*: this property refers to the overall pattern of relationships between the system's actors. For instance, clustering, network density, and the existence of special nodes in the network are all structural characteristics.<sup>46</sup>

As redes podem, de acordo com Tichy, Tushman e Fombrun (1979), ser desenvolvidas para cada tipo de conteúdo. Um exemplo é de que a rede de troca de informações pode ser descentralizada, já a rede de influência pode ser centralizada.

Porém, a rede social precisa da teoria social. Isso é necessário, uma vez que “uma das questões clássicas da teoria social é como os comportamentos e as instituições são afetados pelas relações sociais” (GRANOVETTER, 2007, p. 3).

Ampla parte da tradição utilitarista, sobretudo da economia clássica e a neoclássica, conforme aponta Granovetter (2007, p. 3), “pressupõe um comportamento racional e de interesse pessoal minimamente afetado pelas relações sociais, invocando, assim, um estado idealizado não muito distante desses esquemas mentais”. No outro lado tem a imersão (*embeddedness*), cujo argumento mostra que os comportamentos e as instituições são tão compelidos pelas contínuas relações sociais, as quais não devem ser interpretadas como elementos independentes.

A imersão social surgiu, conforme apontam Machado e Nascimento (2010) nos trabalhos de Karl Polanyi (1886 – 1964), mas é através de Granovetter que se ganhou uma repercussão. Para Granovetter a imersão social se trata da imersão do comportamento socioeconômico.

---

pelos integrantes do grupo com base em suas percepções e vivências dos contextos em que Eles agem. O grupo e seu ambiente são, portanto, elementos dentro de um único campo de relações.

<sup>46</sup> A. conteúdo transacional: o que é trocado pelos objetos sociais. Por exemplo, dois funcionários podem trocar informações ou afetar. B. natureza das ligações: esta propriedade refere-se à força e natureza qualitativa da relação entre dois objetos sociais. C. características estruturais: esta propriedade refere-se ao padrão geral de relacionamentos entre os atores do sistema. Por exemplo, *clustering*, densidade de rede e a existência de nós especiais na rede são todas as características estruturais.

Granovetter (2007) discutiu os meios para chegar ao que é a imersão social. Inicialmente o autor aponta a super-socializada (*oversocialized*) e a subsocializada (*undersocialized*). Segundo Machado e Nascimento (2010, p. 71), o primeiro tem relação com os sociólogos e o segundo com os economistas

[...] as duas dizem respeito à atomização humana, entretanto a primeira é a visão dos sociólogos, em que a sociedade tem grande peso para o ator, pois os valores, normas são interiorizados, assim o indivíduo será influenciado por aquilo que acredita, existindo uma razão social para poder tomar suas decisões. Já a visão subsocializada é a dos economistas, em que o indivíduo não leva os outros em consideração na sua decisão, ele só se preocupa consigo mesmo para a tomada de decisão.

A *ameso*, terceira teoria, tem como objetivo em dizer que os atores não tomam decisões atomizadas, uma vez que os indivíduos estão imersos em redes de relacionamentos. Por meio disso, “Granovetter tenta mostrar [...] que a ação econômica é influenciada e não auto-regulada como propõe Adam Smith e os economistas clássico, ou então, que as relações sociais não são externas ao comportamento dos indivíduos” (MACHADO; NASCIMENTO, 2010, p. 72).

As redes sociais segundo Granovetter, conforme apontam Machado e Nascimento (2010, p. 72), podem gerar oportunidades de má-fé em algumas ocasiões

[...] as redes sociais, podem também gerar oportunidades para a má-fé nas seguintes ocasiões: a existência de grande confiança em uma outra pessoa, ocasionando oportunidades para ganhos por meio da má-fé; grupos que mantêm uma forte confiança interna podem se aproveitar para se utilizarem da má-fé, mas todos devem manter segredo, se um denunciar o outro, ocorrerá um efeito dominó; e por último a estruturação da rede social pode levar a uma grande dimensão de má-fé. Assim as redes geram confiança, mas não garante a má-fé.

Por fim, Granovetter (2007) buscou contrapor a teoria da Hierarquia de Oliver Williamson através da imersão social. Para que pudesse usar a imersão social com a teoria de Williamson, foi preciso se embasar em Thomas Hobbes (1588 – 1679), que dizia que o ser humano inicialmente se comportava como um animal primitivo ou irracional, mas que com o tempo começou a se comportar como um animal racional e não-primitivo.

Com isso, surgiu a moralidade e a ética, e as ações do antigo animal são abomináveis e não aceitas pela sociedade<sup>47</sup>. Numa perspectiva hobbesiana, o mercado é como fosse esse estado de natureza, onde abre-se uma porta de análise das influências da estrutura social sobre o comportamento do mercado (GRANOVETTER, 2007, p. 17).

A imersão social é algo incrustado na sociedade, em alguma coisa social e que dificilmente sairá, como um pensamento ou uma ideia. Então, utilizando a imersão social de Granovetter com o pensamento da filósofa Hannah Arendt, é plausível afirmar que a sociedade precisa atuar, de modo político, na busca pelos seus interesses. Se as empresas precisam respeitar as regras e não atuarem de forma primitiva, uma vez que isso pode prejudicar a sua sobrevivência, no âmbito de atuação política a sociedade precisa priorizar os assuntos voltados aos interesses coletivos.

Os interesses particulares é o mesmo que a atuação desonesta das empresas e, com o tempo, não conseguirá se fazer presente no mercado – não pelo auto regulador do mercado, mas pelo seu social – como a própria política que só se modificará não por ela mesma, mas pela sociedade. A imersão social “de ação política” precisa incrustar na sociedade.

Recapitulando, pode-se definir que as mídias sociais são meios de comunicações em que a sociedade pode informar ou se informar sobre algo, sem depender exclusivamente das mídias tradicionais. Com isso, as mídias sociais podem ser instrumentos para as relações sociais do indivíduo, porém, as redes sociais ocorrem de forma independente dessas mídias, pois não necessitam apenas desses instrumentos tecnológicos.

### 3.2 AS ÁGORAS DO SÉCULO XXI

A *ágora* era um espaço físico que existiu na Grécia Antiga, principalmente na cidade-estado de Atenas, e era destinado para o povo interagir ou vivenciar a política. “A *ágora*, praça pública misto de mercado e local de reunião, chegou a

---

<sup>47</sup> HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Cláudia Berliner e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 615 p. Tradução de: u,viathan.

abrigar a *ecclesia*<sup>48</sup>, para a qual, entretanto, teve que ser criado um espaço específico (um anfiteatro esculpido em uma colina próxima) quando a *ágora* tornou-se pequena demais” (SOUZA, 2006, p. 324).

A *ágora* é o espaço comum em que a ação ganha interações da sociedade. “Já a esfera pública, reconhecida como o lugar do comum, revela-se como o palco das interações e possível âmbito do exercício da liberdade, levada a efeito na *ágora* grega, a praça dos debates e das manifestações públicas” (VELLOSO, 2008, p. 104). Essa mesma liberdade não se fazia presente na esfera privada, uma vez que essa segunda esfera não permitia o interesse comum.

De acordo com Penteado (2005), Vernant (1917 – 2007) descreve que a *ágora* é fruto da evolução política das cidades-estado da época. A *ágora* se tornou o espaço específico público em que os debates referentes à situação dos problemas de interesse comum fossem discutidos de forma igualitária.

A *ágora* tornou os cidadãos definidos como iguais e o Estado como uma questão comum. “No lugar das antigas *cosmogonias* associadas a rituais reais e a mitos de soberania, um pensamento novo procura estabelecer a ordem de um mundo em relações de simetria”, de equilíbrio e de igualdade entre os vários elementos que compõem o cosmo (VERNANT, 2002, p. 11).

É na *ágora* que a *pólis* grega se fortaleceu e era desenvolvida pelos cidadãos naquela época. Se antes os momentos beliciosos e violentos eram o ponto-chave na *ágora*, esses momentos deixaram de ser relevantes conforme foi se reconfigurando a *pólis* (NASCIMENTO; FERNANDES, 2015).

A *pólis* grega foi o momento pioneiro na história da civilização ocidental, uma vez que causou grandes modificações políticas que refletem até nos dias atuais. “A *polis* marca o começo de uma experiência completamente inovadora, inédita na história da civilização ocidental, por meio dela, têm-se uma nova forma de relacionamento entre os homens” (OLIVEIRA; GOMES, 2015, p. 49).

Nos dias atuais a democracia se tornou sinônimo apenas da democracia existente atualmente, a “democracia representativa”. Contudo, segundo Souza (2006, p. 322-323), é na civilização grega que o outro modelo de democracia, a democracia direta, foi melhor aplicada

---

<sup>48</sup> “À construção feita especialmente para acolher a *ecclesia*, e que não existia somente em Atenas, dava-se o nome de *ecclesiasterion*” (SOUZA, 2006, p. 234).

[...] a mais paradigmática situação de democracia direta, e também a de mais longa duração, foi a de algumas cidades gregas da Antigüidade, muito particularmente a de Atenas, onde a democracia existiu de forma plena por cerca de dois séculos (de 510 a.C. a 322 a.C.). Em Atenas, a cidade – a *pólis* – era constituída pelo povo em sentido restrito, ou seja, os cidadãos que podiam decidir – o *demos* – e mais os escravos e os estrangeiros (*metecos*).

Todavia, para as mulheres não se tinham, tampouco, direito de *status* jurídico-político igual ao dos homens, situação essa era também dos escravos. Mesmo assim, entre os *demos*, “a democracia funcionava de modo exemplar!” (SOUZA, 2006, p. 323).

Mas como a democracia era constituída?

Souza (2006) aponta que os cidadãos eram livres sobre os fins da atividade política e da vida na *pólis*, definindo sobre questões ligadas a paz ou a guerra, de acordos comerciais ou qualquer assunto de interesse coletivo. O objetivo de funcionamento da *pólis* é o interesse coletivo, ou como Arendt denomina, esfera pública. “A esfera da *polis*, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*” (ARENDR, 2007, p. 38).

Arendt (2007, p. 40) aponta que a política não deveria proteger exclusivamente um meio da sociedade

[...] a política não podia, em circunstância alguma, ser apenas um meio de proteger a sociedade – uma sociedade de fiéis, como na Idade Média, ou uma sociedade de proprietários, como em Locke, ou uma sociedade inexoravelmente empenhada num processo de aquisição, como em Hobbes, ou uma sociedade de produtores, como em Marx, ou uma sociedade de empregados, como em nossa própria sociedade, ou uma sociedade de operários, como nos países socialistas e comunistas.

Em todos esses exemplos, segundo a filósofa, a liberdade é o ponto central da sociedade, podendo ter certos casos de pseudoliberalidade, requerendo e justificando a limitação da política. “A liberdade situa-se na esfera do social, e a força e a violência tornam-se monopólio do governo” (ARENDR, 2007, p. 40).

Souza (2006) diz que não existiam políticos profissionais na época da *pólis*, como nas ditas democracias atuais, sendo que a atividade política era entendida como direito e como ocupação de todos, não como matéria de especialistas.

Todavia, para os meios, como a condução de uma guerra, poderia ser delegado a um perito. Porém, “a maioria das atividades referentes à administração coletiva, todos os cidadãos eram estimulados a participar, sendo que a escolha se dava por sorteio<sup>49</sup> entre os candidatos” (SOUZA, 2006, p. 323). O sorteado deveria prestar contas durante e após o término de seu mandato, este que poderia ter um tempo definido e que não seja de longa duração – evitaria assim a tirania.

O interessante da pessoa que está no mandato se refere as suas atribuições na *pólis*, como aponta Souza (2006, p. 324-325) ao dizer que o sujeito era o porta-voz do grupo

[...] o mandato dos delegados deve ser sempre entendido como um mandato imperativo, isto é, um mandato para ser porta-voz de um grupo, não para decidir livremente em nome desse grupo. No caso da *pólis* democrática, a própria delegação era, ainda por cima, um instituto de uso muito restringido, pois o mais essencial era decidido pela *ecclesia*<sup>50</sup>.

Mas, nos dias atuais, é possível realizar a democracia um pouco mais participativa num país de grande extensão territorial como o Brasil? Souza (2006, p. 325) aponta métodos que são utilizados para se realizar formas mistas de democracia representativa e participativa

[...] atualmente, tentam-se corrigir distorções e problemas do sistema representativo mediante a injeção de uma dose de democracia direta; é o que ocorre com os orçamentos participativos no Brasil [...] O contexto geral permanece, porém, sendo o da democracia representativa.

Então, como é atualmente a forma encontrada para a população participar das decisões do Estado?

A Constituição Federal de 1988 é clara ao dizer no Art. 58, § 2º, Inciso II que, determina “realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil”. Além disso, existem várias leis estaduais e municipais que obrigam o Poder Público a divulgar o horário e o local das Audiências Públicas para a população em geral, leis que muitas vezes são cumpridas, mas de uma forma que evita a plena participação da sociedade.

<sup>49</sup> Evitava que o eleito utilizasse esse direito a realizar as suas decisões, só por estar amparado pelos votos. Só eram eleitos os representantes de atividades e funções que, nitidamente exigiam conhecimento específico – como administração financeira ou militar, por exemplo (SOUZA, 2006).

<sup>50</sup> Na Atenas democrática, por ele chamada de esfera privada/pública, simbolizada pelo espaço complexo que era a *ágora*, onde os cidadãos, além de poderem lá se reunir enquanto *ecclesia*, também estabeleciam contratos privados e discutiam informalmente (SOUZA, 2006, p. 324).

As Câmaras de Vereadores, das Assembleias Legislativas Estaduais e o Congresso, são os locais físicos disponíveis para que a sociedade brasileira atue o seu papel de cidadão, de sua ação. São nesses lugares, de modo teórico, a *ágora* brasileira, as praças públicas de discussão de interesse do todo.

Entretanto, devido ao tamanho territorial do país, o horário das reuniões, a precariedade da infraestrutura dos municípios brasileiros e, aliado a má divulgação desses encontros, o que acontece de fato é a não permissão da participação do todo.

O que se tem atualmente são os encontros ou reuniões para que a sociedade possa realizar a sua participação de modo físico, além das assembleias populares e encontros organizados para que a sociedade tenha voz. Porém, devido aos fatores já apontados, esses espaços públicos ao invés de agregar, permite que ocorra uma exclusão de cidadania, principalmente dos que não tem voz.

Atualmente o meio que possibilita abranger uma grande parte da sociedade são as atuais "mídias sociais". Existem diversas mídias sociais atualmente na *internet*, permitindo a atuação "quase" plena de todos. Todavia, mesmo que consiga abranger um público grande, as mídias sociais não devem ser consideradas como o único canal de informação entre Poder Público e Sociedade, uma vez que o todo não será atendido ou informado.

As mídias sociais permitem ao Poder Público terem canais de comunicações e informações com a sociedade. "As mídias sociais são parte das diversas ferramentas de comunicação que estão disponíveis na Internet, por meio das quais as pessoas ou organizações, compartilham informações, conhecimentos, interesses e objetivos comuns" (Brasil, 2018, grifo nosso).

De acordo com Brasil (2018), "uma das frentes fundamentais da política de governo digital é a atuação junto ao cidadão, que deve ser incluído como produtor de conhecimento coletivo". Para isso, o Poder Público mantém páginas e perfis nas mídias sociais e na *internet* como forma de buscar essa ligação com a sociedade.

Santos (2016, p. 30) aponta que, "o governo eletrônico modifica o modelo de relacionamento entre o Estado e cidadão, o que pode levar à reforma das estruturas que sustentam os processos administrativos". As TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) permitem ao Poder Público tornar mais direta a comunicação entre Estado e Sociedade. Entretanto, o que se observa na realidade nesses canais, em

grande parte, é o uso para a propaganda política e não como um espaço de participação política entre o Estado e a sociedade.

Outro ponto que precisa ser discutido é o da exclusão digital em pleno século XXI. “O advento das novas tecnologias de comunicação e informação não traz, assim, apenas vantagens e um leque de potencialidades” (MARQUES, 2004, p. 72).

De acordo com Marques (2004), existem uma diversidade de argumentos plausíveis que justificam as potencialidades das TICs, mas é muito raro os apontamentos dos pontos negativos. Para o autor os pontos negativos são: Plano Técnico e Fatores Culturais. O primeiro tem relação com as dificuldades estruturais tecnológicas que se encontra e o segundo se deve ao pouco nível de instrução sobre a dimensão tecnológica das TICs.

Se ocorrer a busca por essas mudanças, será possível aos poucos fazer com que os meios virtuais integrem e não se tornem apenas como espaço de propaganda política ou de divulgação de interesses particulares. Esses espaços, em tese, possibilitam a participação, a ação da sociedade, conforme Arendt diz.

As mídias sociais, como a *internet* num todo, auxiliam na logística, permitindo assim a agregação e não a exclusão. No entanto, o ciberespaço é apenas um local que possibilita a existência de instrumentos auxiliares, mas a plena participação só se dará fisicamente.

### 3.3 MÍDIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E O SER HUMANO POLÍTICO

Como abordado anteriormente, as mídias sociais são instrumentos tecnológicos que estão permitindo uma descentralização da comunicação e da informação, uma vez que antes havia, de forma predominante, uma hierarquia. Essa descentralização da comunicação e da informação criou uma nova forma de relacionamento entre as pessoas, conseqüentemente modificou os formatos de formação e conscientização política.

Os estudos relacionados a mídia-educação segundo Bévort e Belloni (2009) são relativamente novos, com certos pontos que precisam ser melhores discutidos. Muitos são os fatores que vão desde a falta de conhecimento até a despreocupação. Esses fatores se tornam preocupante, uma vez que, em um

recente estudo<sup>51</sup> publicado, aponta que os brasileiros gastam, em média, nove horas e 14 minutos diários na *web*, sendo que mais de três horas e 39 minutos diários são em mídias sociais. Por meio dessas informações, é possível que ocorra um processo de conscientização política nas mídias sociais?

Mitozo, Massuchin e Carvalho (2017, p. 459) colocam que “as plataformas digitais têm proporcionado novas formas tanto de produção quanto de recepção de conteúdo, principalmente por meio das redes sociais”. Devido a essa situação, a arena política passa a se tornar um dos temas centrais e, assim, ganha destaque entre a maioria dos usuários das mídias sociais.

Se de um lado é um ponto positivo, teoricamente, uma vez que permite uma troca de informações, discussões e, com isso, possibilita uma conscientização política pelo indivíduo, em contraposição a isso, Mitozo, Massuchin e Carvalho (2017, p. 461) dizem que, mesmo assim não é suficiente para fortalecer a democracia de fato

[...] no entanto, isso não é suficiente para fortalecer a democracia, porque um dos pressupostos para tal, conforme as teorias participativa e deliberativa, é a presença de um discurso crítico racional, o que necessita de outros espaços de comunicação que não fiquem restritos a grupos específicos nem a ações individuais, em que haja possibilidade de debate nos moldes do que ocorre na esfera pública *offline*.

Contudo, o que se observa é a não conscientização política e, sim, um isolamento do cidadão. Se a *internet*, neste caso específico as mídias sociais, deveriam serem instrumentos que permitissem uma maior participação política e, ao mesmo tempo como espaço que pudesse ser trabalhado para a formação da conscientização política, o que se verifica é um isolamento e uma criação de não aceitação do pensamento alheio. A grosso modo, o que se constata é a seguinte visão: **“Eu não ligo para a sua opinião”**.

Uma parte dos usuários estão nas mídias sociais para serem aceitas, reconhecimento, e não receber uma crítica-construtiva. Quando começa a comentar algo voltado sobre política, alguns não aceitam uma opinião contrária, mesmo que seja embasada.

---

<sup>51</sup> COELHO, Taysa. **10 fatos sobre o uso de redes sociais no Brasil que você precisa saber**. 2018. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/02/10-fatos-sobre-o-uso-de-redes-sociais-no-brasil-que-voce-precisa-saber.ghtml>. Acesso em: 04 jul. 2018.

É preciso que se tenha uma quebra dessa não aceitação e que se permita um diálogo com o “diferente”. Entretanto, cresceu nos últimos anos no Brasil uma ideia de separação de pessoas, ou como uma divisão clubista na sociedade. Ou você é de esquerda ou é de direita, não tendo direito a sair desse círculo de disputa. É preciso que você seja rotulado.

Tem um outro ponto que deve ser considerado e que possibilita essa desunião, que é a não busca pelos interesses públicos. O que está em jogo é a valorização dos interesses particulares. Arendt condena isso, sendo que a sociedade deve priorizar o que é de interesse da maioria, pelo menos.

Carvalho (2014, p. 817) aponta que, na obra *The Crisis in Education*<sup>52</sup> (1961), Arendt diz que o favor de um suposto saber acima da pluralidade de julgamentos nada mais é que a vitória da tecnocracia sobre a política, e, ao mesmo tempo, a desvalorização do domínio público. É preciso que não se tenha uma única visão e que a coloca como a única correta e que as outras estão incorretas.

Quando se tem a aceitação e a busca por discussões políticas que permitem não segregar ou desqualificar a opinião alheia, mas que possa trabalhar a criticidade do indivíduo, nada mais é que a atuação cidadã.

A educação formal tem um papel importantíssimo na formação da conscientização crítica do indivíduo, sendo nessa formação como um dos caminhos que possibilitarão essa mudança de pensamento e de aceitação, ou de pelo menos discutir de forma democrática e crítica sobre a interpretação diferente da sua. Esse preparo é o que permitirá que o indivíduo tenha consciência e aceitação dos argumentos contrários ao seu, desde que sejam válidos e que esses argumentos sejam de interesse do coletivo, conforme Arendt determina.

Além do mais, a educação informal também deve ser valorizada e ser tratada com mais respeito, já que também tem potencial de agregar ou não. Os movimentos, os grupos ou até mesmo os indivíduos, devem ter a consciência do cuidado que precisam ter quando estão informando. Uma conscientização é necessária para o desenvolvimento do cidadão e, conseqüentemente, da sociedade.

<sup>52</sup> Uma das dificuldades de *A Crise na Educação* está na ambigüidade que encontramos no uso do termo *educação*. Ora Arendt recorre a ele para se referir a um processo formativo geral – não necessariamente relacionado à instituição escolar, que é apenas uma das maneiras de a educação se realizar, típica desde a conformação dos Estados Nacionais e da Era Moderna –, ora é de fato a situação da escola que está sendo considerada. A introdução do texto, que apresenta a justificativa para essa reflexão, faz referência à crise da instituição escolar propriamente dita (tema recorrente nos noticiários americanos na época). No entanto, ao buscar compreendê-la, Arendt se coloca a refletir sobre a *razão de ser* da educação no mundo (BENVENUTI, 2010, p. 45-46).

#### 4 A INTERNET E A AÇÃO ARENDTIANA

Nos últimos anos o que se observa é uma mudança na sociedade referente a política. Antes havia um interesse sobre a política, entretanto esse interesse não era tanto da maioria. Além disso, existiam os movimentos sociais antes da popularização da *internet* no país, porém a articulação entre a causa e as pessoas não se tinha a mesma junção.

Antes da popularização da *internet*, para que os movimentos sociais atuassem, era preciso inicialmente terem várias reuniões de modo físico, presencial, para que as suas discussões pudessem acontecer e, assim, transmitir para o público-alvo a ideia. Com a popularização do ciberespaço, novos instrumentos surgiram e foram permitindo uma melhor logística desses "movimentos contemporâneos".

Grandes mudanças sociopolíticas ocorreram no século XXI e que tiveram a *internet* como o local inicial de organização. O mundo, conseqüentemente a política, vêm se adaptando a essa nova forma de ação da sociedade e, a configuração de atuação de movimentos sociais (pelo menos na questão de organização e trocas de informações), não são do mesmo formato do passado.

Por meio dessa situação, o presente capítulo buscou inicialmente verificar como são esses movimentos contemporâneos do século XXI no Brasil. De início, foi analisado como se deu a atuação do MPL ou Movimento Passe Livre, durante o período das Jornadas de Junho de 2013 no ciberespaço. Logo após, foram averiguadas as conseqüências do uso da *internet* pelo MPL nos movimentos sociais do país.

Posteriormente, foram mapeados em forma de redes e geográfico, para verificar como a sociedade paranaense utilizou o buscador Google nesse período. Se analisou dados a respeito dos termos mais pesquisados no Google no ano de 2013, alinhados com os protestos.

Após isso, foi realizado o mapeamento geográfico das manifestações de Junho de 2013 no Paraná. Nesse subcapítulo visou averiguar como se deu presencialmente os protestos no estado, para verificar na sequência, como foram os protestos no Paraná, além da *internet*.

#### 4.1 OS MOVIMENTOS CONTEMPORÂNEOS DO SÉCULO XXI

A sociedade no século XXI vêm experimentando novas formas de participação de cidadania. Com a inserção da comunicação e da informação na Era Digital, que só foi possível graças ao avanço tecnológico na área da informática, as pessoas ganharam ferramentas que permitiram que a sua voz ganhasse espaço.

Essas novas formas de organização da sociedade ou dos “movimentos contemporâneos”, são, em si, os movimentos sociais atuais. Os atuais movimentos se diferenciam dos antigos. Essa diferenciação se deve por meio do acréscimo tecnológico informacional nos atuais movimentos sociais, que antes não tinham essa mesma acessibilidade de informação e comunicação nos movimentos sociais.

Mesmo assim, será mesmo que os movimentos contemporâneos são só distintos nesse aspecto em relação aos antigos movimentos sociais? Para buscar responder essa questão, primeiramente se faz necessário definir o que é um movimento social.

Gohn (2000) aponta que para definir sobre o que é um movimento social, é necessário estabelecer determinadas regras. De início, os movimentos e grupos de interesses devem compartilhar propósitos comuns, uma vez que esse detalhe é o ponto essencial para o desenvolvimento de um movimento social.

Poker e Arbarotti (2015, p. 18) dizem que, “quando se observa movimentos sociais em ação, observa-se atores da sociedade competindo com o Estado pelo protagonismo na condução política e na produção das diretrizes de governo”. Os sujeitos dos movimentos sociais são os responsáveis por atualizarem os princípios

da modernidade na vida prática do (s) indivíduo (s). Esses sujeitos, no seu mais radical direito, só exercem a liberdade que contém, de acordo com os autores.

Por meio disso, a liberdade do indivíduo ganha importância, já que é por meio dessa liberdade que a pessoa tem direito a atuar na política. Assim, é possível dizer que: “A ação política é sinônimo de liberdade”, segundo Arendt (TORRES, 2007, p. 235).

De acordo com Gohn (2000, p. 13), uma característica de um movimento social se deve ao seu caráter sociopolítico, pois os movimentos sociais são responsáveis em politizar a sociedade civil sobre determinado interesse comum

[...] movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base.

Os movimentos sociais, principalmente dos denominados novos movimentos ou dos movimentos contemporâneos, conforme apontam Poker e Arbarotti (2015, p. 22), “são considerados expressões de resistência da sociedade ao domínio do Estado e da burocracia, como reações à padronização e à racionalização das interações sociais”. Os movimentos sociais atuais buscam mudanças das práticas de resistência que visam a manutenção ou expansão das estruturas do momento, como os antigos movimentos sociais. Ou seja, os movimentos contemporâneos são, pelo menos na base, similares aos movimentos sociais do passado.

Gohn (1997, p. 251-252) aponta que, “os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados”, tanto em suas redes ou dos projetos políticos que estabelecem suas ações. Essas mudanças, dependendo do que for, podem incrementar/melhorar ou desestruturar a sociedade.

Um movimento social é uma organização ou um grupo de pessoas que se organizam com o mesmo interesse. Esse grupo visa a modificação de algo, uma mudança sobre determinada situação que o Estado está realizando e não é da aceitação do grupo.

Os movimentos sociais, conforme aponta Gohn (1997), possuem redes densas. Ou seja, a estrutura de um movimento social permite que haja uma interligação complexa, dependendo do porte do movimento social. Devido a essa situação, vêm a seguinte questão: A abordagem de redes complementa ou renova as teorias dos movimentos sociais? Em que?

A Teoria de Redes permite abordar os movimentos sociais como conjunto de interações contextualizadas, enfatizando-se o papel das relações e intersecções entre distintos atores que compõe o movimento.

Os movimentos sociais de acordo com Castells (2013), iniciam-se na maior parte das vezes, de crises relacionadas as condições de vida que torna insustentável para um grupo de pessoas. Essas crises levam as pessoas a terem um profundo descontentamento por parte dos governantes e, nisso, criam um sentimento comum de que as mudanças podem ser realizadas com as próprias mãos. É criada uma desconfiança desse grupo de cidadãos com o poder acima.

Esse descontentamento das pessoas, fazem com que elas não confiem mais nas instituições públicas e nos canais institucionais responsáveis por defenderem ou simplesmente darem voz. Não se tem mais a mesma confiança entre a sociedade e os meios de comunicações do Governo e ou das mídias tradicionais.

Se na teoria, como aponta Pereira (2011, p. 4), “os fluxos comunicativos que perpassam as esferas públicas devem permitir que os indivíduos que delas façam parte sejam capazes de reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar”. O que se constata é o contrário!

Uma das prováveis hipóteses se deve ao dinheiro que muitos meios de comunicações e informações tradicionais recebem por parte do Governo Federal para divulgarem as suas publicidades. Só no ano de 2017 as fornecedoras receberam R\$ 17.539.038,61 apenas para veicularem a publicidade do Governo Federal<sup>53</sup>. Esse valor é maior ainda se considerar o gasto com a produção do material e entre outros. Muitas empresas de comunicação dependem dessa verba do governo, fazendo com que ocorra um certo “controle indireto” da informação.

Devido a essa situação, se tem então a seguinte questão: Como uma empresa de comunicação que tem como uma das suas principais receitas a verba estatal, irá abrir um espaço para a sociedade se informar e discutir sobre as ações

---

<sup>53</sup> SECOM. **Execução Contratual de Publicidade**. 2018. Disponível em: <https://sistema1.planalto.gov.br/secomweb2/demanda/execucaocontratual>. Acesso em: 09 jul. 2018.

do Estado? É a mesma coisa que uma empresa denegrir a sua empresa-cliente. Existem casos e casos, onde uma mídia tradicional presta um determinado serviço para uma Esfera Pública, mas que também não compromete a sua crítica; porém existem as que dificilmente irão criticar o seu “cliente”, mas sim defender. Na pior das hipóteses, existem empresas que tem como dono (a) algum (a) político (a).

Para transpor essa situação, o que se percebe é a importância que a *internet* está obtendo. Por meio dela surgiram novos meios de informação e comunicação para a sociedade, como as mídias sociais. Tanto o Facebook, Instagram, Twitter, WhastApp, YouTube e tantas outras mídias sociais que existem, se tornaram os caminhos que hoje estão permitindo essa atuação ou presença da sociedade e, por conseguinte, dos movimentos sociais.

Um exemplo global recente de como as mídias sociais, assim como a *internet* num todo, tiveram grande importância política, foi a Primavera Árabe. Esse evento foi uma série de revoltas populares que ocorreram no ano de 2011 em vários países árabes e causaram a queda de governos ditatoriais (SOENGAS, 2013). O que chama a atenção dessas revoltas é a rapidez que tiveram para causar a queda desses governos. As mídias sociais e os *blogs* se tornaram os motores principais na Primavera Árabe (ocorreram entre 18 de dezembro de 2010 até meados de 2012, sendo que 2011 foi seu ápice), permitindo uma descentralização da informação dos Governos Centrais.

Bartkowiak et al. (2017, p. 68) apontam que, na Primavera Árabe “foi formada uma ágora virtual, onde a sociedade civil pode trocar informações e compartilhar suas indignações e desejos”. As mídias sociais foram utilizadas muito além de seus propósitos de entretenimento, devido a conectividade que permitem, proporcionando trocas de informações políticas entre as pessoas.

Os movimentos surgidos nessas revoltas eram formados por indivíduos de diversas classes sociais, tendo os jovens os principais articuladores nas trocas de informações e na organização. “Os movimentos sociais que se alastraram pelos Estados – Egito, Líbia e Tunísia, eram contestatórios aos Regimes Políticos repressores e ansiavam por transformações governamentais” (BARTKOWIAK et al., 2017, p. 69).

As mídias tradicionais nesses países eram controladas diretamente pelo Governo Central e, com isso, havia um controle da informação sobre o que devia ser informado para a população. Aliado as crises financeiras que esses países estavam

passando, sem perspectiva de um futuro para os jovens, corrupção descontrolada, tudo isso e aliado com a despreocupação dos Estados em relação com a *internet*, por acreditarem que não eram ameaças, foram alguns dos fatores que permitiram a derrocada desses Governos ditatoriais árabes.

**Figura 5** – Esquema da informação centralizada e descentralizada.



**Fonte:** o próprio autor.

Na Figura 5 é possível verificar como é esquematizada a informação, tanto a centralizada e a não centralizada. O Estado, as Mídias Tradicionais e a Sociedade são atores que formam a organização do país.

No primeiro esquema, o da “informação centralizada”, se observa que o Estado está acima de todos. As Mídias Tradicionais só fornecerão informações segundo o que o Estado autorizar. Já a Sociedade, só irá ter acesso em uma determinada informação se o Estado autorizar as Mídias Tradicionais de fornecerem. Esse esquema de informação centralizada em cadeia, acontece muitas vezes em países em que a democracia não se faz presente.

Já no segundo esquema refere-se à “informação não centralizada”, ou seja, a informação não precisa passar por um processo de autorização. Não existe um nível hierárquico. A informação não centralizada é a informação não controlada,

sendo que a *internet* é o espaço em que a informação ganhou uma maior independência. A informação na *internet* transpõe essa ordem hierárquica.

No caso dos Estados árabes, a informação era centralizada pelo Estado, ou seja, as mídias tradicionais precisavam ter o aval do Estado para divulgar uma determinada informação. Se ocorresse uma manifestação contra o Governo em qualquer ponto do país, automaticamente as mídias tradicionais omitiriam esse acontecimento para o restante do país se não tivessem o aval por parte do governo central.

Na *internet*, as informações não precisam seguir um modelo centralizador, pois qualquer um dos três pode informar ou se comunicar. A *internet* foi o ponto chave da maioria das manifestações realizadas na Primavera Árabe.

Em 2013, especificamente no mês de junho, ocorreram no Brasil manifestações que visavam, inicialmente, demonstrar a indignação da população de vários municípios brasileiros sobre o aumento do preço da tarifa de ônibus do transporte público de suas localidades, causando um sentimento de indignação na população referente ao descaso dos governantes. Esse ocorrido no Brasil tem uma certa similaridade com os países árabes em que se realizou a Primavera Árabe, entretanto, diferentemente dos países árabes, a informação, teoricamente, não é centralizada no Brasil. A *priori*, é proibido a censura no Brasil<sup>54</sup>, diferentemente desses Estados árabes em que as manifestações ocorreram.

Os meios de comunicações no Brasil têm a liberdade de informar o que deseja, todavia, esses mesmos meios de comunicações são empresas e visam ao lucro, assim, como irão falar negativamente sobre seu cliente? Fica uma incógnita dessa situação e volta na questão sobre a dependência financeira das empresas de comunicação e de informação. Muitas empresas de comunicação e informação têm sobre a Máquina Pública uma das suas principais fontes de renda (independentemente da Esfera Pública).

---

<sup>54</sup> Segue o Artigo segundo a Constituição Federal de 1988 que autoriza o livre direito de protestar e proíbi a censura no Brasil:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Segundo Peruzzo (2013, p. 78), “as grandes manifestações públicas recentes no Brasil mostram-se políticas, no sentido amplo [...] se expressam em forma de protestos e de reivindicações por mudanças em áreas nevrálgicas da vida nacional e por políticas públicas de interesse social”. Diferentemente dos países árabes, as manifestações ocorridas em 2013 no Brasil, se deve a forma em que estavam sendo organizada a Copa das Confederações FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014. Além desses eventos, o país estava vivendo a “Era de Ouro do Esporte”, pois entre a organização do XV Jogos Pan-Americanos 2007 ou Jogos Pan-Americanos Rio 2007, até a realização do XV Jogos Paraolímpicos 2016 ou Paralímpiadas Rio 2016, o país estava tendo visibilidade internacional esportiva. Devido a essa visibilidade global que o país teve, ao invés de captar em prol da sociedade, o que aconteceu de fato foi o desrespeito dos recursos públicos por diversas esferas públicas, ocasionando casos de corrupção por todo o país.

Devido a esse descontentamento, no ano de 2013 ocorreram manifestações de um nível jamais tidas no século XXI no país. Foi nesses protestos que se tornou visível o despreparo da Segurança Pública, em alguns pontos do país, que não souberam atender o direito constitucional das pessoas de se manifestarem. A repressão por parte do Estado foi outro causador das revoltas brasileiras. “As forças de segurança do Estado agiram com violenta repressão, demonstrando, em certos momentos, inabilidade em lidar com esse tipo de manifestação popular” (PERUZZO, 2013, p. 78).

Essas manifestações tiveram como articuladores principais o MPL. “Porém temos que lembrar que o MPL já tinha uma articulação nacional desde meados dos anos 2000, em várias cidades, com ideários políticos coletivamente definidos por seus participantes” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 418).

De acordo com Scherer-Warren (2014, p. 418), “suas pautas não se reduziam ao preço da passagem dos ônibus, ainda que essa tem sido uma estratégia política relevante”. O movimento tinha sua pauta central sobre o respeito à mobilidade urbana. Apesar de suas atuações já acontecerem antes de 2013, as suas causas ganharam essa repercussão por meio do desenvolvimento tecnológico e da popularização da mesma. As Jornadas de Junho de 2013 atingiram as massas por meio da *internet*.

Assim, pode-se dizer que, tanto o MPL quanto os outros movimentos sociais contemporâneos, conforme Peruzzo (2013), se deve há um erro do Estado e da mídia tradicional em não os reconhecerem. Ao invés de tratá-los como manifestantes, as pessoas eram muitas vezes denominadas como vândalos. Houve uma banalização sobre os protestos.

Como nos países árabes, no Brasil a *internet*, assim como as mídias sociais, foram fundamentais. De modo mais específico, o Facebook foi a principal mídia social utilizada pelos protestos de 2013. Os compartilhamentos das informações realizadas nessa e em outras mídias sociais, possibilitaram atrair, de uma forma mais ágil, as pessoas para os protestos.

O papel central do Facebook não foi por acaso, uma vez que antes do período das manifestações, o número de usuários ativos nessa mídia social em junho de 2011 para junho de 2012, cresceu 29% mundialmente, alcançando a marca de 955 milhões de usuários. No Brasil neste mesmo período, o aumento foi de 146%, fazendo com que o país chegasse a ter 54 milhões de usuários nessa mídia social<sup>55</sup>, na época. Além disso, essa mídia social apresentou um crescimento considerável nos dispositivos móveis<sup>56</sup> nesse período, outro fator positivo para a propagação das manifestações.

Com esses fatores do Facebook, foi possível realizar uma maior conectividade da sociedade, e nisso, disseminar de forma mais rápida as causas dos movimentos sociais, elemento esse que não se tinha antigamente. As mídias sociais transformaram o formato dos movimentos sociais e estão possibilitando uma maior integração e descentralização do poder sobre a informação, conseqüentemente do poder, podendo assim realizar o que propõe Arendt sobre a ação do indivíduo na política.

Porém, além das mídias sociais e da “*Web visível*”, num todo, que juntas formam o *Surface Web*, as informações também puderam ser disseminadas na *Deep Web*. A *web visível*, “o conteúdo visível é recuperado por intermédio de mecanismos de busca convencionais, o que torna a *Web Visível* presente na Superfície porque seus conteúdos foram indexados, por isso também conhecida

---

<sup>55</sup> ISTOÉ. **Brasil lidera crescimento de usuários do Facebook**. 2012. Disponível em: [https://istoe.com.br/226710\\_BRASIL+LIDERA+CRESCIMENTO+DE+USUARIOS+DO+FACEBOOK](https://istoe.com.br/226710_BRASIL+LIDERA+CRESCIMENTO+DE+USUARIOS+DO+FACEBOOK). Acesso em: 09 jul. 2018; e

<sup>56</sup> Ver a partir do Quadro 1 (p. 22).

como *Web Indexável*” (VIGNOLI; MONTEIRO, 2016, p. 696). Já a *Deep Web* é a “*Web Invisível*”, a *web* de difícil rastreamento.

Além da *Deep Web*, existe a *Dark Web*, que, segundo Vignoli e Monteiro (2016, p. 696), “está localizada nas camadas da *Web Invisível* ou *Deep Web*, e representa a *web* mais densa, obscura e misteriosa de todas”. São nessas camadas da *internet* que acontecem, muitas vezes, os crimes, como os voltados para a pedofilia, por exemplo. Mas também, é nessa *internet* profunda que pode acontecer uma maior troca de informações sem que haja um “certo controle” ou uma maior fiscalização.

Os movimentos sociais do passado não tiveram esse fator em relação aos atuais. Devido a isso, alguns antigos movimentos sociais viram o como a *internet*, de modo geral, permitiu propagar ou difundir suas causas. As manifestações das Jornadas de Junho de 2013 é a comprovação de que a sociedade brasileira tem buscado meios alternativos e mais precisos para protestarem.

Todavia, surgiu uma ausência de clareza quanto aos membros nos movimentos sociais ou dos simpatizantes, surgimento de fronteiras dinâmicas e difusas, além da modificação constante em fluxo contínuo da identidade do movimento. Atualmente, devido a essas situações, pode-se apontar que existem duas temporalidades atuais nos movimentos sociais, que são os de Temporalidade Diacrônica e os de Temporalidade Sincrônica.

Segundo Ramos (2011, p. 13), a Temporalidade Diacrônica e Temporalidade Sincrônica são:

- **Temporalidade Diacrônica:** Se refere àquela temporalidade determinista resultante da noção científica de irreversibilidade do tempo; e
- **Temporalidade Sincrônica:** Se refere a uma temporalidade fragmentada que transforma e coloca em relação os eventos do passado.

Ou seja, existe movimento social que é diacrônico, é fruto do casual, cronológico, determinado e linear. Já o movimento social sincrônico é resultado da desmembração e distorção do passado, da cronicidade temporal histórica; são de uma temporalidade fragmentada.

As redes desses movimentos sociais nas mídias sociais também se comportam nessas duas temporalidades. Enquanto o de Temporalidade Sincrônica

tem uma percepção momentânea nos movimentos em rede, os de Temporalidade Diacrônica contém uma percepção histórica.

O MPL, como destacado anteriormente, foi um dos principais responsáveis pelas Jornadas de Junho de 2013. Esse movimento social, assim como os outros, tiveram as mídias sociais como um dos seus principais meios para disseminarem as suas informações para as pessoas. Porém, como foi a atuação desses movimentos sociais no ciberespaço? Como foi a atuação do MPL?

Atualmente existem vários canais na *internet* e nas mídias sociais de movimentos de passe livre, contudo, foi analisado apenas os canais próprios do MPL. Esses outros são movimentos locais ligados as pautas do MPL, sendo que cada movimento atua conforme a sua realidade. O MPL, até o presente momento, é único movimento social de nível nacional ligado a causa de mobilidade urbana.

Os dados analisados se referem ao MPL Nacional de nível nacional, não sendo possível verificar a atuação do MPL Nacional em nível estadual – no caso da pesquisa, do Estado do Paraná. Além disso, não se analisou dados de outras páginas.

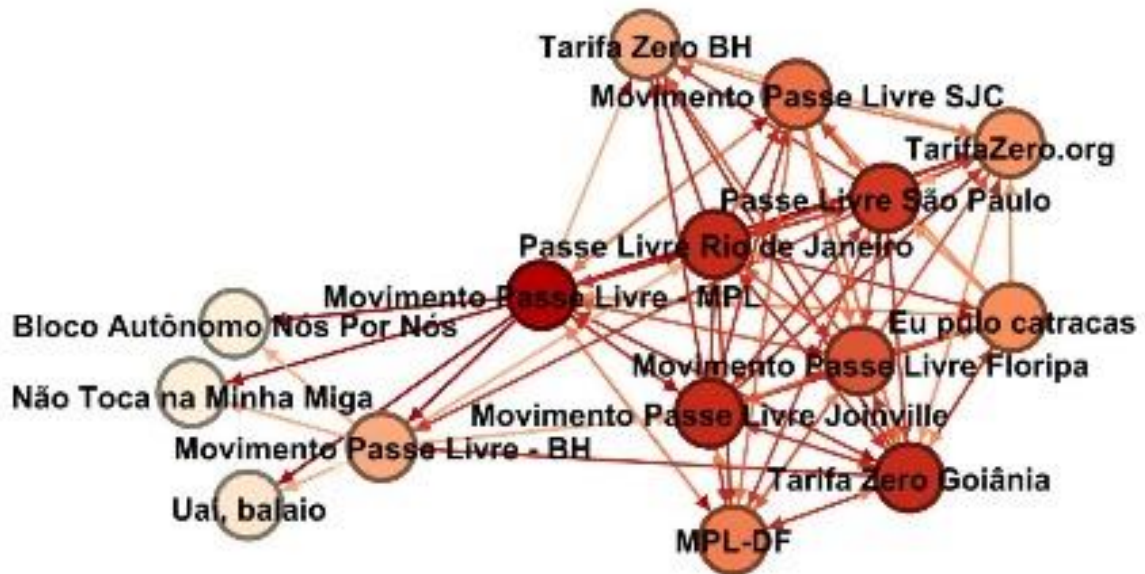
No dia 27 de dezembro de 2018, às 10h17min., se constatou que a página do MPL no Facebook (<https://www.facebook.com/MovimentoPasseLivrempl/>) continha 24.534 curtidas e 24.471 seguidores, valores estes que pode parecer relevante, mas que são baixos em comparação com outros movimentos sociais<sup>57</sup>. Além de sua página no Facebook, que deve ter sido criado no dia 19 de junho de 2013<sup>58</sup>, o movimento contém um *site* na *internet* (<http://tarifazero.org/mpl/>).

---

<sup>57</sup> Um exemplo é a página do MPL do município de São Paulo que contém 311.846 curtidas e 301.787 seguidores, dados esses obtidos no dia 30 de dezembro de 2018 às 17h42min. (PASSE LIVRE SÃO PAULO, 2018); e

<sup>58</sup> Foi considerada essa data como o dia que foi criado a página do MPL no Facebook, uma vez que é neste dia que foi realizado a primeira postagem. Entretanto, essa data não representa o dia da fundação do movimento, mas apenas quando foi criado a sua página no Facebook.

**Figura 6 – Redes da página MPL.**



**Fonte:** Netvizz v1.6 (2018), adaptado pelo próprio autor.

Atualmente a página do MPL se conecta com várias outras páginas que contém propósitos similares, sendo que se constatou a existência de 15 nós (círculos) e 94 arestas (linhas) no grafo das páginas curtidas pelo MPL, segundo a Figura 6. Esses dados foram obtidos em 27 de dezembro de 2018, às 10h20min., sendo que essa informação não representa as páginas curtidas do MPL no ano de 2013.

Se verifica no grafo que existe uma ligação de um grau maior e menor<sup>59</sup> entre as páginas curtidas pelo MPL. Todas essas páginas se identificaram como uma organização política ou como uma comunidade, sendo que os nós com a coloração avermelhada escura são páginas que, além de curtirem a página do MPL, também se seguem. Essa relação vai diminuindo conforme o tom do nó se clareia.

As páginas “Bloco Autônomo Nós Por Nós”, “Não Toca na Minha Miga” e “Uai, balaio”, são páginas que apresentam menos relação com as demais. Uma das justificativas se deve ao conteúdo dessas páginas não serem tão similares quanto as demais, não sendo de interesse por parte das outras e de também delas também.

Sobre as postagens realizadas pelo MPL, foram apenas verificadas as postadas no ano de 2013. Isso é importante porque, foi justamente neste ano que ocorreram as Jornadas de Junho.

<sup>59</sup> Nesse e nos outros grafos colocados na pesquisa, quanto mais avermelhado a aresta e o nó for, mais proximidade teve; já quanto menos avermelhado, menor foi a proximidade.

Como antes informado, foi considerado que a página foi criada no dia 19 de junho de 2013, porém nesse dia os protestos das Jornadas de Junho já estavam no seu ápice, sendo que aos poucos começou a ocorrer a diminuição dos protestos.

Essa vinda tardia da página não conseguiu atingir completamente o seu objetivo de ser um espaço naquele momento de articulação nacional, uma vez que foram criados vários espaços no Facebook, em outras mídias sociais e em outros espaços da *internet*, que visassem as trocas de informações. Ou seja, houve a articulação e as trocas de informações, porém as discussões entre os manifestantes levavam em consideração o âmbito local. Todavia, se fazia necessário o surgimento dessa página para que os protestos ganhassem um espaço nacional próprio, pois ela poderia permitir que ocorresse as articulações de vários protestos e facilitaria as articulações locais.

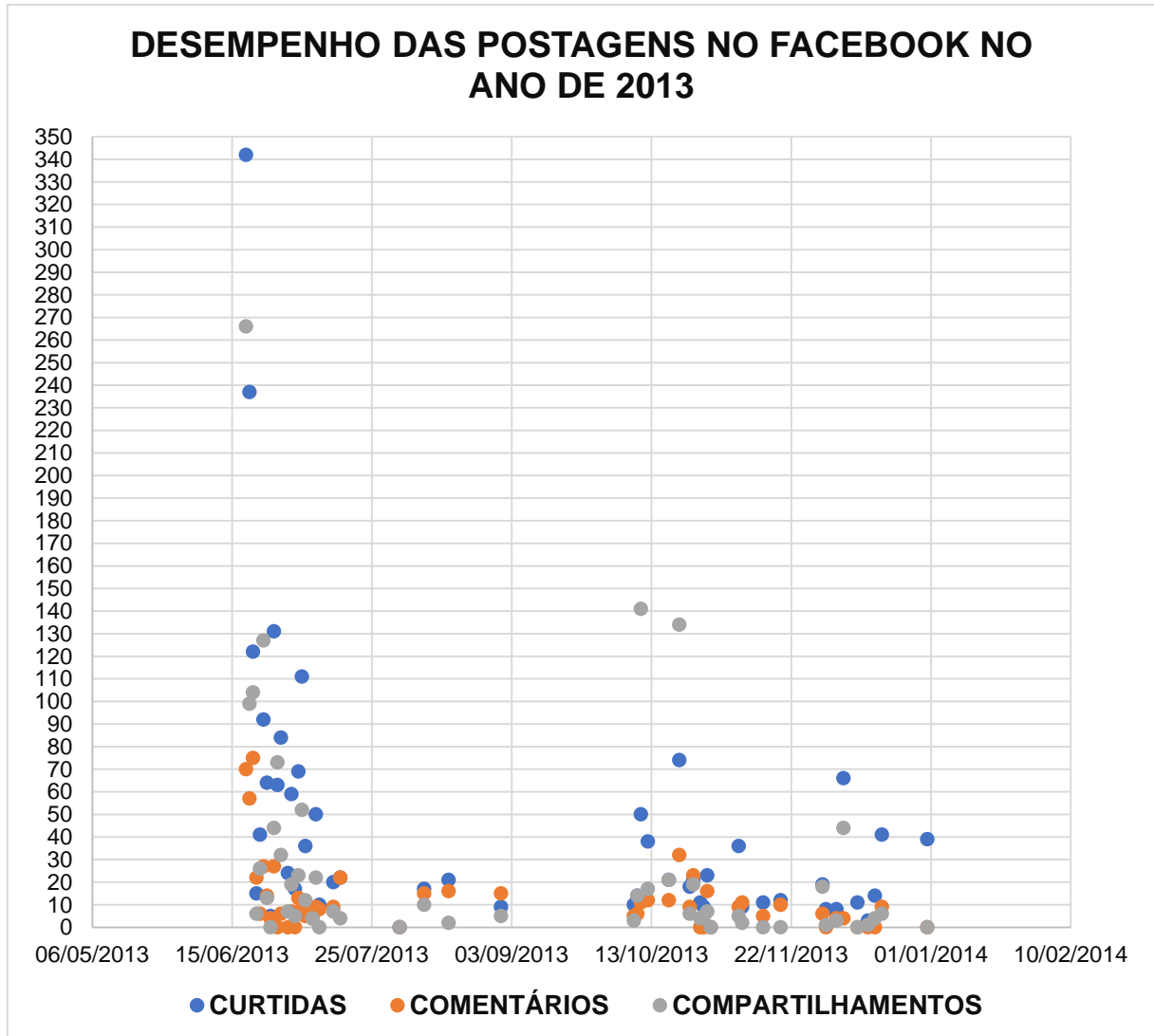
Essa página que tinha como objetivo se tornar um canal de comunicação do movimento em âmbito nacional, onde, *a priori*, foi visado ser um espaço nacional que pudesse divulgar o que acontecia com os movimentos locais e, assim, criar uma articulação entre eles e os manifestantes, o que se constatou é o uso do espaço para a divulgação de pautas de outras causas ao longo do tempo (Pós-Jornadas de Junho), ou seja, não foi focado apenas na mobilidade urbana. Se constatou que a página foi utilizada para divulgar eventos de protestos de outras causas, de postagens compartilhadas e compartilhamentos de vídeos postados no YouTube de outras pautas.

Essa situação remete à Temporalidade Sincrônica, onde não se tem uma preocupação com a temporalidade das discussões, mas que discute questões que, em determinadas vezes não é fruto de todo um processo linear. Com postagens que em determinadas situações não seguia uma importância da página processo contínuo das pautas do movimento, pode ser uma das explicações que causou a diminuição da relevância que tinha o MPL até então para a sociedade.

Outro ponto que pode explicar as poucas curtidas e de seguidores na página, se deve a baixa interação na página, uma vez que a postagem mais recente até o presente momento (30 de dezembro de 2018, às 17h18min.), foi feita no 9 de agosto de 2018, às 17h30min., sendo que desde este dia não se teve nenhuma outra postagem, demonstrando o quanto o movimento “desaprendeu” em utilizar à *internet* ao seu favor. Outro fator é a não presença do movimento em outras mídias sociais, diferentemente de outros movimentos contemporâneos.

Referente as postagens realizadas em 2013, se verifica no Gráfico 1 que o desempenho das postagens realizadas no mês de junho, foram as que atingiram melhores desempenhos em relação ao restante do ano.

**Gráfico 1** – Desempenho das postagens no Facebook no ano de 2013.



**Fonte:** Netvizz v1.6 (2018), adaptado pelo próprio autor.

Várias postagens do mês de junho alcançaram acima de 50 curtidas (ver Anexo A), porém esses números poderiam ser melhores se a página naquele momento tivesse sido melhor utilizada. Contudo, é preciso considerar que o Facebook era uma mídia social nova no país, apesar de existir desde 2004. Muitos ainda estavam aprendendo utilizar os seus recursos.

Outro fator que é preciso considerar, é que esses foram os primeiros protestos no Brasil, que tiveram uma magnitude de atuação de pessoas nunca antes

tidas. Por meio dessa questão, não se tinha aquela visão da importância de divulgação, pois as informações eram produzidas num período de tempo muito curto, ao contrário das mídias tradicionais.

Outro recurso utilizado foram as fotos postadas na página do movimento. Na Figura 7 é possível verificar o quanto a primeira foto postada pelo MPL em sua página no Facebook impactou.

**Figura 7 –** Primeira foto postada do MPL em sua página.



**Fonte:** Movimento Passe Livre – MPL (2013), adaptado pelo próprio autor.

Nesta primeira postagem de foto, postada no dia 27 de junho de 2013, às 15h30min., o MPL teve: 59 curtidas, 13 comentários e 14 compartilhamentos. Essa imagem, que se refere ao final do protesto realizado em Joinville-Santa Catarina no dia anterior da data da postagem, em que os manifestantes pulavam as catracas de cobrança para não pagar a tarifa, teve um impacto razoável.

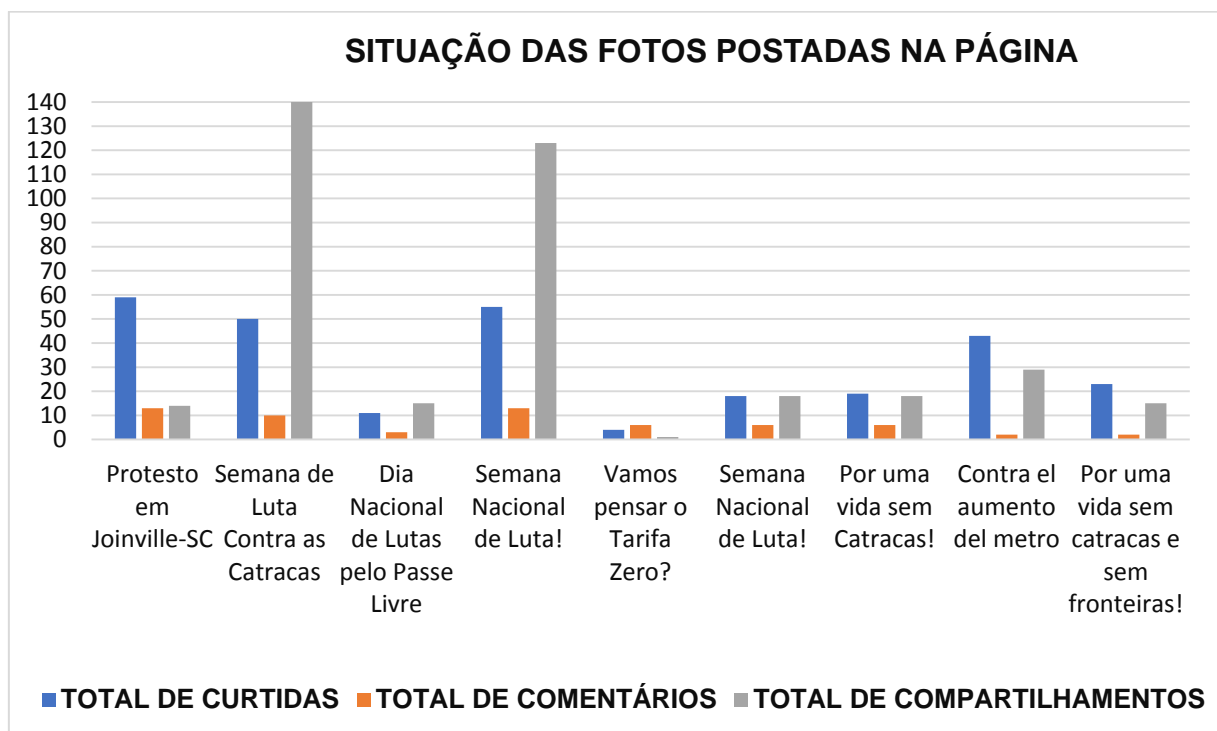
Um ponto que precisa considerar sobre os recursos de reações das postagens no Facebook, é que naquele período o Facebook não dispunha para os usuários e as páginas, às demais reações que atualmente existe na mídia social, podendo apenas reagir como “curtir” a postagem. Mas, a cada comentário e a cada compartilhamento, além das próprias curtidas, permitiu com que a foto tivesse um maior visibilidade<sup>60</sup> de usuários e de páginas.

<sup>60</sup> Entretanto, o número exato de visualizações alcançada pela postagem, só apenas o administrador (es) tem acesso.

Além do mais, uma mesma imagem compartilhada pode conter as mesmas funções da postagem de origem, mas que não são computados no total de curtidas, comentários e compartilhamentos na postagem de origem, permitindo uma abrangência considerável. Devido a isso, o número de curtidas, comentários e compartilhamentos é maior ainda, além disso, se um usuário viu a imagem compartilhada e quiser visitar a página de origem da foto, possibilita com que esse usuário se torne um novo seguidor da página.

Com isso, é preciso ressaltar sobre a importância de a página ter uma interatividade, pois isso permite a divulgação da página. Com esse meio de divulgação através das postagens, automaticamente colaborará na divulgação das pautas do movimento.

**Gráfico 2 – Situação das fotos postadas na página do MPL Nacional.**



**Fonte:** Movimento Passe Livre – MPL (2013), adaptado pelo próprio autor.

Conforme é informado no Gráfico 2, durante o ano de 2013 foram publicadas nove postagens com foto, sendo que a maioria delas não obtiveram muitas curtidas e comentários. Mas, as postagens sobre a Semana de “Luta Contra as Catracas” e a referente da “Semana Nacional de Luta!”, foram as únicas publicações com foto que atingiram a marca de mais de 120 compartilhamentos, representando um número relevante de divulgação.

Porém, essas duas postagens foram publicadas nos dias 10 e 21 de outubro, respectivamente, demonstrando que, mesmo após o ápice dos protestos, ainda se tinha uma certa divulgação das pautas. Mesmo assim, em comparação com o Gráfico 1, esses números não são tão relevantes se considerar as postagens no período das Jornadas de Junho, uma vez que as pessoas de fora das pautas estavam um pouco mais engajadas, buscando defender outras causas que para elas são mais relevantes que as defendidas pelo MPL.

Sobre o *site* do movimento, se verificou que houve um maior uso dele por parte do MPL no período analisado. Pode-se dizer que, o *site* foi o principal espaço na *internet* utilizado pelo MPL para divulgar as pautas buscadas na época. Isso se constata com o cuidado das publicações postadas no *site* do movimento.

Todavia, diferentemente do Facebook, o dispositivo para que o usuário deixe um comentário na publicação no *site* do movimento, porém, se constatou que, em quase todas as postagens não contém nenhum comentário. Além disso, não é possível identificar se o *site* contribuiu da mesma forma que as mídias sociais, uma vez que precisaria de mais informações que só seriam obtidas por meio do uso de códigos instalados na configuração do *site*, função essa que seria possível com acesso interno no *site*.

Porém, se nas Jornadas de Junho de 2013 os movimentos sociais, neste caso o MPL, ainda não sabia como tirar o máximo de proveito das mídias sociais, de uma forma mais organizada e centralizando as informações, nos protestos posteriores surgiram movimentos sociais que utilizariam as mídias sociais de forma mais organizada e precisa. Nisso, os movimentos contemporâneos buscaram se fazer presente nas principais mídias sociais na atualidade no Brasil e, os protestos que viriam se tornaram cada vez mais ativo na *internet*.

Para verificar como as mídias sociais são utilizadas pelos movimentos sociais atualmente, foi averiguado a situação de 10 movimentos, sendo que cinco se autodeclararam como um movimento de direita e os outros cinco se autodeclararam como um movimento de esquerda. Não foi considerado o fato de que são ou não movimentos de direita ou de esquerda, uma vez que foi levado em consideração como esses mesmos movimentos se auto intitulam. Além do mais, não é objetivo da pesquisa em averiguar esse ponto.

**Quadro 4 – Situação dos movimentos contemporâneos nas mídias sociais.****CORRENTE TIPOS DE MÍDIAS SOCIAIS****POLÍTICA****IDEOLÓGICA**

<b>MOVIMENTO</b>	<b>FACEBOOK</b>		<b>INSTAGRAM</b>	<b>TWITTER</b>	<b>YOUTUBE</b>	
<b>DIREITA</b>	<b>CURTIDAS</b>	<b>SEGUEM</b>	<b>SEGUEM</b>	<b>SEGUEM</b>	<b>INSCRITOS</b>	<b>VISUALIZAÇÕES</b>
Grupo Inconfidência	2.876	2.865	-	-	954	420.471
Movimento Brasil Livre	2.728.816	2.810.767	185.484	146.748	375.524	45.781.323
Movimento Endireita Brasil	689.471	674.985	40.780	10.250	-	-
Vem pra Rua Ternuma	1.987.801	2.093.705	101.182	109.376	2.636	135.967
	-	-	-	-	195	9.588
<b>ESQUERDA</b>						
Brigadas Populares	18.380	18.371	953	373	241	15.414
Frente Brasil Popular	157.720	158.927	-	10.678	335	1.939
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas	9.185	9.232	1.091	-	-	-
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	344.370	341.417	40.912	90.812	3.940	639.402
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto	123.325	124.568	-	32.592	1.021	26.109

**Fonte:** BRIGADAS.POPULARES (2018); BRIGADAS POPULARES (2018); BRIGADASPOPULARES (2018); BPS\_NACIONAL (2018); ENDIREITABRASIL (2018); ENDIREITABRASIL (2018); ENDIREITABRASIL (2018); FRENTEBRASILPOP (2018); FRENTE BRASIL POPULAR (2018); FRENTEBRASILPOPULAR (2018); GRUPOINCONFIDENCIABRASIL (2018); GRUPOINCONFIDENCIA (2018); MBLIVRE (2018); MBLIVRE (2018); MBLIVRE (2018); MLBRIO (2018); MOVIMENTO\_DE\_LUTA\_NOS\_BAIRROS (2018); MOVIMENTO BRASIL LIVRE (2018); MOVIMENTO SEM TERRA (2018); MOVIMENTOSEMTERRA (2018); MOVIMENTOSEMTERRA (2018); MST\_OFICIAL (2018); MTSTBRASIL (2018); MTST MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (2018); MTST (2018); TERNUMA

(2018); VEM PRA RUA BRASIL (2018); VEMPRARUA\_BR (2018); VEMPRARUA\_BR (2018); VEMPRARUA.NET (2018), adaptado pelo próprio autor.

Conforme é informado no Quadro 4, é possível constatar que atualmente os movimentos sociais buscam se fazer presentes nas mais diversas mídias sociais utilizadas no país, que são: Facebook; Instagram; Twitter; e YouTube. Há outras mídias sociais, como o WhatsApp, porém as anteriores são *social network*<sup>61</sup> e não *Messenger/chat app/voip*, e devido a isso, é possível identificar como é a situação da presença desses movimentos sociais nas mídias sociais.

Além do mais, os dados informados no Quadro 4 foram retirados no dia 30 de julho de 2018, entre 18h40min. até às 21h38min. Devido a isso, os dados podem variar levando em consideração o período em que estiver sendo lido essa pesquisa.

É possível constatar que os movimentos analisados se fazem presentes em quase todas as mídias sociais mais utilizadas pelos brasileiros. O MBL (Movimento Brasil Livre) é o movimento, em comparação com os outros do Quadro 4, tanto de corrente política ideológica de direita ou de esquerda, que se faz mais presente em todas as mídias sociais. Outro ponto importante, não só apenas o MBL, mas a maioria dos movimentos direitistas, são os movimentos em que mais existem engajamentos nas mídias sociais, em contraposição dos ditos movimentos esquerdistas. Essa busca constante permitiu com que, os movimentos de direita pudessem elegerem representantes nas eleições de 2016 e 2018 em todo o país.

Mesmo os movimentos esquerdistas tradicionais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), ambos com longo período de existência, não são tão presentes nas mídias sociais quanto os movimentos de direita. Essa fraca atuação dos movimentos sociais de esquerda em relação às mídias sociais, leva a uma menor divulgação dos seus ideais e, por conseguinte, permite com que se crie a “demonização” de um sobre o outro.

Uma consequência da disparidade de um tipo de corrente política ideológica se destacar nas mídias sociais e o outro não, causa também um certo tipo de “doutrinação não oficial”. Esses movimentos sociais não estão apenas informando ou divulgando as suas pautas, mas também são responsáveis em ensinar o que é

---

<sup>61</sup> COELHO, Taysa. **10 fatos sobre o uso de redes sociais no Brasil que você precisa saber**. 2018. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/02/10-fatos-sobre-o-uso-de-redes-sociais-no-brasil-que-voce-precisa-saber.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2018.

de seu interesse, mesmo que em certas ocasiões, não seja um aprendizado que vise a construção de uma ação política crítica.

Segundo Arendt, conforme aponta Benvenuti (2010, p. 47), ao “tornar a educação um meio para fins de natureza política significa instrumentalizá-la como se os resultados pudessem ser absolutamente previsíveis”. Ou seja, se esses movimentos sociais também trabalham de uma forma que visa ensinar sobre algo, automaticamente, é necessário que o indivíduo tenha plena consciência que se tal ensinamento aponta uma provável ideia de ser o melhor para ele e, que também, o pensamento diferente não levará ele para algo positivo, deve ser mudado. É preciso que o indivíduo tenha clareza que se deve não “abraçar” totalmente essa visão ou ideal, mas verificar os lados positivos e negativos (de todos) e buscar soluções que visam o melhor para o coletivo.

É preciso entender que esses, e todos os outros movimentos sociais, trabalham com a educação informal. Ou seja, o que é buscado é apenas ensinar o que é de interesse do movimento e não do todo. O usuário que acompanha, precisa estar atento e não tornar esse conhecimento como o único verdadeiro.

Além disso, os movimentos precisam ter o cuidado com a informação que transmitirá aos seus seguidores. Em alguns casos, na pior das hipóteses, a informação fornecida não tem alta credibilidade.

A credibilidade e confiabilidade da informação é necessária, já que ao invés de contribuir positivamente para a formação crítica do usuário, o que vai acontecer é um processo de “desinformação”. Para estes casos surgem as famosas *Fake News* ou as notícias falsas, muito utilizada para interesses individuais.

Agora, sabendo como esses movimentos estão presentes nas mídias sociais, quais são as principais causas defendidas por esses movimentos sociais no ciberespaço? Para isso, o Quadro 5 apresenta cinco causas defendidas por esses 10 movimentos. Essas informações foram obtidas nos respectivos *sites* dos movimentos e, além dessas causas, alguns movimentos apresentam mais outras causas.

**Quadro 5 – Cinco causas dos movimentos sociais pesquisados.**

<b>CORRENTE POLÍTICA</b>		
<b>IDEOLÓGICA</b>	<b>MOVIMENTO</b>	<b>CINCO CAUSAS</b>
<b>DIREITA</b>	Grupo Inconfidência	Contra a Corrupção; Contra o Comunismo; Família Tradicional; Nacionalismo; e Militarismo.
	Movimento Brasil Livre	Escola Sem Partido; Federalismo; Liberalismo; Militarização escolar; e Reforma Tributária.
	Movimento Endireita Brasil	Antipetismo; Contra o Crime; Democracia; Liberalismo; e Reforma Política.
	Vem Pra Rua	Contra a Corrupção; Democracia; Privatização; Reforma Política; e Transparência.
	Ternuma	Contra o Comunismo; Contra o Crime; Democracia; Nacionalismo; e Soberania Nacional.
<b>ESQUERDA</b>	Brigadas Populares	Estatização; Meio Ambiente; Minorias; Nacionalismo; e Socialismo.
	Frente Brasil Popular	Democracia; Minorias; Reforma Agrária; Reforma Tributária; e Soberania Nacional.
	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas	Democracia; Estatização; Função Social do Solo; Reforma Urbana; e Socialismo.
	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Estatização; Função Social do Solo; Meio Ambiente; Minorias; e Reforma Agrária.
	Movimento dos	Contra o Capitalismo; Função

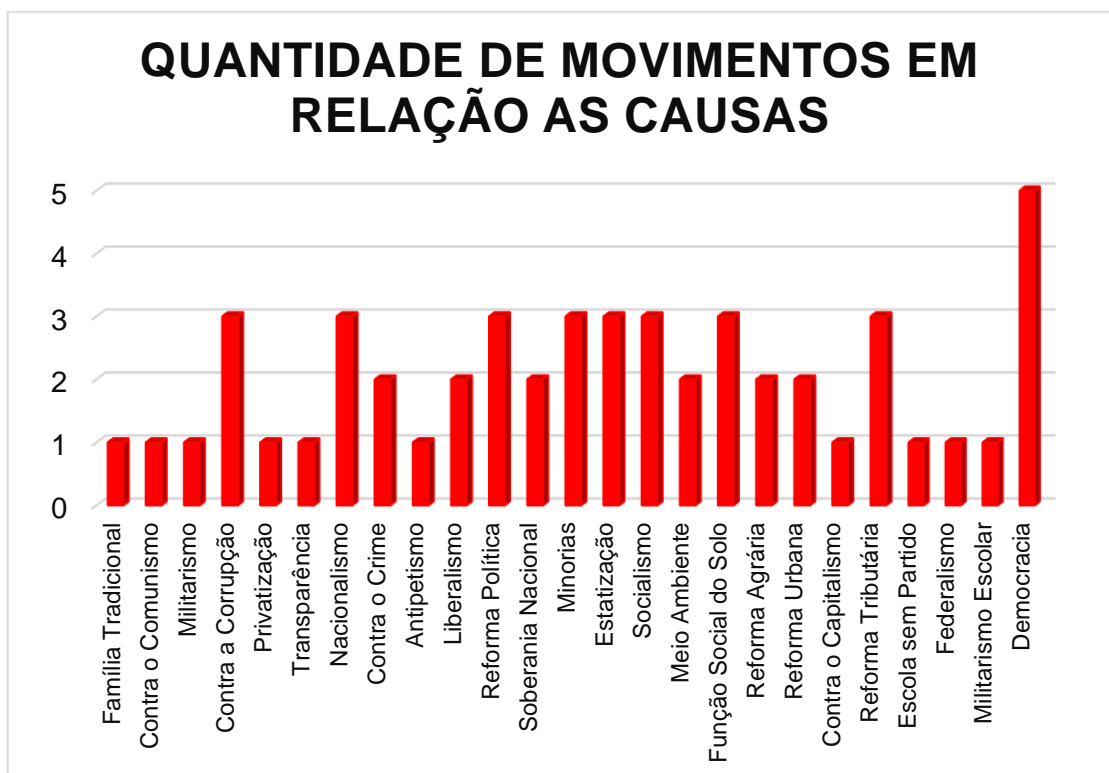
Trabalhadores Sem Teto Social do Solo; Reforma Política; Reforma Tributária; e Reforma Urbana.

**Fonte:** BRIGADAS POPULARES (2011); TERNUMA (2011); MLB (2014); FRENTE BRASIL POPULAR (2015); MBL (2015); GRUPO INCONFIDÊNCIA (2018); MOVIMENTO ENDIREITA BRASIL (2018); MST (2018); MTST (2018); VEM PRA RUA (2018), adaptado pelo próprio autor.

Se constata similaridades entre as causas dos movimentos de direita e de esquerda. Um exemplo é a causa nacionalismo, defendido por dois movimentos de âmbito de direita (Grupo Inconfidência e Ternuma) e por um movimento de esquerda (Brigadas Populares).

Outra similaridade entre os dois tipos de movimentos é a Soberania Nacional. Esse item é uma das causas dos movimentos de direita Ternuma e do movimento esquerdista Frente Brasil Popular. Contudo, não se pode negar que existem pautas muito distintas entre os movimentos, chegando a ser, dependendo do que é defendido, o contrário de um com o do outro. Existem movimentos que combatem até o pensamento do oposto e outros se contradizem com os seus próprios ideais.

**Gráfico 3** – Quantidade de movimentos em relação as causas.



**Fonte:** BRIGADAS POPULARES (2011); TERNUMA (2011); MLB (2014); FRENTE BRASIL POPULAR (2015); MBL (2015); GRUPO INCONFIDÊNCIA (2018); MOVIMENTO ENDIREITA BRASIL (2018); MST (2018); MTST (2018); VEM PRA RUA (2018), adaptado pelo próprio autor.

Se observarmos o Gráfico 3, é possível constatar que a causa democracia é a mais buscada pela maioria dos movimentos analisados. Há outras causas que também são buscadas por mais de um movimento, no entanto a causa democracia demonstra que, independentemente de ideologia política do movimento social, é a causa em que a maioria preza.

Apesar disso, mesmo que a democracia seja uma das causas mais buscadas e defendidas pela maioria dos movimentos, se constatou, conforme é informado no Quadro 6, que a democracia é interpretada das mais diferentes formas. Um exemplo é o Movimento Endireita Brasil que tem a democracia como suas causas e ao mesmo tempo defende o antipetismo, ou o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) que tem também a democracia como sua causa, mas defende apenas a democracia socialista.

**Quadro 6 – Interpretação sobre democracia.**

CORENTE POLÍTICA IDEOLÓGICA	MOVIMENTO	INTERPRETAÇÃO SOBRE DEMOCRACIA
DIREITA	Movimento Endireita Brasil	A democracia para esse movimento deve ser pautada na busca pela renovação política e o combate ao crime. No entanto, essa democracia deve estar alinhado com as pautas liberais.
	Vem Pra Rua	Para o movimento democracia só funciona se não houver tolerância com a corrupção, incompetência, autoritarismo e impunidade. Além disso, é buscado uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente, verdadeiramente democrático e justo.
	Ternuma	O respectivo movimento interpreta que a democracia deveria não ter a interferência

	<p>do pensamento comunista, mas que a atual "democracia" que está sendo imposta não prima pelo império da lei, mas pela licenciosidade e pela impunidade que acobertam, sob o manto de uma falsa política de "direitos humanos", as ações criminosas dos bandidos, dos sem-cidadania, dos sem-terra, dos sem-teto e dos sem-pátria.</p>
<p><b>ESQUERDA</b></p>	<p>Frente Brasil Popular</p> <p>O movimento interpreta como democracia um conjunto que visa a “democratização da mídia, com adoção de legislação erradicando o monopólio dos meios de comunicação, criando mecanismos de incentivo e proteção à pluralidade dos veículos de informação e da indústria cultural. Além de também ter a “democratização do Poder Judiciário, com o estabelecimento de mandatos para ministros das cortes superiores, ampliação e democratização do Conselho Nacional de Justiça, aprovação da lei contra abuso de autoridade, eliminação de privilégios e fortalecimento das salvaguardas constitucionais contra erros judiciais”.</p>
	<p>Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas</p> <p>A democracia segundo o movimento está alinhado com a reforma urbana, ou seja, a democracia para o movimento se refere ao controle social do</p>

urbano, onde deve ser priorizado pontos que sejam de interesse da maioria, como habitação, transporte e garantia igualitária dos serviços públicos de qualidade.

**Fonte:** FRENTE BRASIL POPULAR (2018); MLB (2014); MOVIMENTO ENDIREITA BRASIL (2018); TERNUMA (2018); VEM PRA RUA (2018), adaptado pelo próprio autor.

Mas por que a democracia defendida pelo movimento A se distingue da democracia para o movimento B? O que se constata é que o conceito ou a interpretação de democracia para os respectivos movimentos sociais apresentam certa diferença, não só com a democracia para Arendt, mas também entre eles. O que se nota é que, a democracia para determinados movimentos sociais só é uma democracia se for excluído o pensamento diferente ou ao contrário do que ele pensa.

Todavia, conforme verificado sobre o que é a democracia arendtiana, é possível dizer que, uma democracia tem que visar o interesse coletivo, que precisa considerar os mais variados pensamentos, mesmo que o não concorde. É necessário defender o que acredita ser o melhor, porém é preciso que o ideal não se sobreponha ao necessário para o coletivo.

Além do mais, é preciso que os movimentos tenham consciência do seu papel na sociedade, e, se os mesmos têm a democracia como uma de suas causas, automaticamente precisam buscar não se contradizerem. O pluralismo é importante para uma sociedade democrática e, nessa sociedade democrática os movimentos também fazem parte.

No entanto, independentemente do pensamento ideológico político, é necessário que não se tenha o preconceito de um com o outro. Para Hannah Arendt, conforme Araújo (2015, p. 662), é necessário que se tenha a liberdade política

[...] a liberdade dentro da política é diferente do pensamento da liberdade, que é observada no pensamento cristão, pois de acordo com este pensamento a liberdade é exercida no espaço da solidão, diferentemente da liberdade na política, que tem como fator essencial a pluralidade.

Por meio disso, a liberdade para Arendt se encontra condicionada no exercício da ação, já que é na ação política que é admissível discutir medidas que

podem ser tomadas em prol da população. “Tal ação não pode ser condicionada a um fim específico, pois isto tornaria a política algo instrumental” (ARAÚJO, 2015, p. 663).

É necessário que seja alinhado o que é democracia tanto para o movimento A quanto para movimento B, por exemplo, para só assim a sociedade encaminhar na busca pelo interesse coletivo.

Por fim, mesmo que se tenha ainda essas contradições e que os interesses particulares ainda são postos acima dos interesses coletivos, não se pode desmerecer o quanto os movimentos sociais estão cada vez mais presentes na sociedade. Graças à *internet*, mais especificamente as mídias sociais, as pessoas aos poucos vão compreendendo o seu papel como cidadão, e com isso, aos poucos estão exigindo mudanças por parte do Poder Público, assim como foram as Jornadas de Junho de 2013.

#### 4.2 O USO DA *INTERNET* COMO ESPAÇO DE CONHECIMENTO

As manifestações de Junho de 2013 foram os primeiros protestos neste século que atingiram uma proporção nunca antes tida no país. As ondas de protestos mobilizaram milhares de pessoas no Brasil que estavam indignados com o Estado.

Mas para que esses protestos conseguissem atingir esse tamanho, precisou do uso de uma ferramenta que permitisse que ocorresse a integração da sociedade. Essa ferramenta foi a *internet*, uma vez que foi no ciberespaço que as pessoas puderam interagir e estar a par do que estava ocorrendo.

Mas para que a *internet* se tornasse um meio que pudesse atingir essa magnitude, houve todo um processo para que a *internet* fosse popularizada. A popularização começou no Governo FHC (1995-2002), do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), e que avançou no Governo Lula (2003-2010) e Governo Dilma (2011-2016), permitindo assim, que uma grande parcela da sociedade brasileira pudesse ter acesso ao ciberespaço. Esse acesso, fator positivo, também se tornou um fator negativo (para o Estado e os governantes), uma vez que permitiu a população ter acesso “aos mais variados documentos eletrônicos, das mais variadas fontes” (AZEVEDO, 2008, p. 22).

De acordo com Fava e Pernisa Júnior (2014, p. 1), com a vinda da *internet*, “a sociedade moderna foi criando novos hábitos de relacionamento e de consumo”. As tecnologias estão permitindo uma gama de possibilidades de conexão, causando um aumento da rede e, assim, um maior acesso em informação e possibilitando crescimentos de produções de novas informações que antes não se podia. Todo esse fator se tornou propício para uma maior diversidade de pensamentos circularem e, nisso, uma maior troca de ideias. “Com vistas à organização de tantos dados, surgiam dispositivos cada vez mais sofisticados para auxiliar os usuários em tarefas rotineiras no computador e na rede” (FAVA; PERNISA JÚNIOR, 2014, p. 1).

Com o avanço tecnológico na informática, ferramentas foram surgindo, permitindo acesso em informações que antes não se tinha. Uma dessas ferramentas surgidas e que contribuiu para o acesso de diversos documentos e informações são os buscadores de pesquisa, como o buscador Google, considerado o mais utilizado no mundo.

Com essas ferramentas disponíveis facilmente para a sociedade, a informação ganhou um *status* de “quase democrático” – não esquecendo que a base de funcionamento desses serviços é o algoritmo e que seu objetivo é de tornar mais preciso o assunto buscado pelo usuário.

O algoritmo é como fosse um filtro que busca refletir informações segundo o perfil do usuário que ele mesmo introduziu. “Cada vez mais invasivo, esse tipo de filtro procura determinar como pode se dar a utilização da rede por aqueles que participam dela” (FAVA; PERNISA JÚNIOR, 2014, p. 2). Grandes *sites* como o Facebook e o Google, por exemplo, utilizam dessa técnica para o funcionamento de suas funções, permitindo assim o acesso mais detalhado de conteúdos de interesse do usuário.

Essa filtragem tem um lado positivo, no entanto, principalmente nas mídias sociais, causa uma certa “desces distribuição” das informações heterogêneas e uma concentração das informações homogêneas. Ao invés de permitir uma integração, o que acontece é uma desintegração e, conseqüentemente, uma polarização.

Além do surgimento dos buscadores, também surgiram as mídias sociais com o avanço tecnológico nessa área. As mídias sociais são ferramentas que visam agregar pessoas que tenham preferências em comum, como por exemplo: a política. Contudo, mesmo que as mídias sociais possam causar um efeito de união, ao

mesmo tempo essas ferramentas ocasionam uma desunião na sociedade, assim como os buscadores.

Um exemplo de como as mídias sociais estão sendo utilizadas de forma errônea por uma parte dos usuários, se deve a declaração dada pelo ex-diretor do Facebook, Sandy Parakilas, para a versão brasileira do periódico jornalístico *online* espanhol *El País*<sup>62</sup>. Ele disse que as pessoas não estão compreendendo que as mídias sociais são empresas privadas e, devido a isso, essa independência que o usuário tem nelas há, no fundo, um interesse particular. Para ele, as pessoas estão confundindo o que é essa liberdade oferecida pela empresa de mídia social com a verdadeira liberdade. O que essas empresas de mídias sociais fazem é coletarem informações ao máximo do usuário para seus interesses comerciais.

O próprio Facebook, segundo apontam Machado e Moretto (2015, p. 117), ao dizer que os dados produzidos nessa mídia social são propriedade do usuário que os produziu, ao mesmo tempo ela não informa que utiliza esses dados para interesses próprios. Mesmo que o usuário seja informado que os dados são de propriedade do usuário, em contraposição a empresa possui direito de uso das informações concedidas pelo usuário, conforme é informado pelo próprio Facebook (2018)<sup>63</sup>

1. Permissão para usar o conteúdo que você cria e compartilha: você é o proprietário do conteúdo que cria e compartilha no Facebook e nos outros Produtos do Facebook que você usa, e nada nestes Termos afasta os direitos que você tem sobre seu próprio conteúdo. Você é livre para compartilhar seu conteúdo com qualquer pessoa, onde você quiser. Para fornecer nossos serviços, porém, precisamos que você nos conceda algumas permissões legais para usar esse conteúdo. Especificamente, quando você compartilha, publica ou insere conteúdo protegido por direitos de propriedade intelectual (como fotos ou vídeos) em nossos Produtos ou em conexão com os nossos Produtos, você nos concede uma licença não exclusiva, transferível, sublicenciável, gratuita e válida mundialmente para hospedar, usar, distribuir, modificar, veicular, copiar, executar publicamente ou exibir, traduzir e criar trabalhos derivados de seu conteúdo (de modo consistente com suas configurações de privacidade e de aplicativo). Isso significa, por exemplo, que se você compartilhar uma foto no Facebook, você nos dará permissão para armazená-la, copiá-la e compartilhá-la com

<sup>62</sup> BEJERANO, Pablo G. **“O Facebook já não tem controle do que acontece com os dados dos usuários”, diz ex-diretor.** 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/04/tecnologia/1525422138\\_239714.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/04/tecnologia/1525422138_239714.html). Acesso em: 16 jul. 2018; e

<sup>63</sup> FACEBOOK. **Seu compromisso com o Facebook e com a nossa comunidade.** 2018. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/terms>. Acesso em: 11 dez. 2018.

outras pessoas (mais uma vez, de modo consistente com suas configurações), como provedores de serviços que fornecem suporte para nosso serviço ou outros Produtos do Facebook que você usa.

Você pode encerrar essa licença a qualquer momento excluindo seu conteúdo ou conta. Você deve estar ciente de que, por motivos técnicos, o conteúdo que você exclui pode permanecer em cópias de backup por um período limitado (embora não fique visível para outros usuários). Além disso, o conteúdo que você exclui pode continuar aparecendo caso você tenha compartilhado com outras pessoas e elas não o tenham excluído.

2. Permissão para usar seu nome, foto do perfil e informações sobre suas ações com anúncios e conteúdo patrocinado: você nos concede permissão para usar seu nome, foto do perfil e informações sobre ações realizadas no Facebook, próximos ou relacionados a anúncios, ofertas e outros conteúdos patrocinados que exibimos em nossos Produtos, sem o pagamento de qualquer remuneração a você. Por exemplo, podemos mostrar para seus amigos que você tem interesse em um evento anunciado ou que você curtiu uma Página criada por uma marca que nos pagou para exibir anúncios no Facebook. Anúncios assim podem ser vistos somente por pessoas que têm sua permissão para ver as ações que você realiza no Facebook [...]
3. Permissão para atualizar software que você usar ou baixar: se você baixar ou usar nosso software, você nos concederá permissão para baixar e instalar atualizações e recursos adicionais para melhorá-lo, aprimorá-lo e desenvolvê-lo ainda mais.

Essa situação não se repete apenas com o Facebook, mas com outras mídias sociais. Devido a essa situação em que essas empresas estão tendo acesso a uma gama de informações de forma gratuita, pode ocasionar o vazamento de informações dos usuários. Se isso ocorrer, pode fazer com que os dados sejam utilizados para interesses particulares na política, por exemplo. Um caso sobre o uso de informações utilizadas para interesses particulares na política foi o famoso episódio de escândalo da Cambridge Analytica na eleição presidencial dos Estados Unidos do ano de 2016.

É preciso cuidado ao utilizar as mídias sociais, pois se elas são instrumentos importantíssimos para a troca de informação entre a sociedade, elas podem também ser um espaço não perfeito, pois pode não permitir o pleno acesso de todas as informações.

Outro ponto que deve ser analisado, se deve ao famoso algoritmo utilizado na programação da mídia social. “Um algoritmo pode ser definido como uma sequência finita de passos (instruções) para resolver um determinado problema” (FERRARI; CECHINEL, 2008, p. 14). Ou seja, conforme já apontado, quando é

desenvolvido o algoritmo, é estabelecido um padrão de comportamento que deve ser seguido, como uma norma que visa alcançar o resultado correto de algo. Um algoritmo aponta uma sequência de atividades que levam para a solução de um problema (CARVALHO, 2010). É necessário cuidado quando se utiliza dessas ferramentas.

Com isso, com todo esse potencial que a *internet* contém, como se comportou a sociedade em relação com as manifestações das Jornadas de Junho de 2013? De modo mais específico, como se deu o uso da *internet*, no Paraná nesses protestos?

O presente subcapítulo buscou verificar como se deu o uso da *internet* referente a esses protestos no Estado do Paraná. Para isso, foram catalogados e mapeados os dados obtidos sobre como as pessoas estavam utilizando a *internet* como espaço de informação sobre os assuntos relacionados as manifestações.

Para verificar essa situação, foi examinado como o buscador Google foi utilizado pelos paranaenses no ano de 2013. Com essa importância que os buscadores, especificamente o Google, ganhou para a sociedade como forma de obtenção de informações de modo fácil, se faz necessário verificar como o buscador foi usado.

Outro ponto importante, conforme aponta Azevedo (2008, p. 22), “os recursos disponíveis no ciberespaço possibilitam que documento elaborado em diversas áreas geográficas possa ser acessado por milhões de pessoas”. Porém, devido a todo esse acervo de documentos, se faz necessário a utilização de ferramentas que permitem o acesso mais preciso. Com isso, os buscadores ganharam essa importância.

O Google é um exemplo, pois “se manteve líder entre os buscadores mais utilizados no Brasil, registrando 85,45% de participação nas buscas realizadas no período de quatro semanas terminado em 29 de junho de 2013, alta de 4,56 pontos percentuais em relação a junho de 2012”<sup>64</sup>. Tendo em vista a essa situação, como o Google foi o buscador mais utilizado em 2013, como ele serviu como instrumento de informação para a sociedade paranaense?

Para verificar essa problemática, foi utilizado o Google Trends, ferramenta

---

<sup>64</sup> PORTAL G1. **Com 85% de participação, Google é o buscador mais usado no Brasil.** 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/07/com-85-de-participacao-google-e-o-buscador-mais-usado-no-brasil.html>. Acesso em: 22 abr. 2019.

*online* do próprio Google que permite conferir e analisar o quanto um respectivo assunto é pesquisado pelos usuários, tanto logado quanto não logado, no buscador Google.

As Jornadas de Junho de 2013 ou as Manifestações dos R\$ 0,20 centavos, foram as primeiras grandes manifestações no Brasil no século XXI. Esse momento importante para a história brasileira ocorreu entre os meses de abril a julho. No entanto, foi no mês de junho que ocorreu o ápice das manifestações, reunindo milhões de indivíduos nas ruas dos municípios brasileiros.

Como já apontado, essas grandes manifestações públicas tiveram uma violenta repressão por parte da força de segurança do Estado (principalmente de âmbito Municipal e Estadual), já que o próprio Estado não estava preparado para protestos desse porte, uma vez que não é do cotidiano do brasileiro a realização de protestos dessa magnitude.

Do mesmo modo do que ocorreu no Brasil, no Estado do Paraná também aconteceram manifestações das Jornadas de Junho de 2013 e que reuniram milhares de pessoas. Mas para verificar como se deu o uso da *internet* no período das manifestações, foram analisados os seguintes termos de pesquisa na *web* no Google Trends: Emenda Constitucional; Junho; Manifestação; Passe Livre; Protesto; e Repressão. A escolha desses termos se deram porque, segundo o Google Trends, foram os mais buscados no ano de 2013 no buscador Google<sup>65</sup> no Brasil.

O trabalho está pautado na hipótese de que as pessoas só irão se manifestar sobre algo se tiverem o conhecimento referente ao assunto. Essa busca pela informação é necessária para que o indivíduo seja atuante na política. “O pensar significa o desligamento com o mundo das aparências, ou seja, representa o esquecimento do ser, o qual está conectado ao mundo das aparências” (GARCIA; PISTORI, 2016, p. 368).

A pessoa só irá realizar a ação arendtiana se ela tem conhecimento sobre o que estará sendo discutido, por isso que se deve verificar o quão esses termos estão sendo pesquisados no Google. Os dados fornecidos pelo Google Trends se referem aos números representados de interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto do gráfico na área geográfica desejada.

No caso da pesquisa, os dados se refere ao Estado do Paraná no ano de

---

<sup>65</sup> GOOGLE TRENDS. **Veja as Pesquisas do ano de 2013**. 2013. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/topcharts#date=2013&geo=BR>. Acesso em: 06 ago. 2018; e

2013<sup>66</sup>.

Para entender como funciona a contagem desse dados do Google Trends, segundo Google Trends (2013), “um valor de 100 representa o pico de popularidade de um termo”. Já um valor de 50 representa que o termo teve metade de popularidade, enquanto uma pontuação de zero significa que não se tinha dados suficientes sobre o termo, ou seja, foi muito pouco buscado.

Os dados foram filtrados expressados em forma de gráfico, de grafo e de mapa geográfico. Contudo, não foi possível espacializar os dados, já que não houve dados de pesquisa suficiente para que se possa espacializar esse dados. Para que seja possível verificar o interesse por cidade, deve-se, de acordo com o Google Trends (2013), considerar os valores que são calculados numa escala de 0 a 100

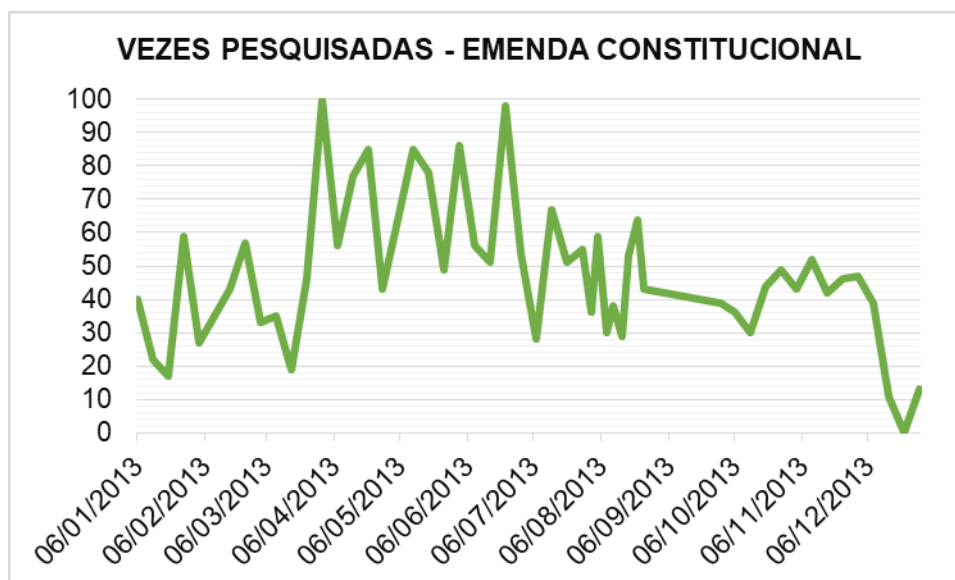
[...] os valores são calculados em uma escala de 0 a 100, em que 100 é o local com a maior popularidade como uma fração do total de pesquisas naquele local; 50 indica um local que tem metade da popularidade; e 0 indica um local em que não houve dados suficientes para o termo.

**Observação:** um valor maior significa uma proporção maior de consultas, não uma contagem absoluta maior. Um pequeno país em que 80% das consultas são sobre "bananas" terá duas vezes a pontuação de um grande país em que somente 40% das consultas são sobre esse termo.

Compreendido como o Google mensura os dados, se deu então a análise do termo “Emenda Constitucional”, conforme informado no Gráfico 4.

---

<sup>66</sup> Localização do Estado do Paraná na Figura 1 (p. 21).

**Gráfico 4** – Interesse mensal do termo de pesquisa “Emenda Constitucional”.

**Fonte:** Google Trends (2013), adaptado pelo próprio autor.

Por meio dessa informação, se verifica que os meses de abril a junho foram os meses em que os usuários paranaenses buscaram se informarem mais sobre o que é uma emenda constitucional. Essa informação é importante porque justamente neste período estava em votação a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) nº 33 de 2.011 da Câmara dos Deputados Federais, que tinha como objetivo de “limitar os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF), submetendo algumas decisões da Corte ao Congresso Nacional”<sup>67</sup>. Além dessa PEC, uma outra, a PEC nº 37 de 2.011 da Câmara dos Deputados Federais, também se tornou o centro das atenções da sociedade, uma vez que se essa fosse aprovada, “o poder de investigação criminal seria exclusivo das polícias federal e civis, retirando esta atribuição de alguns órgãos e, sobretudo, do Ministério Público (MP)”<sup>68</sup>.

Através dessa constatação, se interpreta que a sociedade paranaense buscou informações ao longo do ano sobre o que é uma PEC e, com isso, verificar se essas propostas seriam positivas ou não para a sociedade brasileira. Essas duas PEC felizmente foram arquivadas na Câmara dos Deputados.

Contudo, é preciso considerar que no meio desses dados estão inseridos pesquisas que não tinham como objetivo exclusivo a essas respectivas PECs (Propostas de Emendas Constitucionais). Porém, é ainda plausível dizer que,

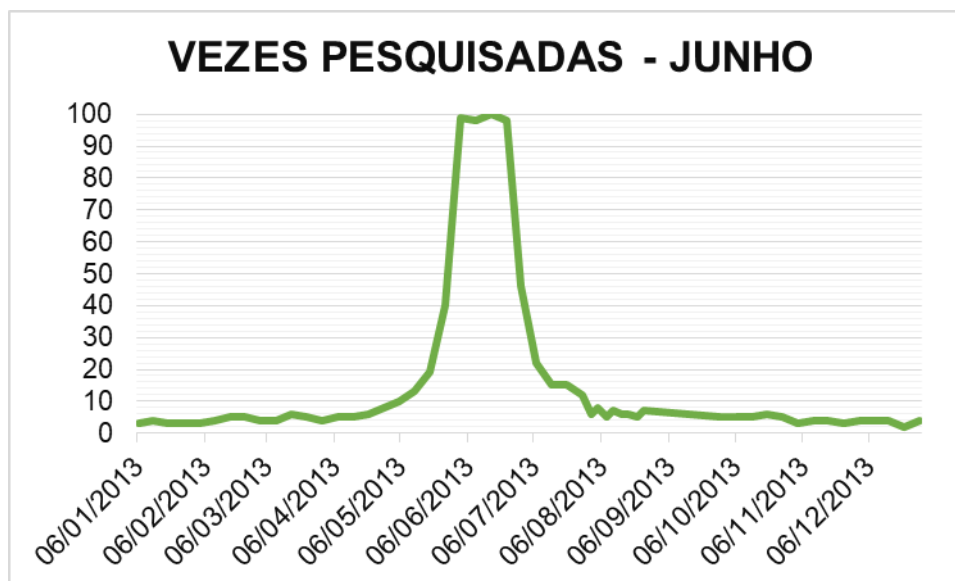
<sup>67</sup> MARTINS, Renan. **Entenda o que é a PEC 33**. 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/07/entenda-a-pec-33>. Acesso em: 06 ago. 2018; e

<sup>68</sup> RODRIGUES, Léo. **Entenda o que é a PEC37**. 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37>. Acesso em: 06 ago. 2018.



pesquisa, também buscaram se informar de assuntos relacionados a outros termos. É possível verificar que os assuntos ligados a Constituição, Fundo, Tribunal e Repentino, foram as temáticas mais pesquisadas. Outros assuntos em menor grau, como Empregado e outros, não foram tão pesquisados pelos parananenses em 2013.

**Gráfico 5** – Interesse mensal do termo de pesquisa “Junho”.



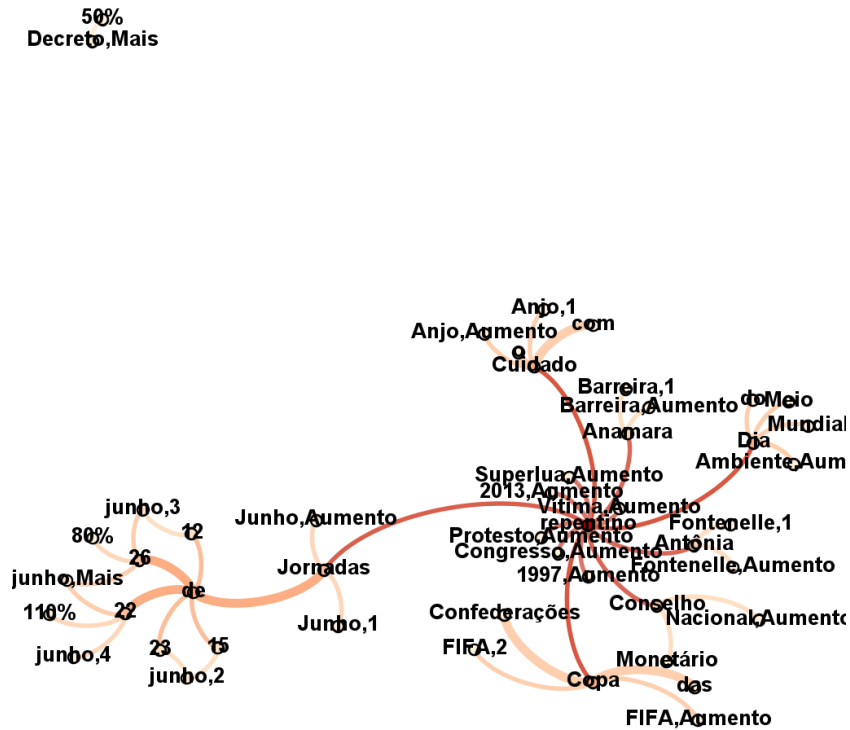
**Fonte:** Google Trends (2013), adaptado pelo próprio autor.

No Gráfico 5, o termo de pesquisa “Junho” no ano de 2013 não teve muitas variações como o termo anterior, contudo, justamente no período do ápice das manifestações, esse termo teve uma grande procura no buscador do Google. Entre os meses de junho e de julho foram os períodos em que se registrou uma maior quantidade de vezes em que os usuários paranaenses pesquisaram o termo “Junho” – chegando à atingir a marca dos 100. Todavia, após o período das manifestações o termo começou a ser menos buscado no Google, demonstrando que todo aquele momento já tinha perdido força.

Enquanto isso, segundo a Figura 9, o grafo do termo de pesquisa Junho apresenta ser um pouco mais amplo, não tão específico em relação ao grafo anterior. Uma das prováveis justificativas se deve, porque, no mês de junho aconteceu a Copa das Confederações FIFA 2013 aqui no país. Se identificou também que houve pesquisas relacionadas com a Super Lua<sup>69</sup> que ocorreu no dia 23 de junho de 2013.

<sup>69</sup> OBSERVATÓRIO ASTRONÓMICO DE LISBOA. A “**Super Lua**” de 23-Jun-2013. 2013. Disponível em: <http://oal.ul.pt/super-lua-23-jun-2013/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

**Figura 9 –** Grafo do termo de pesquisa “Junho”.



**Fonte:** Google Trends (2013), adaptado pelo próprio autor.

O grafo do termo de pesquisa Junho, é de 48 nós e 49 arestas, valores estes maiores que o grafo anterior.

**Gráfico 6 –** Interesse mensal do termo de pesquisa “Manifestação”.

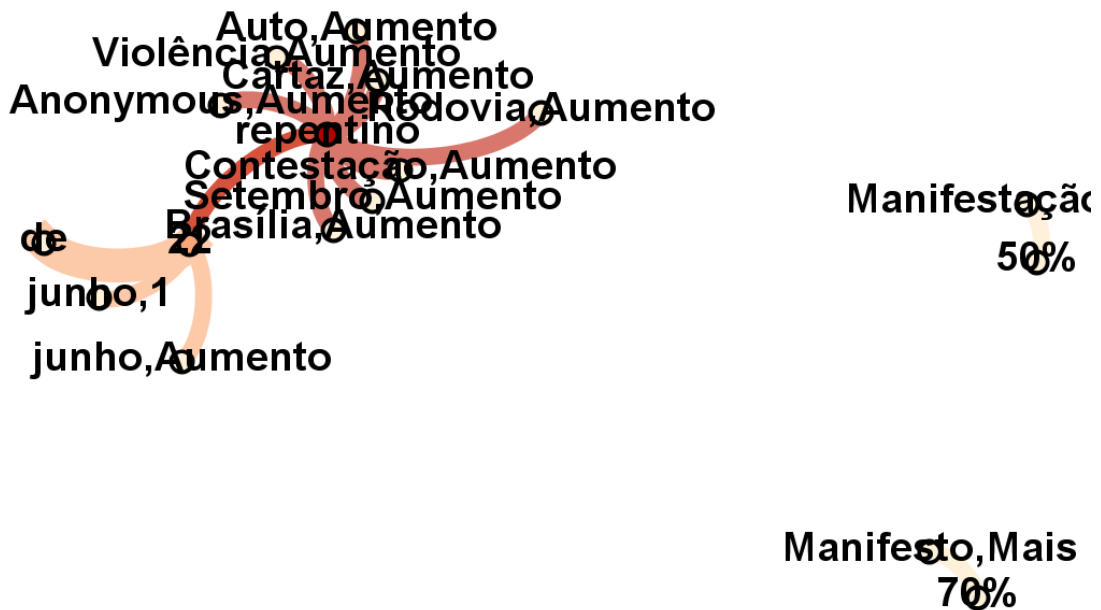


**Fonte:** Google Trends (2013), adaptado pelo próprio autor.

O termo de pesquisa “Manifestação”, conforme o Gráfico 6, teve uma menor procura pelos usuários no Google, em relação aos dois anteriores, sendo que o seu ápice coincide justamente no período das manifestações no Brasil. Esse termo de pesquisa, em comparação com os outros dois já apontados, não apresenta muita oscilação, sendo que é apenas no ápice dos protestos que os usuários buscaram se informar sobre os conteúdos referentes a esse termo. Após as manifestações, a busca por informações indicativas a esse termo de pesquisa diminuiu drasticamente, chegando a atingir a marca de zero em dezembro.

O grafo deste termo exposto na Figura 10, apresenta 17 nós e 14 arestas, sendo que os usuários que pesquisaram esse termo de pesquisa, não pesquisaram muitos outros termos. Além do mais, os assuntos relacionados não são tão genéricos em relação ao grafo do termo de pesquisa Junho. Também se observou uma concentração de assuntos voltados a questão de “Aumento”.

**Figura 10** – Grafo do termo de pesquisa “Manifestação”.

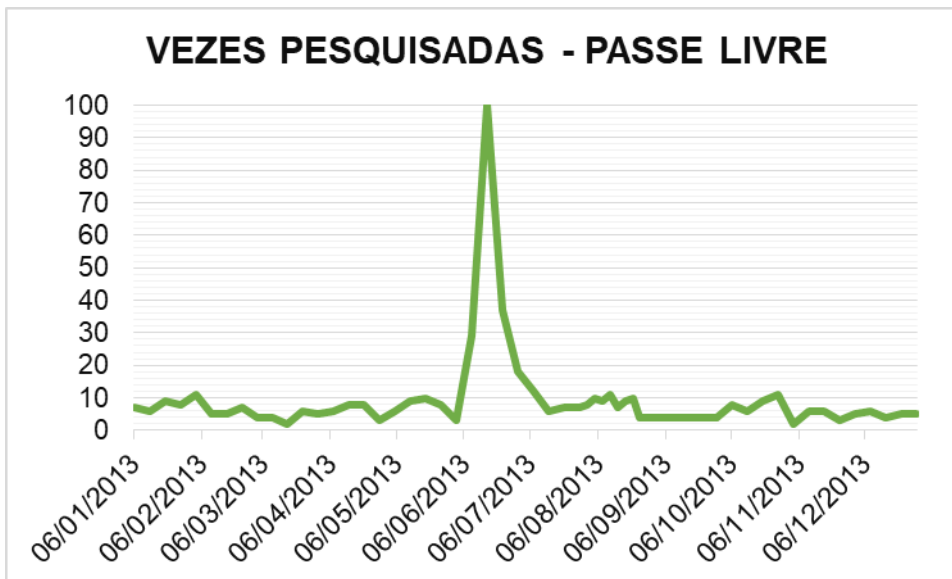


**Fonte:** Google Trends (2013), adaptado pelo próprio autor.

Enquanto isso, segundo o Gráfico 7, o desempenho do termo de pesquisa “Passe Livre” apresentou uma taxa de variação, tendo – conforme os outros gráficos – o mês de junho como o período que apresentou uma maior taxa de procura. Já no meses seguintes aconteceu, de forma abrupta, uma baixa procura do respectivo termo de pesquisa. Mesmo assim, com essa baixa, o

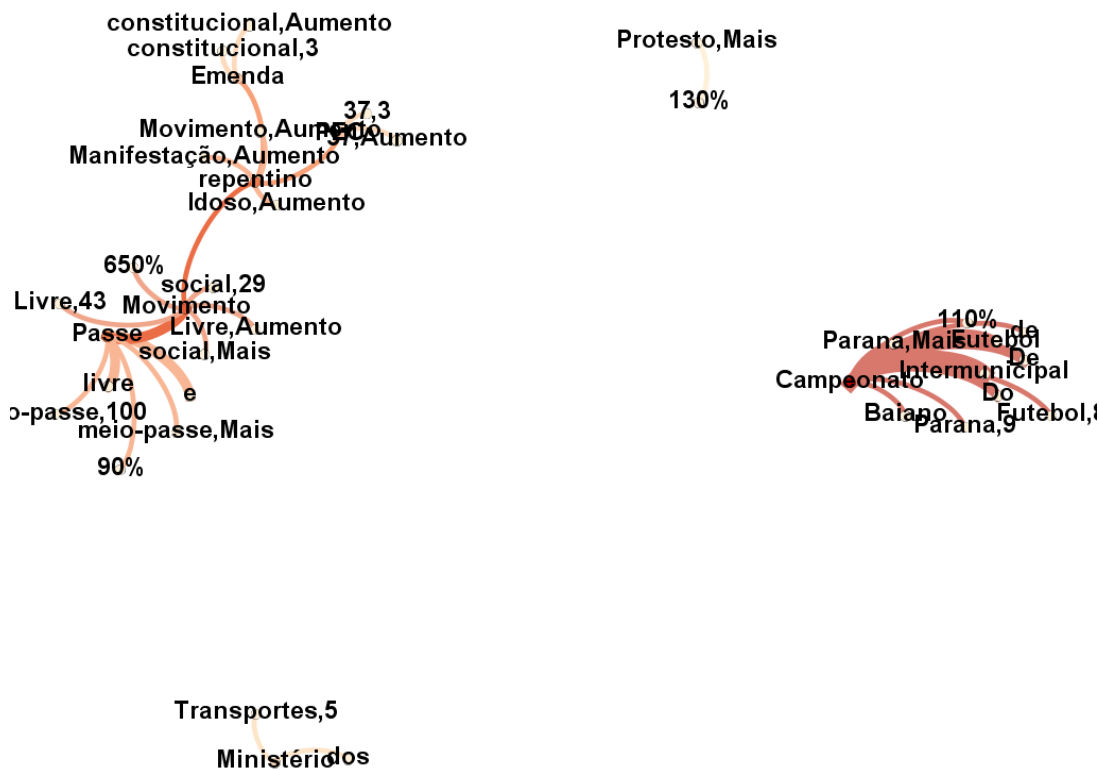
termo chegou a ultrapassar a marca de 10 no mês de outubro, voltando a diminuir nos meses finais do ano.

**Gráfico 7** – Interesse mensal do termo de pesquisa “Passe Livre”.



Fonte: Google Trends (2013), adaptado pelo próprio autor.

**Figura 11** – Grafo do termo de pesquisa “Passe Livre”.

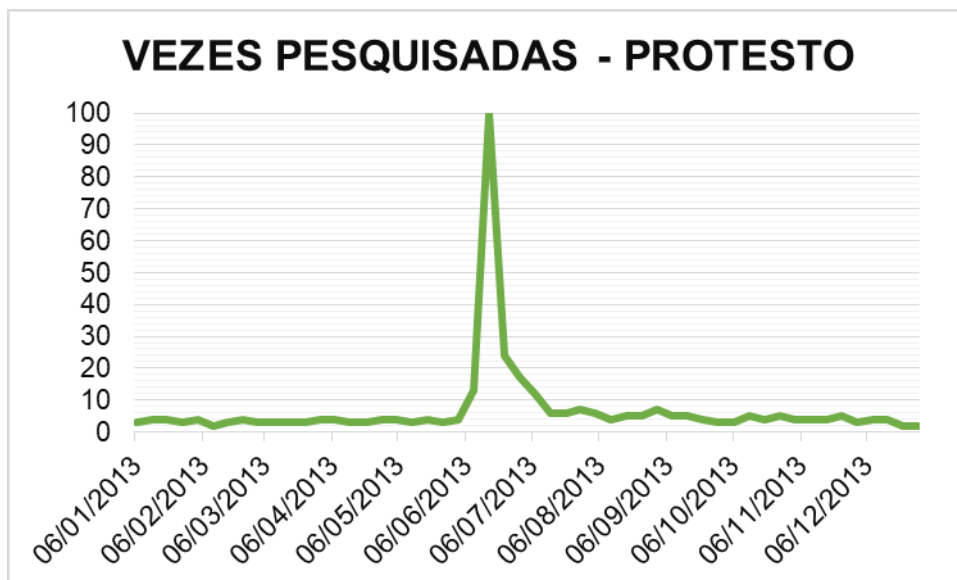


Fonte: Google Trends (2013), adaptado pelo próprio autor.

O grafo do termo Passe Livre, conforme expresso na Figura 11, contém

38 nós e 34 arestas. Além disso, se observa que se tem uma concentração dos assuntos relacionados com temas ligados ao Passe Livre e ao Ministério do Transporte. Mas também teve uma concentração de assuntos ligados à futebol.

**Gráfico 8** – Interesse mensal do termo de pesquisa “Protesto”.

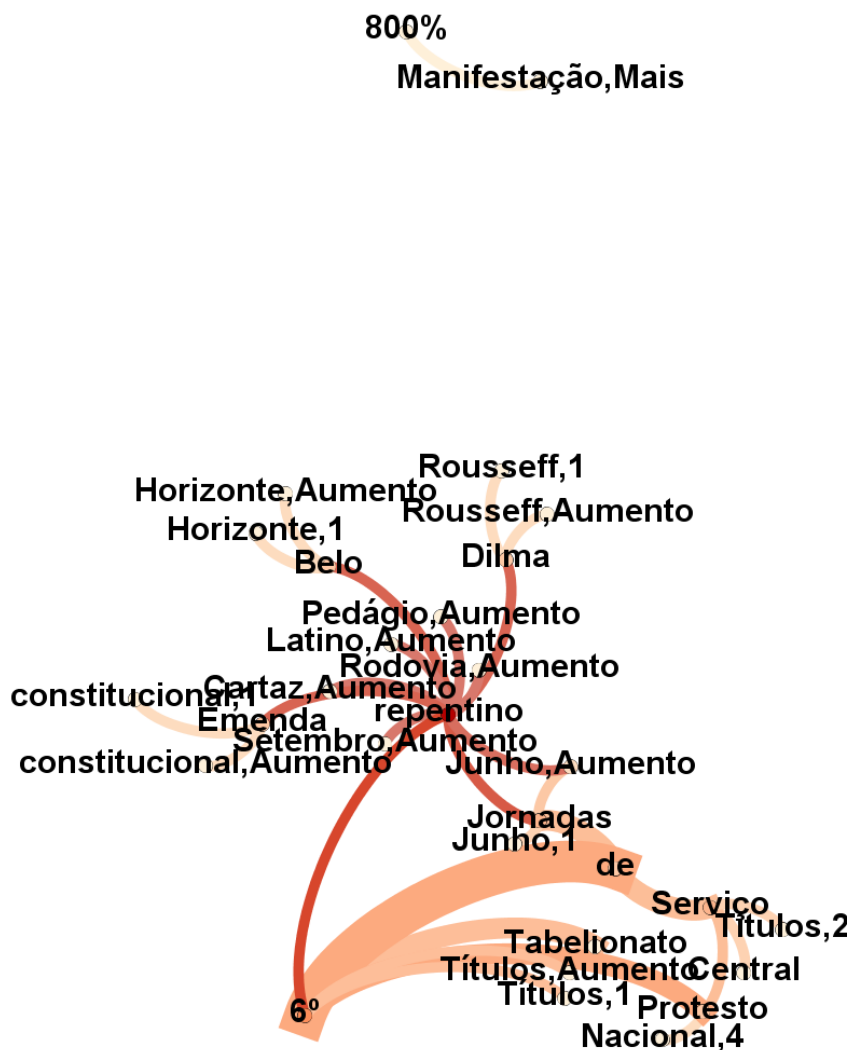


**Fonte:** Google Trends (2013), adaptado pelo próprio autor.

Enquanto isso, de acordo com o Gráfico 8, o termo Protesto também não variou muito, tendo exatamente o mês de junho como o seu auge. Após esse período, o termo apresentou uma baixíssima procura, mas mesmo assim não foi tão baixo quanto antes do período das manifestações.

E o grafo deste termo de pesquisa, segundo a Figura 12, contém 30 nós e 31 arestas e expressa assuntos muito ligados ao município de Belo Horizonte. Também se constatou uma expressiva procura por assuntos ligados à títulos e emenda constitucional.

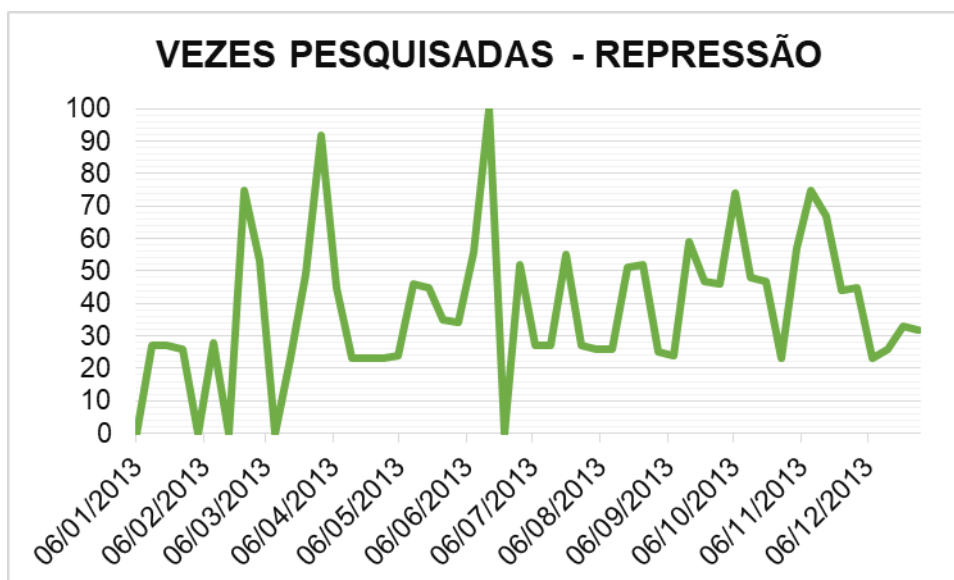
**Figura 12** – Grafo do termo de pesquisa de pesquisa “Protesto”.



**Fonte:** Google Trends (2013), adaptado pelo próprio autor.

No último termo de pesquisa analisado, expresso no Gráfico 9, o termo “Repressão” apresenta uma grande oscilação, em comparação com os outros termos de pesquisa (menos que o termo Emenda Constitucional), durante o ano todo.

Muitas justificativas podem ser utilizadas como hipóteses, contudo o que se nota, novamente, é que no mês de junho ocorreu o ponto mais alto na busca por informações relacionadas a esse assunto.

**Gráfico 9** – Interesse mensal do termo de pesquisa “Repressão”.

**Fonte:** Google Trends (2013), adaptado pelo próprio autor.

Entretanto, o que chama mais atenção é a brusca queda ocorrida no mês seguinte e que depois volta a ter uma procura nos meses seguintes. Essa procura no restante do segundo semestre teve novamente uma pequena queda nos meses finais, chegando a atingir pouco mais que 70 de interesse.

**Figura 13** – Grafo do termo de pesquisa “Repressão”.

**Repressão**  
política, 100

**Fonte:** Google Trends (2013), adaptado pelo próprio autor.

O grafo do termo de pesquisa Repressão, segundo a Figura 13, apresenta apenas dois nós e uma aresta. Ou seja, os usuários que pesquisaram o termo Repressão, não buscaram também verificar assuntos tão relacionados. Houve uma concentração de interesse entre os usuários nesses dois assuntos.

Após essa análise, é possível afirmar que no Paraná, durante o ano de 2013, a população buscou constantemente verificar sobre assuntos relacionados com as Jornadas de Junho. Porém, foi no ápice dos protesto que ocorreram de fato, a procura por essas informações. Além do mais, graças ao grafo, pode-se

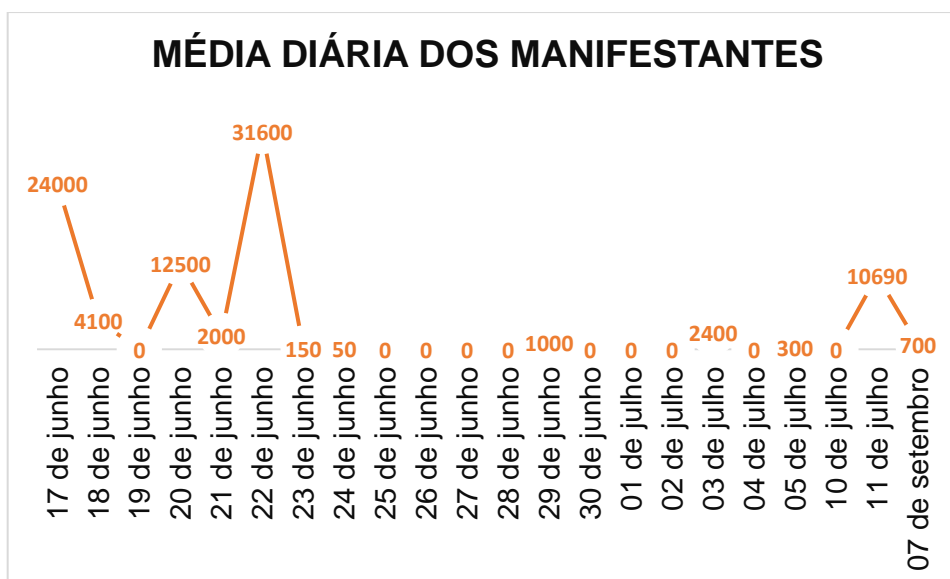
constatar que houve um aprofundamento pelas pessoas sobre os assuntos.

#### 4.3 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 ALÉM DA *INTERNET*

Após verificar como foi a atuação do MPL e de como a sociedade utilizou o Google como forma de se informar sobre assuntos relacionados as Jornadas de Junho, vêm a seguinte questão: Como ocorreu as manifestações de modo presencial no Estado do Paraná?

Inicialmente, para entrar nessa discussão se faz necessário verificar o Gráfico 10 em que é informado a média diária de manifestantes no Paraná. Foi também considerado o dia 07 de setembro de 2013 para ser verificado, uma vez que ocorreram protestos em alguns lugares do Brasil – assim como no Paraná – em que reuniram uma quantidade razoável de pessoas.

**Gráfico 10** – Média diária de manifestantes no Paraná.



**Fonte:** Portal G1 (2013), adaptado pelo próprio autor.

A média diária de manifestantes no Paraná não é tão expressiva se for comparado com as informações obtidas no Google Trends – se for considerado os dados dos termos de pesquisa nos meses de junho e julho e o mês de setembro. Logo no primeiro dia informado, se nota que, em média, 24.000 pessoas protestaram no estado, tendo uma queda nos dois dias seguintes e voltando a ter um aumento no dia 20 de junho.

Entretanto, o dia que teve o maior número de manifestantes no Paraná, foi em 22 de junho, data que teve cerca de 31.600 manifestantes em média. Após esse dia, não foi detectado nos dias seguintes uma grande quantidade de pessoas na mesma data.

Porém, é preciso considerar as seguintes datas: 20 de junho; 21 de junho; 01 de julho; 02 de julho; 03 de julho; 10 de julho; e 11 de julho. Nesses dias foram detectados protestos em alguns municípios, entretanto, não se tem a média de manifestantes nestes municípios, fazendo com que os números sejam inferiores ao que deveria ser.

Estando ciente da média diária de quantas pessoas foram protestar nessas manifestações, como se deu a distribuição dessas pessoas? Em quais municípios foram detectados protestos e quantas pessoas estiveram presentes?

Foi realizado o mapeamento geográfico nos dias que ocorreram protestos no Estado do Paraná. No Anexo B é possível verificar a média diária de cada município informado pelo Portal G1.

Antes de demonstrar como se deu a espacialização geográfica dos protestos no Estado do Paraná, é preciso esclarecer que os dados da média de manifestantes podem ser maiores ou menores, dependendo da fonte. Porém, foi considerado os dados do Portal G1, uma vez que durante o processo de catalogação dos dados, essa respectiva fonte é a que mais apresentou confiabilidade.

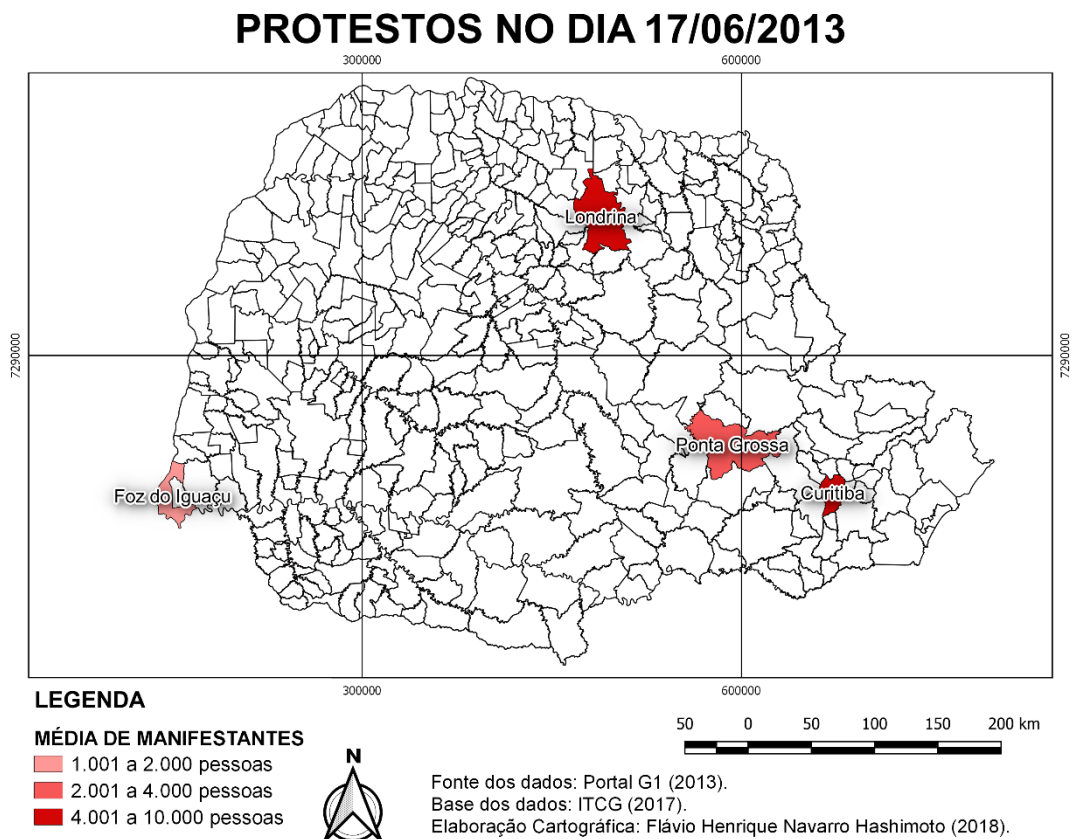
Para expressar os dados no mapa, seguiu a seguinte ordem, conforme se visualiza nas legendas dos mapas: Não informado; até 1.000 pessoas<sup>70</sup>; 1.001 a 2.000 pessoas; 2.001 a 4.000 pessoas; 4.001 a 10.000 pessoas; e Mais de 10.000 pessoas.

Na Figura 14 é possível visualizar como se deu os protestos no primeiro dia detectado pelo Portal G1 no Estado do Paraná. O dia 17 de junho de 2013 marca o início da atuação da sociedade paranaense nas manifestações das Jornadas de Junho que já estavam ocorrendo em diversas partes do país.

---

<sup>70</sup> Alguns municípios apresentaram abaixo de 100 pessoas em média, mas na busca de organizar os dados para ser melhor expressado, foi encaixado esses dados nessa categoria.

Figura 14 – Mapa dos protestos no dia 17/06/2013.



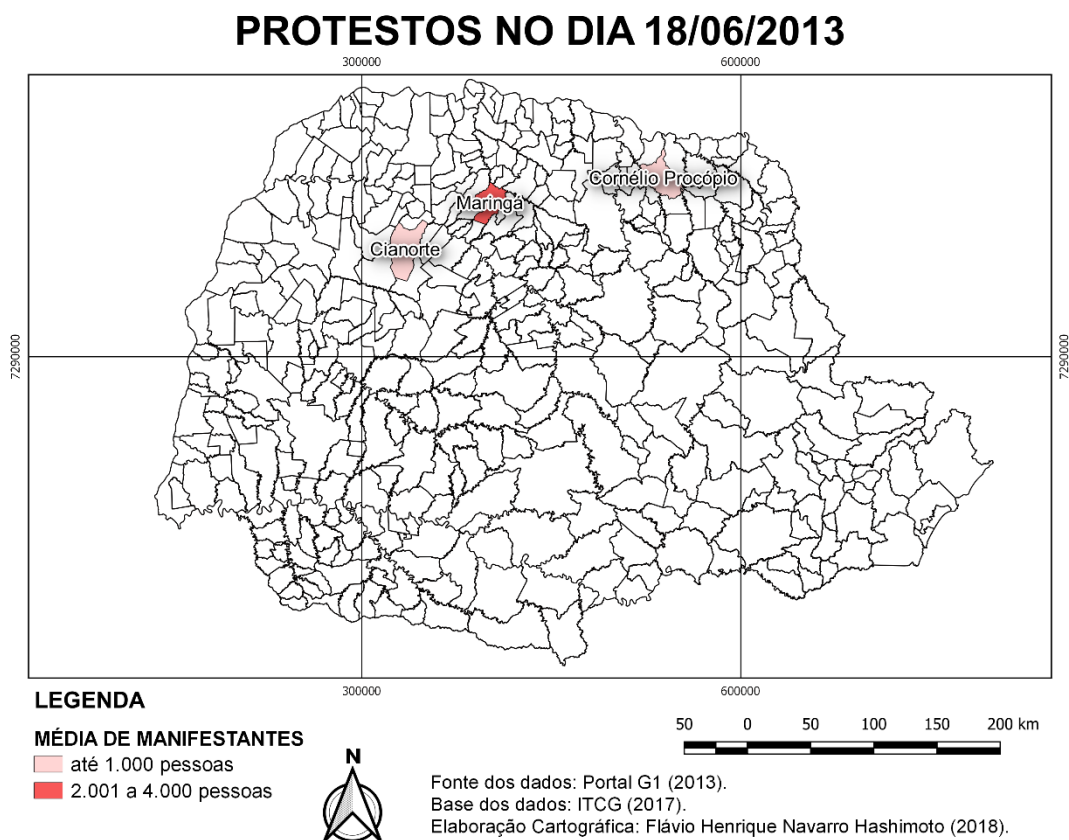
**Fonte:** o próprio autor.

Neste primeiro dia de protestos no Paraná, ocorreram nos municípios de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu. Nos dois primeiros municípios apresentaram, em média, 4.001 a 10.000 manifestantes. Já Ponta Grossa teve entre 2.001 a 4.000 pessoas em média, enquanto Foz do Iguaçu foi o município que teve a menor concentração de pessoas que estavam protestando nesse dia, entre 1.001 a 2.000 pessoas.

A partir desses dados, é possível constatar que o começo dos protestos no Paraná se deu de forma tímida, uma vez que poderiam ter acontecido em mais municípios do estado. Outro ponto é a pouca concentração média de pessoas que foram protestarem nos respectivos municípios que ocorreram protestos nesse dia.

O segundo dia de protesto no Paraná foi no dia seguinte, no dia 18 de junho de 2013. Nesse segundo dia, ao invés de aumentar a média de pessoas, o que ocorreu foi uma diminuição de manifestantes, conforme se constata no Gráfico 10 e é possível visualizar na Figura 15.

**Figura 15 – Mapa dos protestos no dia 18/06/2013.**

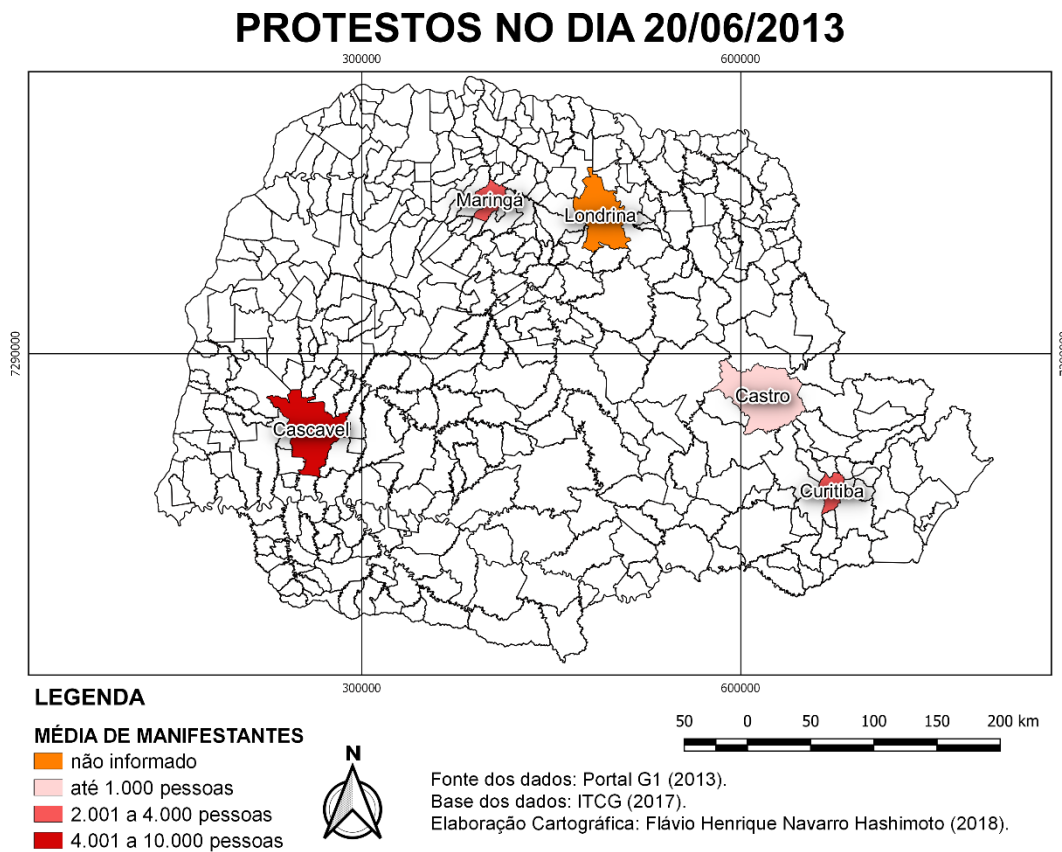


**Fonte:** o próprio autor.

Contudo, ainda que nesse dia foi baixa a média de manifestantes no estado, pelo menos ocorreram protestos em Maringá, além dos municípios de Cianorte e Cornélio Procópio. Mesmo assim, conforme já apontado, os protestos ocorridos nesses municípios não concentraram muitas pessoas em relação ao dia anterior.

No dia seguinte, em 19 de junho de 2013, não foi detectado protestos em nenhuma parte do Paraná. Mas, podem existirem registros em outras fontes dizendo que ocorreram protestos neste dia, porém, segundo o Portal G1, não foi identificado a existência de alguma manifestação nesta data.

**Figura 16** – Mapa dos protestos no dia 20/06/2013.

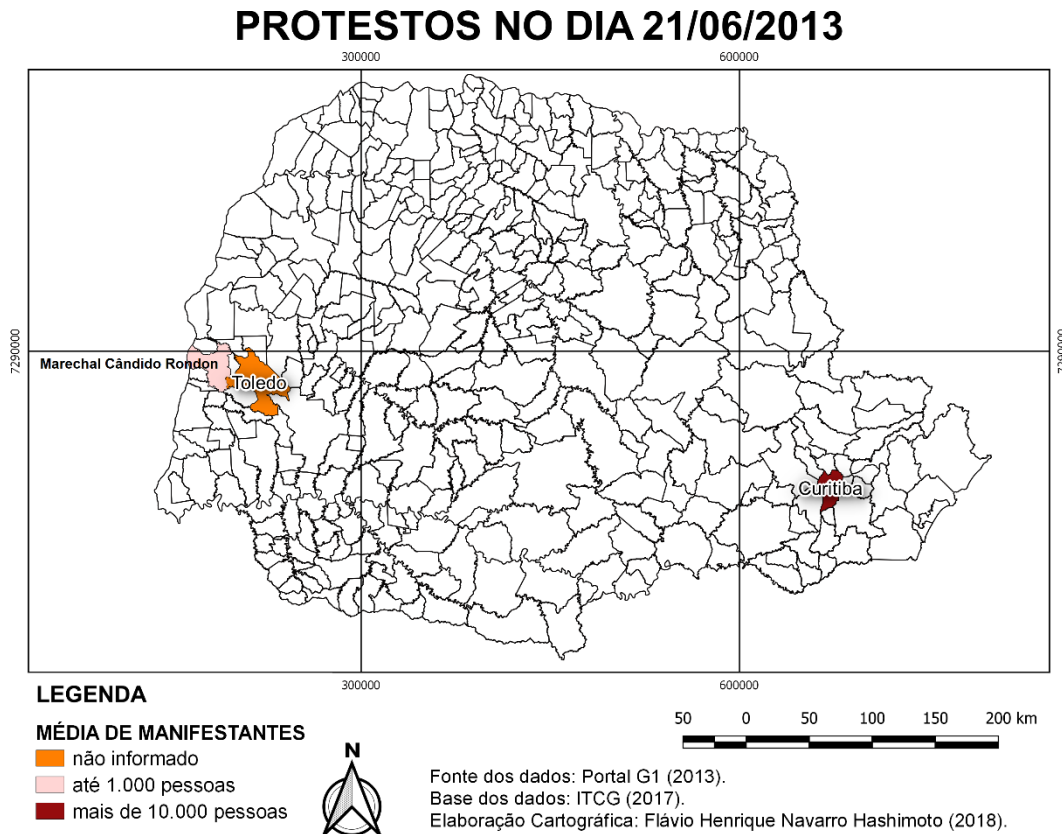


**Fonte:** o próprio autor.

No dia 20 de junho de 2013, como é informado na Figura 16, ocorreram manifestações em municípios que já haviam ocorridos protestos e, também, em municípios que foram detectados pela primeira vez. Tirando o município de Londrina, que não se tem informação da média de manifestantes, o que se destaca é o município de Cascavel, que teve a maior concentração de pessoas protestando no estado nesta data. Na sequência foi Curitiba e Maringá, sendo que em Castro foi o município que teve a menor concentração média de manifestantes nesse dia.

Mas, se no dia 20 de junho de 2013 teve uma pequena média de manifestantes, mas representativa, no dia seguinte – 21 de junho de 2013 – houve uma diminuição. Para visualizar como se deu os protestos neste dia, deve-se observar a Figura 17.

Figura 17 – Mapa dos protestos no dia 21/06/2013.

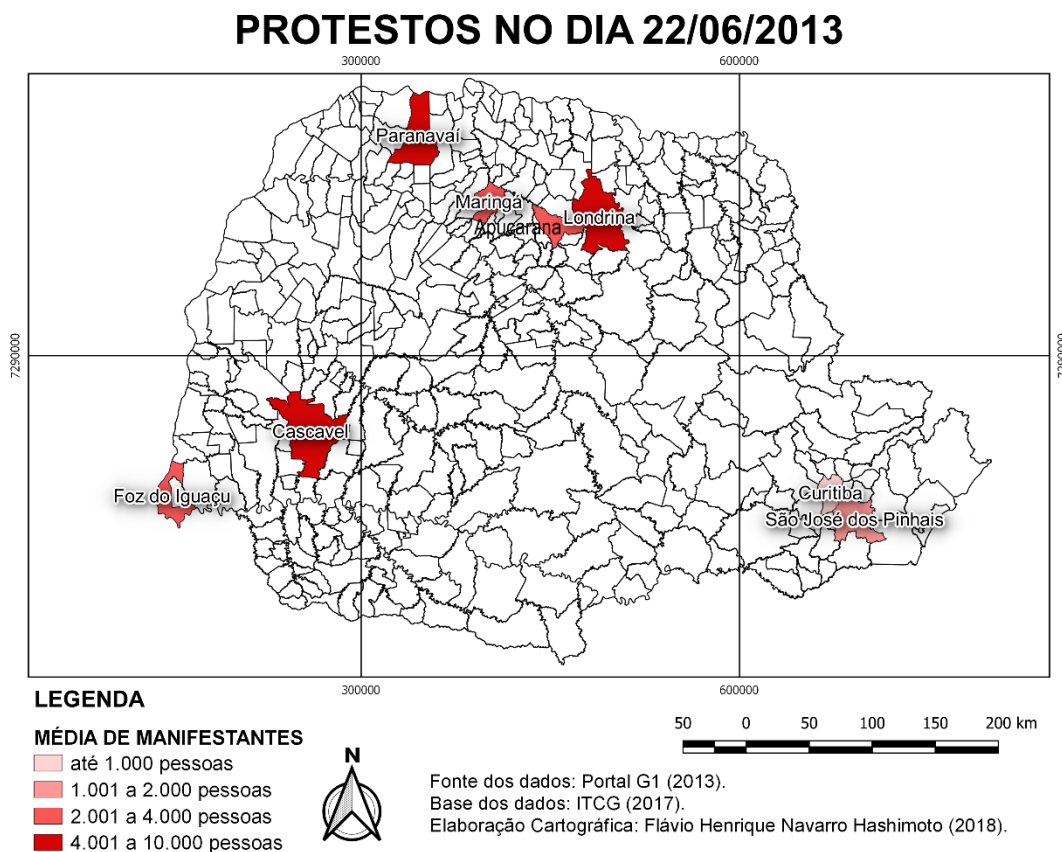


**Fonte:** o próprio autor.

Mesmo com essa negativa nesse dia, pela primeira e única vez, foi detectado uma concentração média de mais de 10.000 pessoas em um único município – neste caso foi em Curitiba. Mesmo com esse dado expressivo, se considerar o estado o todo, foi baixa ainda.

Essa situação se modificou de modo positivo no dia seguinte, conforme é demonstrado na Figura 18.

**Figura 18** – Mapa dos protestos no dia 22/06/2013.



**Fonte:** o próprio autor.

Na Figura 18 é informado como ocorreram as manifestações do dia 22 de junho de 2013. O que se verifica é que essa data, assim como é informado no último gráfico, foi o dia em que aconteceu a maior média de concentração de pessoas no Paraná, nos protestos.

Os municípios de Cascavel, Londrina, Maringá e Paranavaí, foram os lugares em que aconteceram uma maior concentração média de pessoas protestando. Na sequência, os municípios de Apucarana e Foz do Iguaçu.

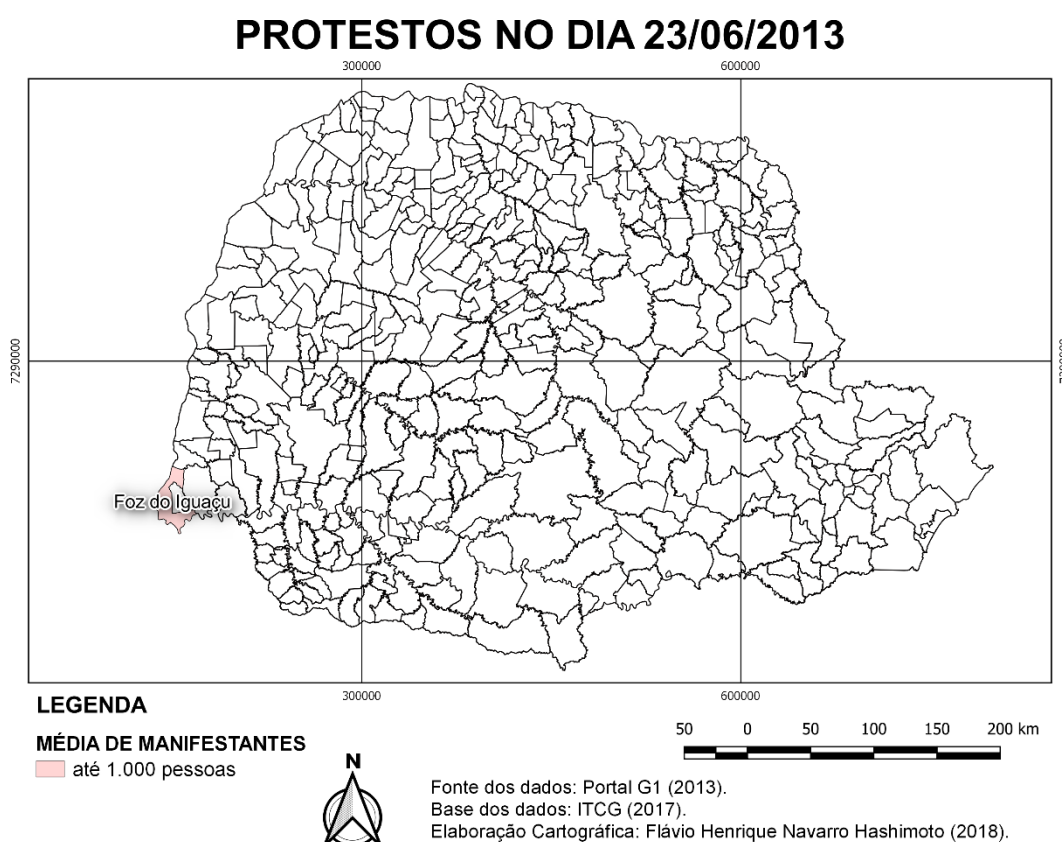
Porém, Curitiba chama a atenção devido à pouca concentração média de pessoas, se levar em consideração os outros dias e o tamanho da sua população, que foi apontada ter 1.751.907 pessoas no Censo de 2010<sup>71</sup>. Por fim, em São José dos Pinhais também ocorreram manifestações e se tornou mais um município

<sup>71</sup> IBGE. **Curitiba**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>. Acesso em: 07 ago. 2018.

paranaense em que aconteceram protestos, tendo inclusive ter tido uma concentração média mais expressiva que a capital.

Porém, se nesse dia houve uma grande concentração média de pessoas, no dia seguinte – 23 de junho de 2013 – as manifestações concentraram poucas pessoas. Outro ponto importante sobre este dia, inicia-se daí uma drástica diminuição de pessoas nos protestos, demonstrando assim um esfriamento ou desinteresse da sociedade paranaense referente as pautas.

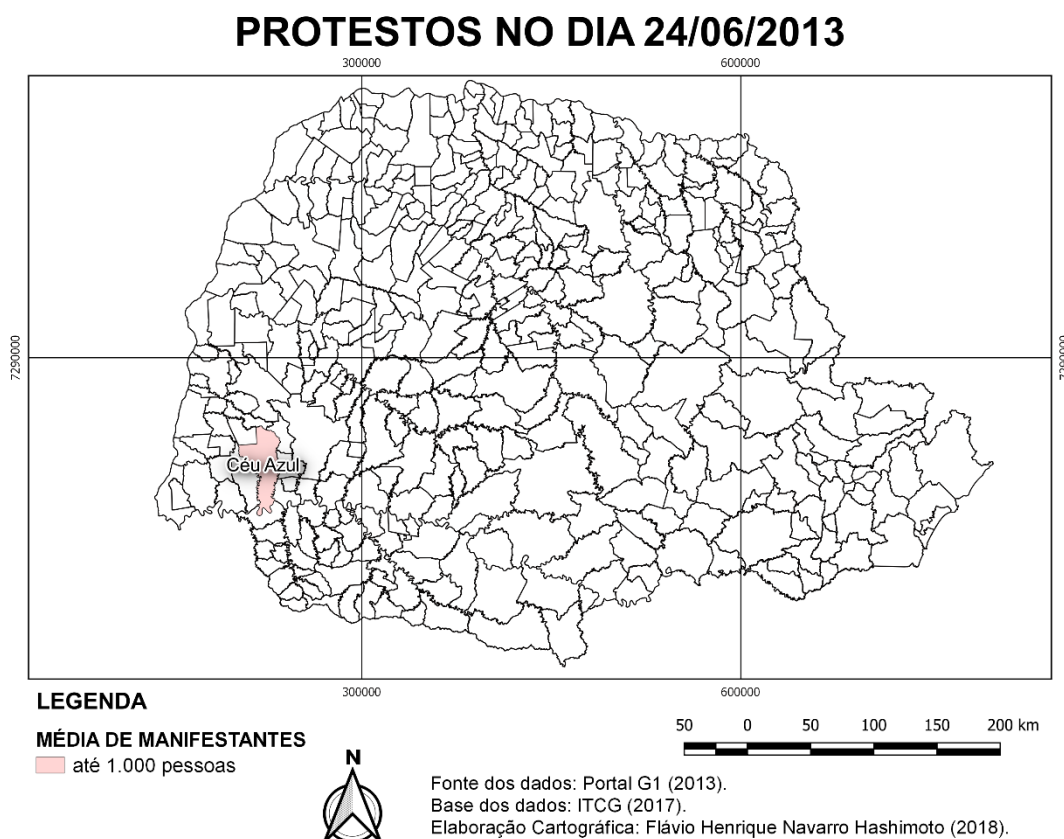
**Figura 19** – Mapa dos protestos no dia 23/06/2013.



**Fonte:** o próprio autor.

Apenas, conforme a Figura 19, em Foz do Iguaçu foi detectado manifestantes neste dia 23 de junho de 2013. Essa diminuição se repete no dia 24 de junho de 2013, segundo a Figura 20.

**Figura 20** – Mapa dos protestos no dia 24/06/2013.



**Fonte:** o próprio autor.

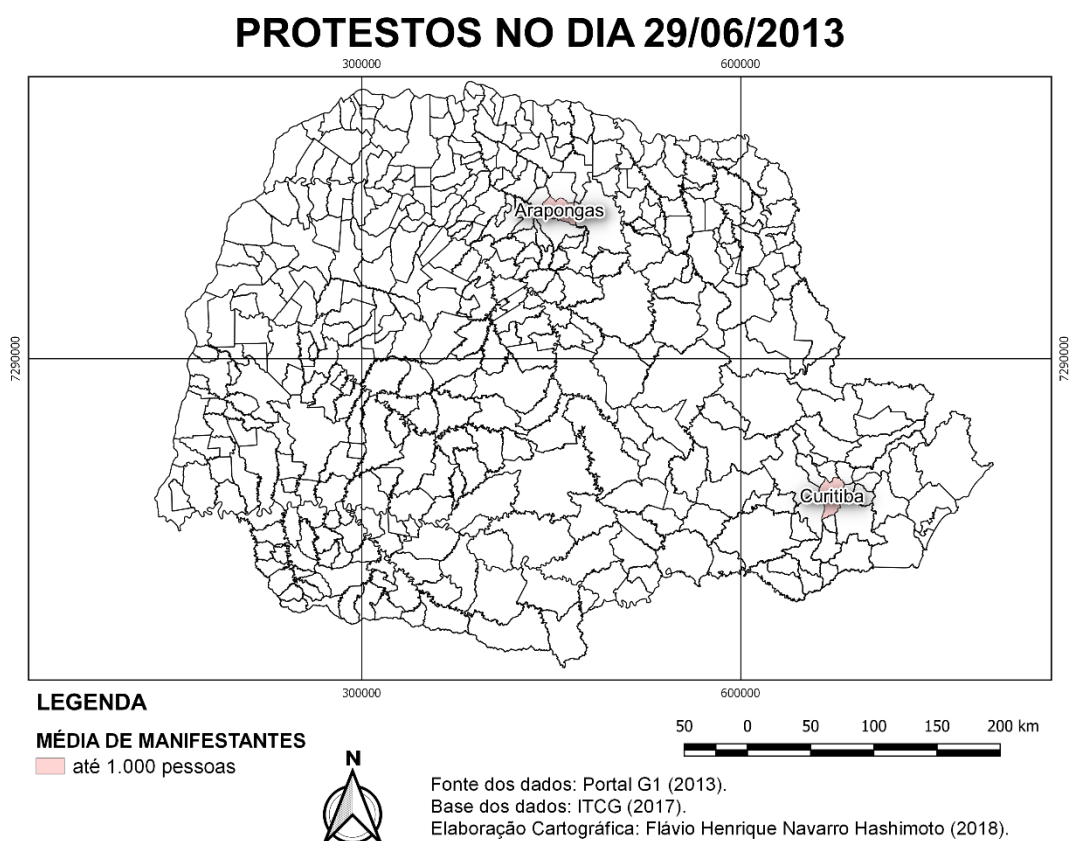
Somente o município de Céu Azul teve manifestação, mas mesmo assim, o município teve uma taxa muito pequena de pessoas. Mesmo que a população do município fosse de 11.032 pessoas, de acordo com o Censo de 2010<sup>72</sup>, apenas 50 pessoas (Anexo B) foram protestar. Foi um valor muito inexpressivo, demonstrando assim a tendência de diminuição dos protestos no estado e, novamente, o desinteresse da sociedade sobre os protestos.

Nos dias seguintes, 25 a 28 de junho de 2013, não foram detectados nenhum indício de manifestações no estado pelo Portal G1. Essa informação novamente serve como justificativa referente à diminuição de participação das pessoas em relação aos protestos.

<sup>72</sup> IBGE. **Céu Azul**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ceu-azul/panorama>. Acesso em: 07 ago. 2018.

Só ocorreriam protestos no Paraná no dia 29 de junho de 2013, conforme é informado na Figura 21, porém não foi tão expressiva em relação das anteriores. Apenas os municípios de Arapongas e Curitiba ocorreram manifestações neste dia, mas não tão intensos. Esses protestos tiveram uma média de concentração de até 1.000 pessoas, demonstrando assim essa drástica diminuição da ida da sociedade nas manifestações.

**Figura 21** – Mapa dos protestos no dia 29/06/2013.

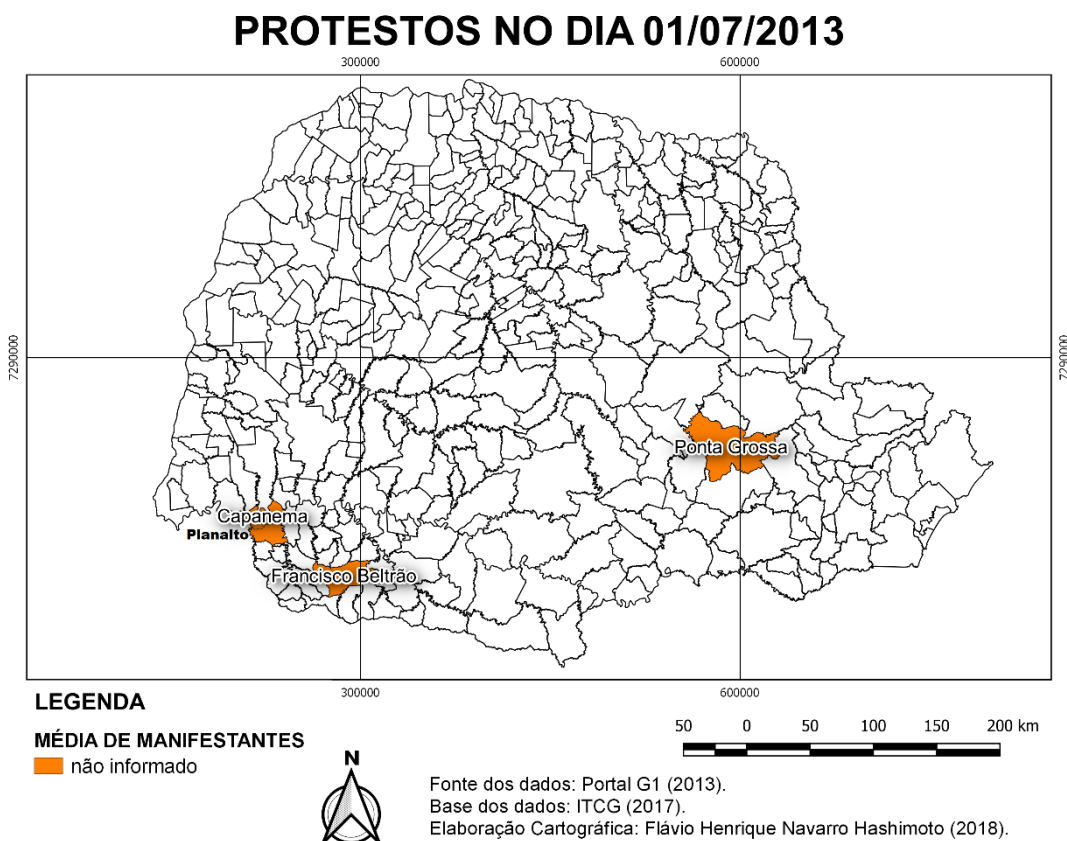


**Fonte:** o próprio autor.

Enquanto isso, no dia 30 de junho de 2013, não foi notado nenhum sinal de que ocorreu alguma manifestação no Paraná, demonstrando que o interesse das pessoas com os protestos foi apenas na primeira semana até esse momento.

Já no dia 01 de julho de 2013, segundo é informado na Figura 22, houve novas manifestações, sendo que as deste dia ocorreram nos municípios de Capanema, Francisco Beltrão, Planalto e Ponta Grossa. Todavia, não se tem informação da média de pessoas que estiveram nessas localidades, não permitindo assim ter noção de como foram esses protestos.

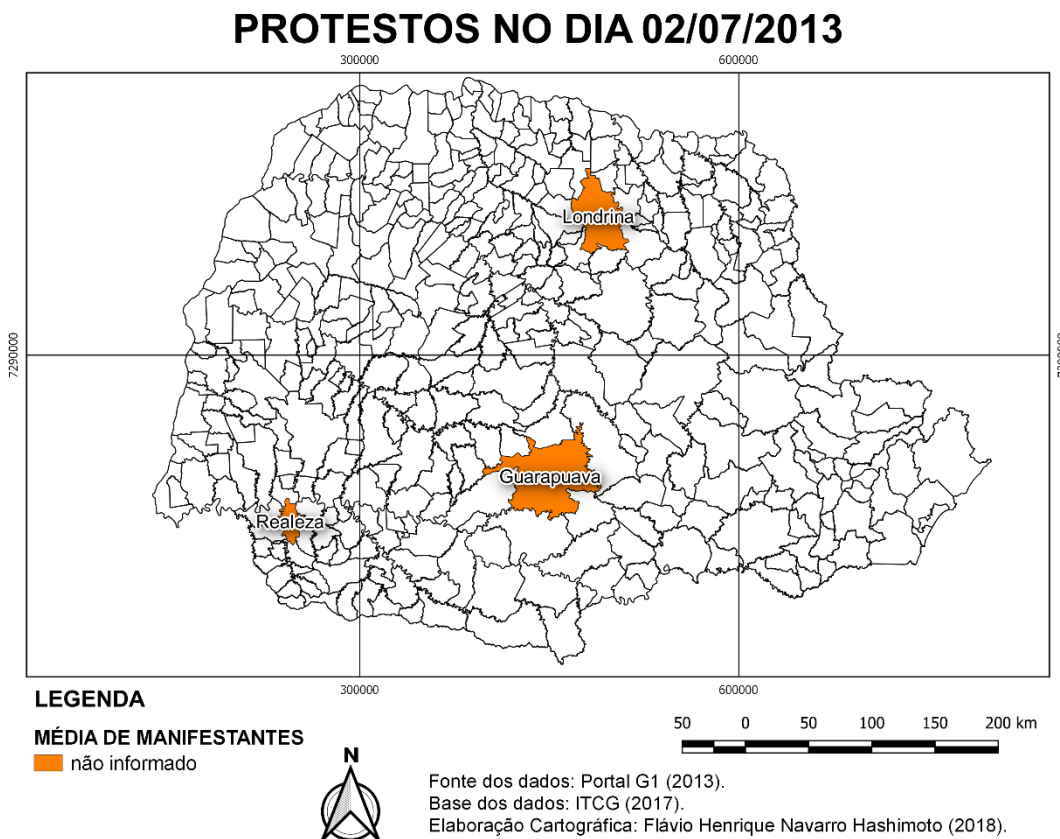
Figura 22 – Mapa dos protestos no dia 01/07/2013.



**Fonte:** o próprio autor.

Essa situação se repete no dia 02 de julho de 2013, segundo a Figura 23, porém em municípios diferentes – Guarapuava, Londrina e Realeza. Contudo, diferentemente das outras manifestações, as que aconteceram neste dia foram realizadas em rodovias – na BR-277; PR-445; e PR-182, respectivamente (PORTAL G1, 2013). Antes, as manifestações foram realizadas em vias dentro da área urbana, só que pela primeira vez os protestos estavam saindo do urbano e chegando nas bordas dos municípios paranaenses.

**Figura 23** – Mapa dos protestos no dia 02/07/2013.



**Fonte:** o próprio autor.

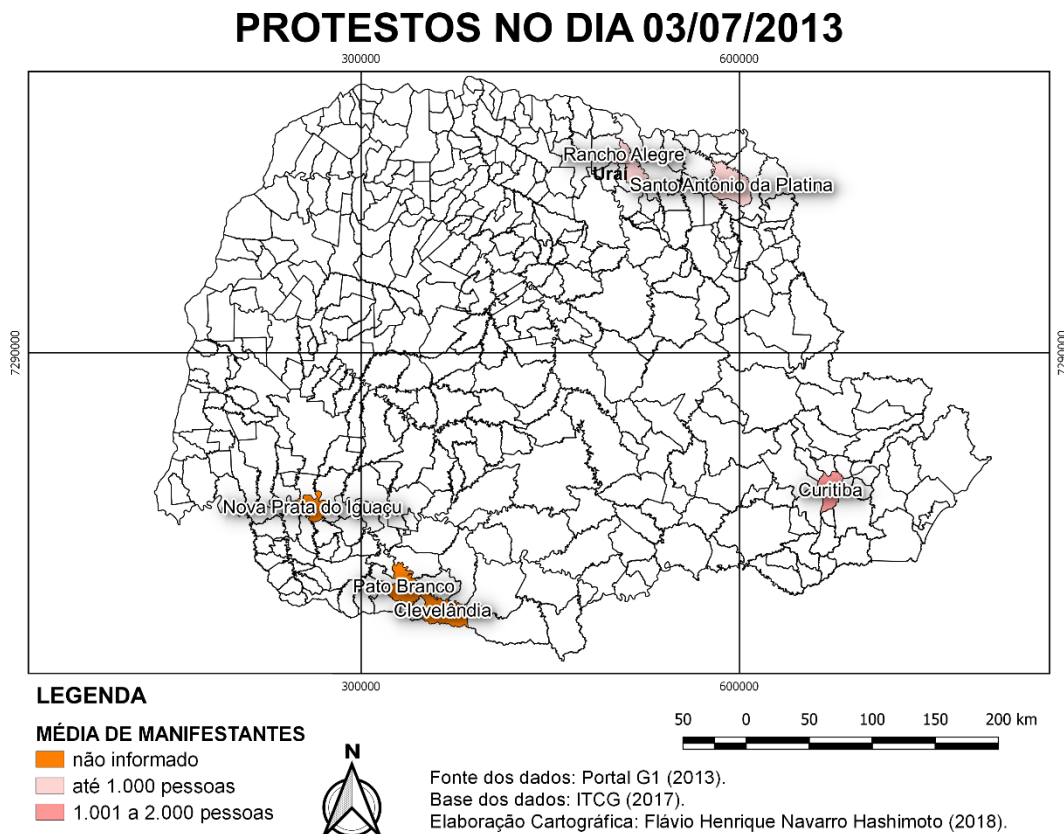
Enquanto isso, no dia 03 de julho de 2013, conforme a Figura 24, voltou a acontecer manifestações em várias partes do estado neste dia. Além do mais, teve protestos na capital, fator positivo, já que em Curitiba a visibilidade midiática é maior que em outras partes do estado. Mesmo assim, esse protesto não reuniu uma média de pessoas relevante em comparação com os protestos anteriores que aconteceram na capital, ficando abaixo do que se esperava. Essa decepção se deve a importância política que Curitiba tem para o Paraná e também para a Região Sul do Brasil.

Assim como no dia 02 de julho de 2013, ocorreram manifestações em rodovias em 03 de julho de 2013, demonstrando que os protestos estavam trocando

de localidade. Os municípios em que aconteceram protestos em rodovias são: Clevelândia (PRC-280); Nova Prata do Iguaçu (PR-471); Pato Branco (PRC-280); Rancho Alegre (PR-442); Santo Antônio da Platina (PR-092); e Uraí (PR-442) (PORTAL G1, 2013).

Curitiba, Rancho Alegre, Santo Antônio da Platina e Uraí, é possível saber sobre a média de manifestantes, enquanto os municípios de Clevelândia, Nova Prata de Iguaçu e Pato Branco não se tem dados referente da média de manifestantes (Anexo B). Curitiba foi local que mais teve pessoas protestando (2.000 em média), enquanto os outros municípios concentraram muito poucas pessoas.

**Figura 24** – Mapa dos protestos no dia 03/07/2013.

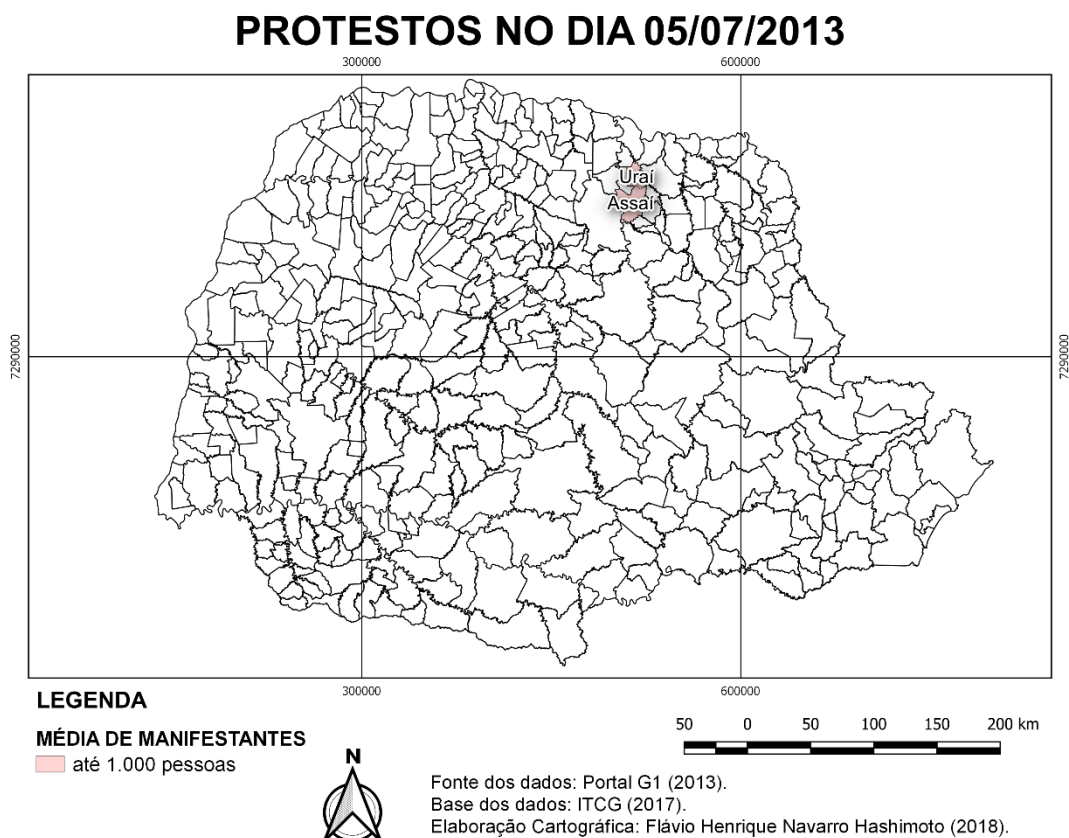


**Fonte:** o próprio autor.

No dia 04 de julho de 2013 não teve registro de manifestação no estado, voltando a ter só no dia seguinte - 05 de julho de 2013 – mas com muito menos pessoas que nos protestos realizados em 03 de julho de 2013. Juntas, Assaí e Uraí reuniram, segundo consta na Figura 25, em média, cerca de 300 pessoas, sendo que 150 pessoas para cada lado.

Mesmo com esses números baixos, os protestos voltaram a acontecer na área urbana. Se até então estavam tendo uma tendência de as manifestações saírem das áreas urbanas e começarem a serem realizadas nas áreas mais afastadas, como nas rodovias, os protestos deste dia demonstraram um retorno, mesmo tendo sido pequena as participações.

**Figura 25** – Mapa dos protestos no dia 05/07/2013.

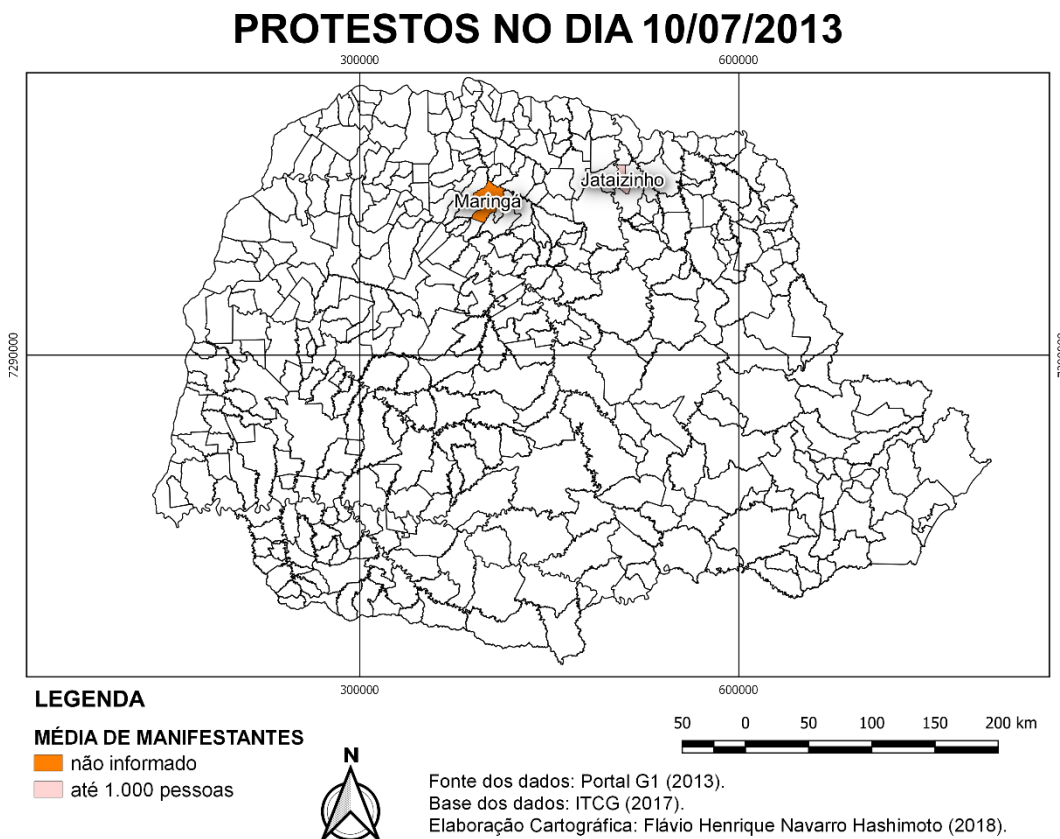


**Fonte:** o próprio autor.

As manifestações só voltariam a ocorrer no estado no dia 10 de julho de 2013, ficando entre os dias 06 a 09 de julho de 2013 sem ter tido registro de nenhum protesto. Com todo esse tempo sem manifestação, se imaginava que as próximas iriam agregar mais pessoas, só que a realidade foi diferente no que se pensava.

Conforme se observa na Figura 26, apenas os municípios de Jataizinho e Maringá tiveram foco de protestos. Além disso, esses protestos não foram nada expressivos, sendo que a manifestação realizada em Jataizinho reuniu apenas cerca de 70 pessoas em média, enquanto em Maringá não se tem registro ou não foi informado (Anexo B).

**Figura 26** – Mapa dos protestos no dia 10/07/2013.

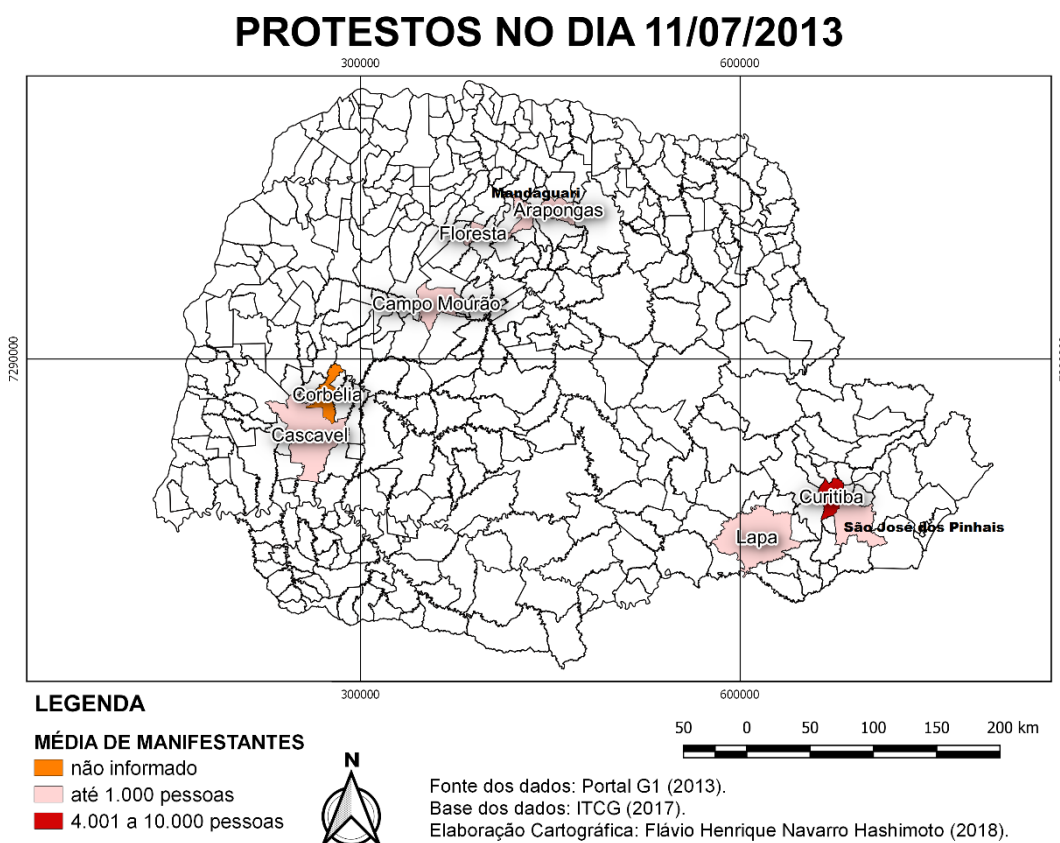


**Fonte:** o próprio autor.

Essa situação melhora no dia seguinte, como é possível verificar na Figura 27, em que mostra como se deram os protestos em 11 de julho de 2013. Em Curitiba voltou a ter uma grande quantidade de pessoas protestando, porém, mesmo assim, devido ao seu tamanho populacional, ficou muito abaixo do esperado – não só neste dia, mas em todos.

Além da capital, houveram manifestações em mais oito municípios, sendo que esses protestos reuniram poucas pessoas em geral. Tirando o município de Corbélia que não teve informação de quanto e onde especificamente ocorreu, muitas desses protestos foram realizados em rodovias, como a de Curitiba nas BR-277 e BR-376, que juntas reuniram cerca de 10.000 pessoas (PORTAL G1, 2013).

**Figura 27 – Mapa dos protestos no dia 11/07/2013.**



**Fonte:** o próprio autor.

O dia 11 de julho de 2013, foi a última data em que o Portal G1 catalogou dados referentes a manifestações no Brasil neste período, consequentemente no Paraná. Mesmo assim, houveram protestos, porém não estavam mais ocorrendo como no ápice das manifestações, pois não atraía mais pessoas como antes.

Alguns fatores justificam essa diminuição das pessoas nos protestos, sendo que uma delas foi a repressão por parte do Estado, como já apontado. Mas além disso, pode-se considerar que essa diminuição diária das manifestações no Paraná se deve ao aumento do “vandalismo”, que estavam servindo como justificativa por

uma parte da mídia tradicional, para desqualificar os protestos e, assim, desencorajar as pessoas.

Segundo Budó et al. (2016, p. 74, grifo nosso), “além da violência policial, encontrava-se a contrapartida violenta dos manifestantes, quase sempre caracterizados de maneira homogênea como os *Black Blocs*”. As mídias tradicionais passaram a definir essa parte dos manifestantes como marginais e ou vândalos, buscando assim mostrar para o restante da população que as manifestações saíram do objetivo inicial e que perderam o seu sentido, graças a esse e outros grupos como os responsáveis.

É aceitável considerar que os paranaenses foram às ruas nos protestos, todavia, o que se observa são números muito abaixo do esperado, em comparação com o total de pessoas residentes no Paraná, conforme apontado no último Censo. Porém, houve muitas outras manifestações que não foram catalogadas, mas em contrapartida, não reuniram uma grande quantidade de pessoas. Essa atuação dos paranaenses nas Jornadas de Junho de 2013 ficou abaixo do que se imaginava.

Alguns resultados foram obtidos nesses protestos, como a revogação ou diminuição do aumento da tarifa do transporte público em muitos municípios paranaenses. Também fez com que o Poder Público, pelo menos na época, escutar o que a sociedade falava.

Além dessas datas informadas, no ano de 2013 ainda aconteceu em diversas partes do país manifestações no dia 07 de setembro, data essa em que é comemorado a Independência do Brasil sobre Portugal. Se for verificar no calendário, 07 de setembro de 2013 foi em um sábado, permitindo, hipoteticamente, ser uma data favorável e sem justificativa para uma parcela significativa não ir protestar.

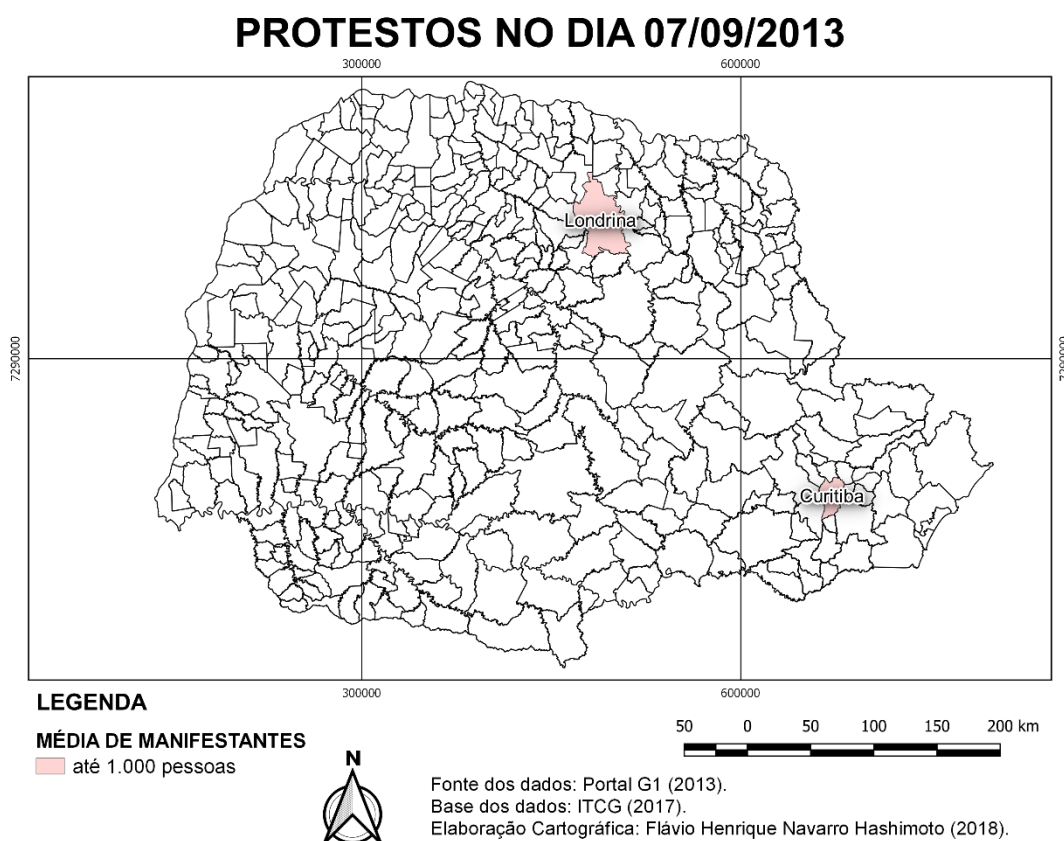
Esse favorecimento não se deve apenas por ser em um dia de feriado, mas por ser sábado, permitindo assim probabilidades favoráveis de reunir mais pessoas. Além de também ser justamente o dia da Independência do país, fator que poderia permitir a sensação de sentimento por mudanças em uma data significativa para a história do Brasil.

Entretanto, apenas menos de 1.000 pessoas, em média, foram protestarem no estado neste dia – os protestos ocorreram apenas em Curitiba e em Londrina. Essa informação é informada na Figura 28. Essa situação demonstra que, a

população paranaense não tinha naquele período o hábito de ir às ruas para protestar sobre algo referente à política.

Se alinhar com os dados dos termos de pesquisa do Google Trends para explicar o resultado dessa Figura 28, a hipótese que se levanta é de que as pessoas, após as Jornadas de Junho, começaram na sequência, se informarem menos sobre aqueles tópicos e, por conseguinte, houve o desinteresse de discutir sobre essas informações. Alguns termos continuaram a serem pesquisados de forma expressiva, no entanto, a maioria não foram mais tão buscados quanto no ápice das manifestações, podendo ser um dos motivos que fez os protestos do dia 07 de setembro não serem expressivos.

**Figura 28** – Mapa dos protestos no dia 07/09/2013.



**Fonte:** o próprio autor.

O desinteresse favorece indivíduos que visam o interesse particular, fazendo com que volte novamente a discussão da importância de a sociedade buscar os interesses do coletivo.

Como a filósofa Arendt destaca de que a democracia deve ser construída diariamente e que faz parte do ser humano. O conhecimento é importante e é um grande aliado para a sociedade, todavia, é necessário que o indivíduo tenha essa consciência.

Já os conhecimentos da Geografia Política podem ser uma grande aliada, principalmente para os movimentos sociais. Um exemplo é o *boom* que ocorreu logo após as Jornadas de Junho, principalmente entre os anos de 2015 e 2016, em que surgiram ou se fortaleceram, os movimentos sociais direitistas principalmente.

Ratzel já apontava sobre a importância do espaço comum, similar do espaço público de Arendt, sobre a necessidade de as pessoas buscarem soluções ou defenderem interesses que atendam a necessidade do coletivo. Ou seja, as pessoas precisam se auto confrontarem e não permitir que seus ideais se sobreponha da necessidade do todo. Pode-se dizer, é preciso terminar com essa disputa Direita x Esquerda de forma tão extrema.

Sobre a *internet*, principalmente as mídias sociais, se constata que elas estão sendo utilizadas como instrumentos para a organização ou para articulação entre os movimentos e entre os indivíduos. Devido a praticidade e a retirada da distância pela *internet*, se tornou possível uma melhor participação da sociedade.

Outra grande contribuição positiva da *internet* é a questão de acesso em informações. Com a *internet*, aliado com a sua popularização, as pessoas puderam terem o conhecimento de informações que antes era restrita ou não acessível. Os buscadores, como o Google, se tornaram ferramentas que facilitaram o acesso dessas informações, possibilitando com que as pessoas se informem mais. Essa situação se constata com as redes dos termos de pesquisa, onde se teve temas similares pesquisados pelos usuários no Google.

Mesmo assim, na prática, foi pouco expressivo os protestos no Paraná, uma vez que a *internet*, pelo menos no Estado do Paraná, não foi capaz de atrair uma média de pessoas muito maior que poderia ter tido no estado, se for comparar com o restante do país.

Mesmo que em 2013 o número de acesso ao ciberespaço não era o mesmo que atualmente, todavia, já havia uma quantidade significativa de usuários na *internet* no Paraná. Se observa, pelo menos nesses protestos das Jornadas de Junho, que os paranaenses não foram tão ativos nas ruas.

O Paraná foi importante para esse momento histórico do Brasil, os paranaenses contribuíram, porém, poderia ter havido uma maior mobilização da sociedade paranaense. Mesmo que se justifique a não centralização das pautas nas manifestações, podia ter tido mais engajamento.

Independente disso, mesmo com essa atuação baixa por parte da sociedade paranaense, as Jornadas de Junho de 2013 fizeram com que as pessoas buscassem pautas de interesse comum, do coletivo. Essa atuação foi importante, servindo como um início do engajamento coletivo. O processo é longo, pois é um trabalho de geração em geração e não é construído em uma escala temporal curta, mas foi um bom começo.

## CONCLUSÃO

Com o passar dos tempos as pessoas recorrem na política por mudanças, sendo que em alguns momentos ocorre o inverso, ou seja, o desinteresse do indivíduo em relação à política. Se esse desinteresse estiver em uma grande quantidade de pessoas, pode permitir com que determinados indivíduos se aproveitem da despreocupação da maioria pela política, e assim, utilizá-la para seus interesses particulares.

É necessário que a sociedade dê importância para a política, já que todas as decisões tomadas impactarão ele e os seus próximos. Porém, assim como não permitir com que algumas pessoas se aproveitem, também é necessário que ele não faça o mesmo. A filósofa Hannah Arendt, assim como o geógrafo Ratzel, em seus escritos dizia que era preciso a busca pelos interesses coletivos na sociedade, enquanto os interesses particulares deveriam ser exclusivos no ambiente familiar.

Só que, em um país que possui um tamanho territorial como o Brasil, além do tamanho populacional, fatores podem surgir para que a sociedade esteja menos atuante ou atenta diante das ações dos seus representantes políticos. É necessário que todos estejam alinhados na tomada de decisão e busquem a fiscalização, independentemente da sua posição política. Pensamentos distintos devem existir na democracia, todavia, é preciso que os ideais não causem uma desunião do todo, uma vez que todos são cidadãos brasileiros.

Esses momentos em que a sociedade supera essas diferenças e busca se unir em prol do coletivo, fez com que ocorresse em alguns momentos da história do Brasil, manifestações de tamanho proporcional significativa. No século XX houve vários protestos que impactaram o rumo do país, como as “Greves Operárias” no início do século passado; ou os protestos dos Caras-pintadas em 1992, que buscava o *impeachment* do presidente na época, Fernando Affonso Collor de Mello (governou entre 1990 e 1992), antigo PRN (Partido da Reconstrução Nacional).

Com o avanço tecnológico na informática, surgiram novos meios de informação. Se antes os meios de comunicação eram realizados através de jornais e revistas impressas, rádio e televisão, com esse avanço a comunicação começou a ser realizada na *internet*. Novos meios de informação surgiram com o ciberespaço e o acesso em uma quantidade de informações que antes não se tinha passou-se a ter. A *internet* aos poucos foi se tornando uma grande aliada para que as pessoas

pudessem se expressar/opinar; situação que era possível, mas não se tinha essa mesma facilidade que há na rede.

Com a introdução da *internet*, aliado à sua popularização, um pouco lenta no Brasil, a sociedade com o tempo, foi buscando informações além das fornecidas pelos meios de comunicações tradicionais existentes. Essa busca por novos canais de informações permitiu com que aos poucos as pessoas começassem a produzir informações.

É possível dizer que, o grande impulsor responsável para que as próprias pessoas começassem a produzir uma gama de informações e compartilha-las numa velocidade jamais vista, foram as mídias sociais. Com o surgimento das mídias sociais na *internet*, as pessoas viram um espaço na rede em que poderiam armazenar e disseminar a suas informações produzidas. Assim, as pessoas puderam ter contato com informações que antes dificilmente iriam conhecer. Essa mudança fez com que, a pessoa passasse de ser não apenas uma receptora de informação, mas também uma informante.

Outro fator positivo que as mídias sociais possibilitaram, foi facilitar a divulgação e a organização dos movimentos sociais. Sem esse espaço, o movimento social só iria funcionar se tivesse apenas as discussões realizadas de modo presencial, dificultando assim, a disseminação das suas pautas. Além do mais, os movimentos ganharam uma forma que abrangesse um tamanho além do espaço geográfico em que está inserido, ou de influenciar o surgimento de movimentos sociais em outras localidades com ideias similares.

Mas, se ao mesmo tempo, esses novos espaços contribuíram positivamente, eles também permitiram com que houvesse uma proliferação de *Fake News*. Algumas pessoas e ou grupos puderam disseminarem notícias falsas para que não permitisse o desenvolvimento das discussões das pautas dos movimentos sociais e, também, na atuação crítica do indivíduo na política. É preciso que os usuários se atentem com a notícia que está recebendo e não compartilhe ela se for falsa.

Mesmo assim, o ponto mais positivo que as mídias sociais contribuíram, foi de fazer com que as discussões saíssem do ambiente virtual e fosse para o físico, o real. O primeiro grande exemplo no Brasil, aconteceu no ano de 2013, mais especificamente no mês de junho, onde neste período aconteceram as Jornadas de Junho.

As Jornadas de Junho foram uma série de protestos que aconteceram em várias partes do país, no qual, começou com a indignação do preço da tarifa no transporte público. Essa onda de manifestações neste período teve como alicerce a *internet*, especialmente as mídias sociais.

Com o tempo diminuído na questão de produção, compartilhamento e consumo da informação, os protestos foram atraindo cada vez mais pessoas que tiveram acesso a meios para manifestar a sua indignação sobre a situação do país. Como não havia tido manifestações desse porte no país, conseqüentemente no Paraná, mostrou a falta de preparo da Segurança Pública no cumprimento do direito constitucional do cidadão em protestar. A repressão foi muito utilizada pelo Poder Público para tentar conter os protestos, contudo, quando mais eram reprimidos os manifestantes, mais aumentava a indignação das pessoas e, por conseguinte, atraía cada vez mais pessoas nos protestos.

O Facebook, como outras mídias sociais, foi muito utilizado pelas pessoas para a disseminação dos conteúdos. Já o Google, foi uma outra ferramenta em que as pessoas buscaram se inteirar sobre os protestos que estavam acontecendo no país. Com o surgimento dessas e de outras ferramentas, aliado a popularização da *internet* no início do século, as pessoas e os movimentos se inteiraram mais e se interagiram mais, permitindo esse *boom* dos protestos.

Visando nisso, o estudo buscou verificar como foram as Jornadas de Junho de 2013 no Estado do Paraná. Assim como em todo o país, no Paraná houveram manifestações em vários municípios. Além disso, a sociedade paranaense se utilizou da *internet* como meio tecnológico para se informar.

Ao analisar os canais de comunicação na *internet* no MPL no período dos protestos, se constatou que demorou um pouco para o movimento centralizar as informações. Depois que centralizou o movimento a nível nacional, com a criação de uma página no Facebook, com o tempo foi diminuindo a quantidade de postagens, ou seja, houve um retrocesso por parte do movimento. Mesmo assim, o MPL foi o principal motivador para o surgimento de novos movimentos sociais e de também usar as mídias sociais como caminho para a comunicação e informação com a sociedade.

Como apontado, o buscador Google teve um papel relevante, pois foi no buscador que as pessoas buscaram informações mais precisas para se inteirar do que estavam sendo discutidos naquele momento no país. Não é à toa que, os

termos de pesquisa Emenda Constitucional, Junho, Manifestação, Passe Livre, Protesto e Repressão, foram juntos com outros termos de pesquisa, os mais buscados pelos usuários no Brasil. No Paraná, esses termos de pesquisa também foram muito buscados pelos usuários paranaenses, demonstrando que as pessoas do estado também estavam procurando se inteirar com o que o restante do país estava se informando.

Também foi buscado na pesquisa verificar o que os usuários paranaenses estavam pesquisando ao mesmo tempo que estavam se informando desses termos de pesquisa já citados. Esses dados foram expressados em forma de redes e verificados as conexões entre os termos.

O estudo possibilitou ver esses movimentos não apenas com a mídia social, mas numa perspectiva da abordagem teórica de redes, na compreensão de diferentes internautas em diferentes contextos, isto é, as relações distintas por assunto-tema que foi mobilizado, que extrapolam o âmbito ferramental das mídias sociais. Isto permite apontar novos temas de estudo/pesquisas futuras, como o que mantém ou desconfigura estes movimentos em redes.

Mesmo terem sido muito utilizados esses serviços da *internet*, tanto pelos movimentos quanto pelos usuários, o que se constatou nos protestos realizados apenas no Paraná, é que não se teve tanta atuação presencial das pessoas. Não se deve tirar o mérito dos indivíduos que foram para as ruas, pois mesmo com a repressão do Poder Público e de uma parte da mídia tradicional que buscava criar uma imagem negativa dessas pessoas para a sociedade, houve uma mobilização ou engajamento.

Todavia, devido ao tamanho populacional na época do Paraná, poderia ter tido mais atuação das pessoas. A ação arendtiana poderia ter sido melhor utilizada pelos paranaenses. Mesmo assim, não se deve tirar o mérito dos paranaenses, principalmente daqueles que foram as ruas protestarem, pois foram contribuidores para a atuação coletiva do país.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Joaquim. Democracia pluralista, partidos políticos e relação de representação. **Análise Social**, Lisboa, v. 24, n. 100, 1988. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029291Y1qBH6qq5Yk55OL8.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

ARAÚJO, Sarah Maria Linhares de. A Hegemonia da Política – uma análise a partir de Hannah Arendt e Carl Schmitt. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 67, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/1719-3282-1-sm.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2018.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Robert Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10 ed., 2007. 352 p. Tradução de: The Human Condition.

\_\_\_\_\_. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 562 p. Tradução de Roberto Raposo. Tradução de: The origins of totalitarianism.

AZEVEDO, Liliéudi Norma. **Uso de ferramentas Google para busca de informação por estudantes do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2008. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BARRETO, Carine do Espírito Santo. Um Estudo sobre Gestalt-Terapia na Contemporaneidade. **Psicologia.pt**, Porto, jul. 2017. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0411.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BARTKOWIAK, Jaqueline Zandona; FONSECA, Thatiane de Almeida; MATTOS, Gabriel Motta; SOUZA, Vitor Henrique do Carmo. A Primavera Árabe e as redes sociais: o uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. **Caderno de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30432/30432.PDFXXvmi=>. Acesso em: 08 jul. 2018.

BATISTA, Mariana. O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 57, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n57/0104-4478-rsocp-24-57-0127.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.

BENVENUTI, Érica. **Educação e Política em Hannah Arendt: um sentido político para a separação**. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf/>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Governo Digital. **Siga o Brasil nas redes sociais**. 2018. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/cidadania/redes-sociais-governo-federal>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Globalização e Estado-Nação. **FGV EESP - Texto para Discussão**, São Paulo, abr. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1976/TD160.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 mar. 2018.

BRIGADAS.POPULARES. **Comunidade**. 2018. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/brigadas.populares>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Brigadas populares. **Estatísticas**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/brigadaspopulares/about>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Objetivos**. 2011. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/objetivos-2/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRIGADASPOPULARES. **Seguidores**. 2018. Disponível em: <https://www.instagram.com/brigadaspopulares/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BPS\_NACIONAL. **Seguidores**. Disponível em: [https://twitter.com/bps\\_nacional](https://twitter.com/bps_nacional). Acesso em: 30 jul. 2018.

BUDÓ Marília de Nardin; GINDRI, Eduarda Toscani; LOUREIRO, Caroline; LEÃO, Ivanderson Pedroso. Manifestantes ou criminosos? A legitimação discursiva da tática *Black Bloc* como organização criminosa no jornalismo de revista. **Universitas Jus**, Brasília, v. 27, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/4009/3162>. Acesso em: 06 ago. 2018.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Política e Educação em Hannah Arendt: distinções, relações e tensões. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 128, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n128/0101-7330-es-35-128-00813.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CARVALHO, Victorio Albani de. **Lógica de Programação**: curso técnico em informática. Colatina: CEAD/Ifes, 2010. 104 p.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editorial, 2013. 228 p. Tradução de: Networks of Outrage in hope: social movements in the internet age.

CENTRO DE ESTUDOS HANNAH ARENDT. **Linha do Tempo**. 2017. Disponível em: <http://www.hannaharendt.org.br/hannah-arendt>. Acesso em: 31 dez. 2017.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 266 p. Tradução de: Kicking Away the Ladder: development strategy in historical perspective.

CHAZIT HANOAR. **Hannah Arendt (1906-1975)**. 2018. Disponível em: <http://www.chazit.com/cybersio/biografias/delet/arendt.html>. Acesso em: 02 jan. 2018.

CORREIA, Adriano. Hannah Arendt (1906-1975). **Revista Ética & Filosofia Política**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, jun. 2006. Disponível em: [http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/03/9\\_2\\_adriano.pdf](http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/03/9_2_adriano.pdf). Acesso em: 03 jan. 2018.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o Território e o Poder. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 352 p.

DEUTSCHE WELLE. **1906**: Nasce a filósofa Hannah Arendt. 2016. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/1906-nasce-a-fil%C3%B3sofa-hannah-arendt/a-3213545>. Acesso em: 02 jan. 2018.

DIVIDIDO. In: BUENO, Francisco da Silveira. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2000. p. 265.

DUTRA, Ivan de Souza. **Redes Empresariais de Negócios Orientados por Estratégia definida pela Governança Supra-empresas**: estudo e metodologia de avaliação dos atributos componentes e respectivas influências sobre o poder de competitividade. 2009. 267 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ENDIREITABRASIL. **Comunidade**. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/endireitabrasil/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Seguidores**. 2018. Disponível em: <https://www.instagram.com/endireitabrasil/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Seguidores**. 2018. Disponível em: <https://twitter.com/endireitabrasil>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FAVA, Gihana Proba; PERNISA JÚNIOR, Carlos. Filtros Bolha nos Algoritmos do Facebook: um estudo de caso nas eleições para reitoria da UFJF. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 37., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais[...]**. Foz do Iguaçu: Intercom, 2014. p. 1-15.

FERNANDES, Érik Álvaro. **Curso de Introdução aos Softwares de Análise de Redes**. Londrina: REOS, 2018.

FERRARI, Fabricio; CECHINEL, Cristian. **Introdução a Algoritmos e Programação**. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2008.

FLEINER-GERSTER, Thomas. **Teoria Geral do Estado**. Tradução de Marlene Holzhausen. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 711 p. Tradução de: Allgemeine Staatslehre.

FORMADO. In: BUENO, Francisco da Silveira. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2000. p. 365.

FRENTEBRASILPOP. **Seguidores**. 2018. Disponível em: <https://twitter.com/frentebrasilpop>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FRENTE BRASIL POPULAR. **Compromisso da Militância**. 2015. Disponível em: <http://www.frentebrasilpopular.org.br/conteudo/compromissos-da-militancia/>. Acesso em: 28 jul. 2018.

FRENTEBRASILPOPULAR. **Comunidade**. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/FrenteBrasilPopular>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FRENTE BRASIL POPULAR. **Plano Popular de Emergência**. 2018. Disponível em: [http://frentebrasilpopular.org.br/system/uploads/action\\_file\\_version/b9769c87753c384b277f1f828ac7721d/file/plano-popular-25-07-17-alta.pdf](http://frentebrasilpopular.org.br/system/uploads/action_file_version/b9769c87753c384b277f1f828ac7721d/file/plano-popular-25-07-17-alta.pdf). Acesso em: 03 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCX2Aanu4fGewmhP4rf5GQ3Q/about>. Acesso em: 30 jul. 2018.

GARCIA, Emily; PISTORI, Claudia Aparecida Galindo. O Resgate da Participação Política em Hannah Arendt. **Revista Jurídica Luso Brasileira**, Lisboa, n. 6, 2016. Disponível em: [http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2016/6/2016\\_06\\_0361\\_0378.pdf](http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2016/6/2016_06_0361_0378.pdf). Acesso em: 06 ago. 2018.

GIGLIO, Ernesto Michelangelo; LUIZ, Alfredo José Barreto; NAJBERG, Estela. As Relações Sociais como fatores determinantes na rede de implantação de políticas ambientais rurais: investigação a partir de alguns municípios do Estado de São Paulo. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 11, n. 4, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/567>. Acesso em: 16 jun. 2018.

GOOGLE TRENDS. **Emenda Constitucional**. 2013. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2013-01-01%202013-12-31&geo=BR-PR&q=emenda%20constitucional>. Acesso em: 04 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Junho**. 2013. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2013-01-01%202013-12-31&geo=BR-PR&q=junho>. Acesso em: 04 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Manifestação**. 2013. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2013-01-01%202013-12-31&geo=BR-PR&q=manifesta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 04 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Passê Livre**. 2013. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2013-01-01%202013-12-31&geo=BR-PR&q=passe%20livre>. Acesso em: 04 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Protesto**. 2013. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2013-01-01%202013-12-31&geo=BR-PR&q=protesto>. Acesso em: 04 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Repressão**. 2013. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2013-01-01%202013-12-31&geo=BR-PR&q=repress%C3%A3o>. Acesso em: 04 ago. 2018.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>. Acesso em: 08 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema de imersão. **RAE-Eletrônica**, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: [http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590\\_S1676-56482007000100010.pdf](http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482007000100010.pdf). Acesso em: 16 jun. 2018.

GRUPOINCONFIDENCIABRASIL. **Comunidade**. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/grupoinconfidenciabrasil/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

GRUPOINCONFIDENCIA. **Estatísticas**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/grupoinconfidencia/about>. Acesso em: 30 jul. 2018.

GRUPO INCONFIDÊNCIA. **Quem somos**. 2018. Disponível em: [http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com\\_content&view=article&id=48&Itemid=55](http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=55). Acesso em: 30 jul. 2018.

HANKIN, Francis. **A Democracia em Ação**. Tradução de Jordano Bruno Piubel. São Paulo: Ibrasa, 1963. 12 p. Tradução de: Making Democracy Work.

IBGE. **Panorama**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em: 04 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2015.

\_\_\_\_\_. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pesquisa/44/47044?ano=2013>. Acesso em: 21 ago. 2018.

KATZ, Raúl; CALLORDA, Fernando Martin. **Mobile Broadband at the Bottom of the Pyramid In Latin America**. Buenos Aires: GSMA Latin America, 2013.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Expresso Popular, 2007. 144 p. Tradução de: Государство и революция.

LIMA JUNIOR, Walter Teixeira. Mídia social conectada: produção colaborativa de informação de relevância social em ambiente tecnológico digital. **Íbero**, São Paulo, v. 12, n. 24, dez. 2009. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/M%C3%ADdia-social-conectada.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

LIMA, Tatiana Maria Silva Mello de. O Federalismo Brasileiro: uma forma de Estado peculiar. **Estação Científica Online**, Juiz de Fora, n. 05, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.estacio.br/media/4351/10-o-federalismo-brasileiro-uma-forma-estado-peculiar.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

MADEIRA, Carolina Gaspar; GALLUCCI, Laura. Mídias Sociais, Redes Sociais e sua Importância para as Empresas no Início do Século XXI. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Intercom, 2009. p. 1-15.

MACHADO, Deborah Stocco; NASCIMENTO, Maurício Reinert de. A Utilização do Termo Social nas Pesquisas de Administração. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 18, n. 2, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/16255/8792>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MACHADO, Jorge; MORETTO, Márcio. Riscos e incertezas no uso do Facebook como plataforma de ativismo político. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 3, ago. 2015. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/16510-1442-5-30.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. 318 p.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Dimensões da Ciberdemocracia: conceitos e experiências fundamentais**. 2004. 201 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, 2001. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/940/977>. Acesso em: 11 jun. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. Tradução de: Manifest der Kommunistischen Partei.

MAZIS, Ioni Th.; STOGIANNOS, Alex. Die Boden – Stat Relation in Friedrich Ratzels Politich-Geographischer Lehre. **Zeitschrift für die Regionale Wissenschaft**, Atenas, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: [http://www.rsijournal.eu/wp-content/uploads/ZRW\\_I\\_1.pdf](http://www.rsijournal.eu/wp-content/uploads/ZRW_I_1.pdf). Acesso em: 31 mar. 2018.

MBLIVRE. **Comunidade**. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Seguidores**. 2018. Disponível em: <https://www.instagram.com/mblivre/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Seguidores**. 2018. Disponível em: <https://twitter.com/MBLivre>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MBL. **Propostas Aprovadas no primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015**. 2015. Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MLB. **Morar dignamente é um direito humano!** 2014. Disponível em: [http://media.wix.com/ugd/ab3c6b\\_1bfe13eef6cc46ca820c8dc9b51e397f.pdf](http://media.wix.com/ugd/ab3c6b_1bfe13eef6cc46ca820c8dc9b51e397f.pdf). Acesso em: 27 jul. 2018.

MLBRIO. **Comunidade**. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/mlbrio/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MITOZO, Isabele Batista; MASSUCHIN, Michele Goulart; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Debate político-eleitoral no Facebook: os comentários do público em posts jornalísticos na eleição presidencial de 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMfzTalwNQ\\_MDA\\_c962b\\_/12.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMfzTalwNQ_MDA_c962b_/12.pdf). Acesso em: 04 jul. 2018.

MOVIMENTO\_DE\_LUTA\_NOS\_BAIRROS. **Seguidores**. 2018. Disponível em: [https://www.instagram.com/movimento\\_de\\_luta\\_nos\\_bairros/](https://www.instagram.com/movimento_de_luta_nos_bairros/). Acesso em: 30 jul. 2018.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Estatísticas**. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC8QAdpiEWAog3AOCCFDCOYw/about>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MOVIMENTO ENDIREITA BRASIL. **Compromissos**. 2018. Disponível em: <https://www.endireitabrasil.com.br/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nossos objetivos**. 2018. Disponível em: <http://www.endireitabrasil.com.br/>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – MPL. **MPL Joinville – SC**: no final do ato de ontem (26) todos os manifestantes voltaram pra casa sem pagar a tarifa. 2013. Disponível em:  
 iframesrc="https://www.facebook.com/plugins/post.php?href=https%3A%2F%2Fwww.facebook.com%2FmovimentoPasseLivre%2Fphotos%2Fa.473533302738204%2F473533306071537%2F%3Ftype%3D3&width=500" width="500"  
 height="447" style="border:none;overflow:hidden" scrolling="no" frameborder="0" allowTransparency="true" allow="encrypted-media"></iframe. Acesso em: 29 dez. 2018.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Comunidade**. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Seguidores**. 2018. Disponível em: <https://www.instagram.com/movimentosemterra/?hl=pt-br>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Bandeiras**. 2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas**. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/videosmst/about>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MST. **Quem Somos**. 2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MST\_OFICIAL. **Seguidores**. 2018. Disponível em: [https://twitter.com/MST\\_Oficial](https://twitter.com/MST_Oficial). Acesso em: 30 jul. 2018.

MTST. **As linhas políticas do MTST**. 2018. Disponível em: <https://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MTSTBRASIL. **Comunidade**. Disponível em: <https://www.facebook.com/mtstbrasil/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MTST. **Seguidores**. Disponível em: <https://twitter.com/mtst>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MTST MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. **Estatísticas**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC3OzrZMhnmEgVtxpJoDRkeg/about>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MÜLLER, Maria Cristina. Revolução Americana e Francesa: luta por liberdade ou libertação? **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, n. 23, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/74742/78334>. Acesso em: 16 maio 2018.

NASCIMENTO, Paulo César; FERNANDES, Mateus Braga. A phrônesis, o herói e a pólis: os paradoxos de Hannah Arendt como leitora dos Antigos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00273.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

NETVIZZ V1.6. **Images sorted by reaction count**. 2018. Disponível em: <https://apps.facebook.com/107036545989762/>. Acesso em: 31 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Network visualization**. 2018. Disponível em: [https://apps.facebook.com/107036545989762/?ref=br\\_rs](https://apps.facebook.com/107036545989762/?ref=br_rs). Acesso em: 26 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Page posts**. 2018. Disponível em: <https://apps.facebook.com/107036545989762/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011. 72 p.

OLIVEIRA, Pedro Henrique de; GOMES, Daniel Machado. A relação do direito com a filosofia na polis grega: contribuições da sofística. **Direito & Sociedade**, n. 5, 2015. Disponível em: <https://www.facha.edu.br/pdf/revista-direito-5/artigo3.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

PASSE LIVRE SÃO PAULO. **Total de curtidas Total de Seguidores**. 2018. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/passelivresp/community/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/passelivresp/community/?ref=page_internal). Acesso em: 30 dez. 2018.

PENTEADO, Luiz Carlos de Barros. **Democracia em cinco tempos – a luta contra a ágora**. 2005. 257 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: ENCONTRO DA COSMOPOLÍTICA, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: COSMOPOLÍTICA, 2011. p. 1-26.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que "o gigante acordou" (?). **MATRIZES**, São Paulo, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/69407/71976>. Acesso em: 09 jul. 2018.

PINTO JUNIOR, Nilo Ferreira. O Princípio do Pluralismo Político e a Constituição Federal. **Revista Eleitoral TER/RN**, Natal, v. 25, 2011. Disponível em: [http://www.tre-rs.gov.br/arquivos/Pinto\\_junior\\_O\\_principio.PDF](http://www.tre-rs.gov.br/arquivos/Pinto_junior_O_principio.PDF). Acesso em: 16 maio 2018.

POKER, José Geraldo A. B.; ARBAROTTI, Alexsandro. Movimentos Sociais: O que há de novo? *In*: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (Org.). **Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil**. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-44.

PORTAL G1. **Manifestações pelo Brasil**. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protostos-2013/infografico/platb/>. Acesso em: 03 jun. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A., v. 29, 1993. 269 p. Tradução de: Pour une Géographie du pouvoir.

RAMOS, Adriana Anunciação. **Temporalidades Sincrônicas**: as narrativas audiovisuais digitais na música eletrônica. 2011. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**: princípios do direito político. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 186 p. Tradução de: Du contract social: ou principes du droit politique.

SACOMANO NETO, Mário; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Posicionamento estrutural e relacional em redes de empresas: uma análise do consórcio modular da indústria automobilística. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 16, n. 4, out./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v16n4/a09v16n4>. Acesso em: 16 jun. 2018.

SANTOS, Gustavo Henrique Campos dos. **O uso das mídias sociais no poder público: análise do perfil 'Senado Federal' no Facebook**. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola do Governo Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de Rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a12v27n71.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SCOTT, John. **Social Network Analysis**: a handbook. 2. ed. Londres: SAGE Publications Ltd., 2000.

SOENGAS, Xosé. El papel de Internet y de las redes sociales en las revueltas árabes: una alternativa a la censura de la prensa oficial. **Comunicar**, Huelva, v. 21, n. 41, out. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/158/15828675016.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2018.

SOUZA, Kaike. **Um pequeno guia para Hannah Arendt**. 2015. Disponível em: <https://www.studentsforliberty.org/um-pequeno-guia-para-hannah-arendt>. Acesso em: 03 jan. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 560 p.

SOUZA, Marquessuel Dantas de. A Filosofia na Antropogeografia de Friedrich Ratzel. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 42, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/viewFile/6466/6745>. Acesso em: 31 mar. 2018.

TERNUMA. **Estatísticas**. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/TERNUMA/about>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatuto**. 2011. Disponível em: [http://www.ternuma.com.br/files/TERNUMA\\_Estatuto-definitivo-2011.pdf](http://www.ternuma.com.br/files/TERNUMA_Estatuto-definitivo-2011.pdf). Acesso em: 27 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Grupo Terrorismo Nunca Mais**. 2018. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 30 jul. 2018.

TICHY, Noel M.; TUSHMAN, Michael L.; FOMBRUN, Charles. Social Network Analysis for Organizations. **The Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 4, n. 4, out. 1979. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/257851?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/257851?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 30 dez. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos em formação**. 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/criacao-de-partido/partidos-em-formacao>. Acesso em: 16 maio 2018.

TORRES, Ana Paula. O sentido da política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 30, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/961/86>. Acesso em: 22 abr. 2018.

TORRES, Cláudio. **A Bíblia do Marketing Digital**: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec Editora, 2009.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Pé de Letra, 2016. 248 p.

VAN CREVELD, Martin. **Ascensão e Declínio do Estado**. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 632 p. Tradução de: The Rise and Decline of the State.

VELLOSO, Ricardo Viana. O ciberespaço como ágora na sociedade contemporânea. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 2, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a08v37n2.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

VEMPRARUA.NET. **Comunidade**. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/vemprarua.net>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Luta Contra a Corrupção.** 2018. Disponível em: <https://www.vemprarua.net/projetos/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

VEMPRARUA\_BR. **Seguidores.** 2018. Disponível em: [https://www.instagram.com/vemprarua\\_br/](https://www.instagram.com/vemprarua_br/). Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Seguidores.** 2018. Disponível em: [https://twitter.com/vemprarua\\_br](https://twitter.com/vemprarua_br). Acesso em: 30 jul. 2018.

VEM PRA RUA BRASIL. **Estatísticas.** Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCNORbWRHlwZuCiHz2Ukh6Nw/about>. Acesso em: 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **O Movimento.** 2018. Disponível em: <https://www.vemprarua.net/o-movimento/>. Acesso em: 27 jul. 2018.

VERNANT, Jean Pierre. **As Origens do Pensamento Grego.** Tradução de: Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002. Tradução de The Origins of Greek Thought.

VIGNOLI, Richele Grengé; MONTEIRO, Silvana Drumond. A *Dark Web* e o seu conteúdo informacional. *In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 6., 2016, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Portal de Eventos Acadêmicos-Científicos do CIN/UUEL, 2016. p. 694-711.

**ANEXOS**

**ANEXO A**

## Situação das fotos postadas

<b>DATA</b>	<b>CURTIDAS</b>	<b>COMENTÁRIOS</b>	<b>COMPARTILHAMENTOS</b>
19/06/2013	342	70	266
20/06/2013	237	57	99
21/06/2013	122	75	104
22/06/2013	15	22	6
23/06/2013	41	6	26
24/06/2013	92	27	127
25/06/2013	64	14	13
26/06/2013	5	4	0
27/06/2013	131	27	44
28/06/2013	63	0	73
29/06/2013	84	6	32
01/07/2013	24	0	7
02/07/2013	59	7	19
03/07/2013	17	0	5
04/07/2013	69	13	23
05/07/2013	111	8	52
06/07/2013	36	5	12
08/07/2013	4	4	4
09/07/2013	50	9	22
10/07/2013	10	8	0
14/07/2013	20	9	7
16/07/2013	22	22	4
02/08/2013	0	0	0
09/08/2013	17	15	10
16/08/2013	21	16	2
31/08/2013	9	15	5
08/10/2013	10	5	3
09/10/2013	14	6	14
10/10/2013	50	11	141
12/10/2013	38	12	17
18/10/2013	21	12	21
21/10/2013	74	32	134
24/10/2013	18	9	6
25/10/2013	21	23	19
27/10/2013	11	0	4
28/10/2013	9	0	5
29/10/2013	23	16	7
30/10/2013	0	0	0
07/11/2013	36	9	5
08/11/2013	9	11	2
14/11/2013	11	5	0
19/11/2013	12	10	0

<b>01/12/2013</b>	19	6	18
<b>02/12/2013</b>	8	0	1
<b>05/12/2013</b>	8	4	3
<b>07/12/2013</b>	66	4	44
<b>11/12/2013</b>	11	0	0
<b>14/12/2013</b>	3	0	1
<b>16/12/2013</b>	14	0	4
<b>18/12/2013</b>	41	9	6
<b>31/12/2013</b>	39	0	0

**Fonte:** Movimento Passe Livre - MPL (2013), adaptado pelo próprio autor.

**ANEXO B**  
Médias diárias dos municípios

DATA	MUNICÍPIO	APUCARANA	ARAPONGAS	ASSAÍ	CAMPO MOURÃO	CAPANEMA	CASCAVEL
07/set.		-	-	-	-	-	-
11/jul.		-	50	-	50	-	360
10/jul.		-	-	-	-	-	-
05/jul.		-	-	150	-	-	-
04/jul.		-	-	-	-	-	-
03/jul.		-	-	-	-	-	-
02/jul.		-	-	-	-	-	-
01/jul.		-	-	-	-	não informado	-
30/jun.		-	-	-	-	-	-
29/jun.		-	500	-	-	-	-
28/jun.		-	-	-	-	-	-
27/jun.		-	-	-	-	-	-
26/jun.		-	-	-	-	-	-
25/jun.		-	-	-	-	-	-
24/jun.		-	-	-	-	-	-
23/jun.		-	-	-	-	-	-
22/jun.		3000	-	-	-	-	5000
21/jun.		-	-	-	-	-	-
20/jun.		-	-	-	-	-	6000
19/jun.		-	-	-	-	-	-
18/jun.		-	-	-	-	-	-
17/jun.		-	-	-	-	-	-

CASTRO	CÉU AZUL	CIANORTE	CORBÉLIA	CLEVELÂNDIA	CORNÉLIO PROCÓPIO	CURTIBA	FLORESTA
-	-	-	-	-	-	200	-
-	-	-	não informado	-	-	10000	50
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	não informado	-	2000	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	500	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	50	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	300	-
-	-	-	-	-	-	15000	-
500	-	-	-	-	-	3000	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	500	-	-	500	-	-
-	-	-	-	-	-	10000	-

FOZ DO IGUAÇU	FRANCISCO BELTRÃO	GUARAPUAVA	JATAIZINHO	LAPA	LONDRINA	MANDAGUARI
-	-	-	-	-	500	-
-	-	-	-	30	-	50
-	-	-	70	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	não informado	não informado	-	-	não informado	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
150	-	-	-	-	-	-
3000	-	-	-	-	8000	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	não informado	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
2000	-	-	-	-	8000	-

MARECHAL CÂNDIDO RONDON	MARINGÁ	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PARANAVAÍ	PATO BRANCO
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	não informado	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	não informado	-	não informado
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
500	4000	-	7000	-
-	-	-	-	-
-	3000	-	-	-
-	-	-	-	-
-	4000	-	-	-
-	-	-	-	-



SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	TOLEDO	URAI
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	não informado	-
1300	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	100
-	-	150
100	-	-
-	-	-
-	-	-

Fonte: Portal G1 (2013), adaptado pelo próprio autor.